

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea 2

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2469-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.697240204 1. Ciências sociais. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 2**, coletânea de dez capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área das Ciências Sociais Aplicadas a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam realidades de sociedades e países diversos, através de temas como reserva do possível, políticas públicas, direito à saúde, pandemia, orçamento da saúde, uberização, e-commerce, trade commerce, contabilidade de gestão, serviço de referência, além de retórica populista e nacionalista (populist and nationalist rethoric).

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

CAPÍTULO 1 1

PARA ALÉM DA RESERVA DO POSSÍVEL: A NEGAÇÃO DE MÁ GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAUSA DIRETA DA INEFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE

Karla Roberta da Fonseca Nunes

Susana Cadore Nunes Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402041>

CAPÍTULO 2 8

REFLEXOS DA PANDEMIA NO ORÇAMENTO DA SAÚDE DOS MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Rivelino Martins Ribeiro

Juliane Andressa Pavão

Kerla Mattiello

Iasmini Magnes Turci Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402042>

CAPÍTULO 327

PLATAFORMAS DIGITAIS E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA DISTOPIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Railson Marques Garcez

José Samuel Scriviner Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402043>

CAPÍTULO 439

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE UBERIZAÇÃO NO BRASIL

Kathrine Llebon de Oliveira e Silva

Maristela de Souza Pereira

Paula Beatriz Nunes de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402044>

CAPÍTULO 549

O DESENVOLVIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL: UM ESTUDO PRÉ, DURANTE E PERSPECTIVAS PÓS PANDEMIA DO COVID-19

Ana Clara Fernandes Bezerra

Daiane Rodrigues dos Santos

Justino S. Wanderley da Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402045>

CAPÍTULO 665

TRADE COMMERCE NO METAVERSO: UM ESTUDO DE CASO

Júlia da Silva Sá

Daiane Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402046>

CAPÍTULO 7	87
TEORIAS DA MOTIVAÇÃO DOS TRABALHADORES E CONTABILIDADE DE GESTÃO	
Miguel Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402047	
CAPÍTULO 8	97
A EFETIVIDADE DA OFERTA DE SERVIÇO DE REFERÊNCIA VIA WHATSAPP EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	
Cesar Almeida Filho	
Milton Shintaku	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402048	
CAPÍTULO 9	108
THE RISE AND THE FALL: AN ANALYSIS OF THE POPULIST AND NATIONALIST RHETORIC IN BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES	
Carlos Augusto Dias do Nascimento	
Magno Peluso Torquette	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6972402049	
CAPÍTULO 10.....	125
OS REFLEXOS DA CAPACITAÇÃO FORA DAS GRADES: A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EX-DETENTOS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (SC-BRASIL)	
André L. Cordeiro Laurentino	
Kellen da Silva Coelho	
Amarildo F. Kanitz	
Helen Silva Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69724020410	
SOBRE O ORGANIZADOR	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

PARA ALÉM DA RESERVA DO POSSÍVEL: A NEGAÇÃO DE MÁ GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAUSA DIRETA DA INEFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE

Data de aceite: 01/04/2024

Karla Roberta da Fonseca Nunes

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Desenvolvimento: Desenvolvimento Humano, Empresa, Tributação e Responsabilização da Universidade Cândido Mendes. Especialista em Direito Civil, Processo Civil e Direito do Consumidor pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. Advogada e Analista Processual da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4577080616306098>

Susana Cadore Nunes Barreto

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios/UFF, Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Especialista em Direito Civil-Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/6558755004678918>

Trabalho submetido e aprovado no GT1 - Arranjos Institucionais, Inovações e Políticas Públicas, no III Congresso Brasileiro de Direito e Políticas Públicas: Homenagem a Professora Maria Paula Dallari Bucci, em 20/10/2023.

RESUMO: A pesquisa investiga a postura institucional de entes municipais e estaduais em contestações apresentadas em demandas judiciais individuais que postulam o direito à medicamentos, insumos ou tratamentos de saúde, com a observação sobre a argumentação genérica do princípio da reserva do possível em casos concretos de judicialização desacompanhada de uma real verificação e apresentação dos dados orçamentários existentes, desperdiçando-se a oportunidade de diagnosticar-se os motivos da inefetividade da política pública exposta na demanda judicial.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Saúde; Escassez; Gestão.

BEYOND THE RESERVATION OF THE POSSIBLE: THE DENIAL OF MISMANAGEMENT OF PUBLIC POLICIES AS A DIRECT CAUSE OF THE INEFFECTIVENESS OF THE SOCIAL RIGHT TO HEALTH

ABSTRACT: The research investigates the institutional stance of municipal and state entities in challenges presented in individual legal demands that postulate the right to medicines, supplies or health treatments, with the observation on the generic argumentation of the principle of reserving

what is possible in specific cases of unaccompanied judicialization of a real verification and presentation of existing budget data, wasting the opportunity to diagnose the reasons for the ineffectiveness of the public policy exposed in the judicial demand.

KEYWORDS: Public policy; Health; Scarcity; Management.

INTRODUÇÃO

Sabendo que a efetivação dos direitos sociais pelo Estado ocorre através de políticas públicas, é necessário analisar não só a criação, mas também a gestão das políticas criadas a fim de verificar se a forma com que os gestores públicos agem é consentânea com os ditames constitucionais. A fim de conceituar o instituto das políticas públicas, são trazidas as palavras de Maria Paula Dallari Bucci, quando explicita que são programas de ação governamental cujo objetivo é coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados¹.

Neste diapasão, no âmbito da saúde, as políticas públicas devem vislumbrar não só a redução do risco de doença e outros agravos, prezando pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas também a boa gestão da coisa pública, intentando maximizar os recursos disponíveis para abranger a maior parte possível da população, evitando a escassez de verbas públicas.

No estudo, as políticas públicas são analisadas tomando-se como base suas fases sequenciais e interdependentes, trazido por Leonardo Sechi², proposto da seguinte forma: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção. E, conforme Rogério Gesta Leal³, ainda que a execução de uma política pública tenha que ser progressiva e condicionada aos recursos estatais disponíveis, não iniciar a concretização dessas políticas públicas constitucionais de saúde, vinculantes e obrigatórias ou deixar de investir o máximo possível para que a sociedade possa desfrutar de assistência razoável à saúde, ensejaria uma omissão estatal passível de judicialização.

Portanto, o presente estudo assume o fenômeno da judicialização da saúde como um fenômeno mundial⁴, mas observa o fenômeno brasileiro com especificidades e heterogeneidade que ainda não permite, até pelas incipientes pesquisas existentes⁵, concluir por uma preponderância positiva⁶ ou negativa⁷ do fenômeno.

1 BUCCI, Maria Paula Dallari (organizadora). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 14.

2 SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning. São Paulo. 2ª ed. p. 13. 2013

3 LEAL, Rogério Gesta. *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas no Brasil: possibilidades materiais*. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org). *Jurisdição e Direitos Fundamentais: volume 1*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 168.

4 LAMPREA, Everaldo. *The Judicialization of Health Care: A Global South Perspective*. Annual Review of Law and Social Science, Annual Reviews, v. 13, p. 431–449, 2017.

5 ANDIA, Tatiana. S.; LAMPREA, Everaldo. *Is the judicialization of health care bad for equity? A scoping review*. International Journal for Equity in Health, BioMed Central, v. 18, n. 1, 18:61, 2019.

6 BIEHL, João.; SOCAL, Mariana P.; AMON, Joseph. J. *The Judicialization of Health and the Quest for State Accountability: Evidence from 1,262 Lawsuits for Access to Medicines in Southern Brazil*. Health and Human Rights, v. 18, n. 1, p. 209-220, 2016.

7 WANG, Daniel Wei Liang. *Revisitando Dados e Argumentos no Debate sobre Judicialização da Saúde*. Journal of Institutional Studies. Revista Estudos Institucionais, v. 7, n. 2, p. 849-869, maio/ago. 2021.

Diante deste cenário dado, objetiva-se extrair da inerente judicialização de políticas públicas de saúde, uma fonte de análise sobre a forma corrente de comportamento institucional do Estado, e propor um ajuste na alegação genérica do Princípio da Reserva do Possível, para que se utilize a oportunidade da judicialização como forma de investigação dos motivos da inefetividade supostamente denunciada na demanda judicial.

Aprofunda-se com o estudo o conceito de *accountability* como a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, por alguma atividade ou algum tipo de desempenho⁸. O conceito está diretamente relacionado ao de democracia. A tendência é a de que, quanto mais enraizados os valores democráticos na sociedade, maior a *accountability*. Em uma sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, inclusive em demandas judiciais.

PROBLEMA E OBJETIVOS DO TRABALHO

A escassez de recursos orçamentários é apontada como uma das grandes causas de não efetividade de políticas públicas, sendo utilizado na presente pesquisa, para fins de entendimento de princípio da reserva do possível, os marcos teóricos a teria das escolhas trágicas⁹ com as devidas revisões trazidas por Cass Sustein¹⁰.

No Brasil, tendo como objeto de observação defesas judiciais em processos individuais, investiga-se, inicialmente: a) se o argumento “princípio da reserva do possível” é utilizado, indiscriminadamente, para justificar a não implementação de políticas públicas já definidas? b) e quando utilizado o argumento, é embasado com apresentação de dados orçamentários e fontes públicas que demonstre a escolha trágica?

O objetivo da pesquisa é investigar se o ente público demandado realiza o exercício de investigar alguma outra causa, ainda que concorrente, para a inefetividade da política pública reclamada, em especial, a má gestão de recursos já reservados para tal fim.

Isto porque, presume-se como um fato da vida, que seja possível a existência de ambos os fenômenos causais – ausência de verbas e/ou má gestão - de forma concomitante ou isolada, e portanto, propõem-se critérios que impeçam a argumentação genérica e descomprometida do princípio da reserva do possível, sem que seja argumentada, em concomitância, a gestão da verba orçamentária destinada à política pública, a fim de que não se obscureçam as reais causas de não efetivação, e para que se busque uma tentativa de solução do problema.

Portanto, identifica-se como um possível problema a generalidade do argumento “reserva do possível”, sem que sejam apresentados pelo Estado, de forma confiável e

8 BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; SCHURGELIES, Vinicius. *Accountability nos Atos da Administração Pública Federal Brasileira*. Belo Horizonte: Pretexto. 2018. Disponível em: https://pesquisaeasp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/accountability_nos_atos_da_administracao_pu_blica_federal_brasileira.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

9 CALABRESI, Guido Calabres; BOBBIT, Philip. *Tragic Choices – The conflicts society confronts in the allocation of tragically scarce resources*. Norton, New York, 1978.

10 SUNSTEIN, Cass. *Social and Economic Rights? Lessons from South Africa*. Const. Forum, V, 2000.

pública, dados minimamente checáveis ao jurisdicionado, sobre os valores orçamentários reservados (ou não) àquela política pública, bem como a demonstração da adequada gestão daquele valor, em especial, quando arguida em casos judicializados.

Objetiva-se, com a proposta de verificação em casos concretos, que seja possível um diagnóstico e prognóstico adequados à solução do problema. Na pesquisa, pretende-se desvelar uma negação (ou assunção) do Estado em reconhecer falhas administrativas como uma das causas diretas da inefetividade dos direitos sociais, deixando de eleger somente a escassez de recursos como causadora de inefetividade de políticas públicas já existentes, sem sequer a cogitação, e eventualmente, a assunção de ocorrência de falhas administrativas e executivas de uma política pública.

O presente trabalho, portanto, volta-se para a análise da postura institucional daquele ente que se nega a investigar as causas do problema de não efetivação adequada de uma política pública denunciada em uma ação judicial, sob o argumento genérico de “reserva do possível”, com o objetivo de fomentar os litigantes habituais em demandas de saúde, quais sejam Estados e Municípios, a utilizarem casos concretos de judicialização para revelar eventuais casos de má gestão de políticas públicas, como início de busca de solução do problema.

MÉTODO

A escolha metodológica foi a pesquisa bibliográfica das referências teóricas mencionadas neste resumo, bem como a análise do relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre Judicialização e Sociedade de 2021¹¹. Foi ainda relatado o caso descrito por André Luiz Batista da Costa¹² referente ao Município de São Lourenço da Mata, de Pernambuco, sendo um dos escopos da pesquisa ainda em andamento, realizar a análise documental das contestações apresentadas nas demandas individuais oferecidas nos processos individuais em trâmite naquela Justiça Estadual no ano de 2016, para que se possa verificar se houve alguma menção ao fato da inexistência de repasse orçamentário naquele ano. Neste ponto, a pesquisa ainda se encontra em andamento, avaliando-se as dificuldades de acesso aos feitos os quais, naquele período, não eram ainda completamente digitalizados.

11 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Judicialização e saúde: ações para acesso à saúde pública de qualidade. Brasília: CNJ, 2021. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade_2021-06-08_V2.pdf Acesso em 23/08/2023.

12 COSTA, André Luiz Batista da. Judicialização das Políticas Públicas de Saúde no Brasil: Interferência judicial indevida ou consequência da má gestão. Belo Horizonte: Dialética, 2021.p. 112.

ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Da pesquisa dos recentes estudos publicados com revisão de dados sobre a judicialização no Brasil, verifica-se uma incerteza sobre os impactos das demandas como fomentadoras ou complicadoras de políticas públicas, decorrentes de uma heterogeneidade de demandas, e de pesquisas ainda incipientes em razão de amostras limitadas e não exatamente generalizáveis.

Identifica-se, porém, um comportamento repetitivo nas demandas, qual seja a alegação do Princípio da Reserva do Possível de forma genérica, e sem a comprovação de dados sindicalizáveis, por parte dos entes demandados.

Observa-se ainda que, essa postura é mais corrente em Municípios do que em Estados, com a sugestão de que os quadros administrativos e defensivos dos Estados estariam mais atentos às regras de *accountability* do que os dos Municípios, o que pode ser confirmado pelos dados recolhidos pelo relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre Judicialização e Sociedade de 2021, que valeu-se dos dados de 2019: no gráfico 59 do mencionado relatório, verifica-se que 34,1% das Secretarias de Saúde municipais respondentes não dispunham de dados sobre quanto a judicialização comprometia o orçamento destinado à saúde, em confronto com 19,0% das Secretarias de Saúde estaduais que não dispunham tal dado. O segundo dado analisado, é que quando há um panorama mais real do que acontece, considerando as secretarias que responderam, o percentual majoritário de interferência cinge-se a *até 10%* (dez por cento), conforme responderam 57,1% das Secretarias Estaduais, e 49,3% das Secretarias Municipais de saúde. Ainda neste relatório, houve o questionamento sobre a existência de sistema de consulta do quantitativo de demandas ajuizadas, sendo que as 79,5 % das Secretarias Municipais respondeu pela inexistência, 17,5% pela existência a partir do ano de 2015, e 3,0% para existência para anos anteriores a 2015. As Secretarias Estaduais de saúde responderam que em 61,9% existe sistema de consulta desde 2015, enquanto 38,1% responderam não existir o sistema.

Apesar do indicativo de desconhecimento sobre os dados orçamentários pelos próprios entes estatais, não se encontram relatos de contestações admitindo falhas administrativas e de gestão na implementação de políticas públicas, o que revela, no mínimo, uma postura adversarial dos entes públicos, sem a certeza de que, caso houvesse uma postura colaborativa expressa, haveria a possibilidade de detecção de falha administrativa com maior brevidade. Exemplo emblemático ocorreu no município de São Lourenço da Mata em Pernambuco, o qual permaneceu por 12 (doze) meses sem receber os repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS), enquanto foi tal quantia erroneamente destinada ao município de Pombos, que recebeu a mais a quantia de mais de um milhão e seiscentos mil reais. A peculiaridade do caso configura-se no fato de que, apesar da intensa judicialização, foi somente em Tomada de Contas Estadual (TCE), qual seja a de número

018.556/2016-2, que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que a cidade deixou de receber a verba do Fundo Nacional de Saúde (FNS) por doze meses, totalizando mais de um milhão e seiscentos mil reais. O erro somente foi identificado pelo TCU, tendo o FNS levado dezessete meses para comunicar ao município de Pombos o repasse errôneo, a despeito da necessidade do município de São Lourenço da Mata responder a intensa judicialização, que deveria ter surtido ao menos o efeito de diagnóstico da ausência de repasse, como ao menos um efeito positivo das demandas, sinalizando a existência do problema e necessidade de busca de suas reais causas.

CONCLUSÕES

O fenômeno da judicialização, mundialmente, mostra-se como inerente à implementação de políticas públicas na área de Saúde. No Brasil, verifica-se a característica de judicialização individualizada e com uma heterogeneidade de tipos de demandas que dificultam conclusões assertivas sobre suas causas, o que por si só, já demonstra a impossibilidade de utilização do princípio da reserva do possível de forma discriminada e genérica, em especial por haver poucos dados públicos públicos e compreensíveis sobre o orçamento público destinado às políticas públicas de saúde.

Apesar de tantos tipos de demanda, verifica-se, no entanto, um discurso preponderante e generalista de utilização de escassez de recursos como defesa de Estado e Municípios, sem qualquer compromisso em demonstrar tal realidade através de dados orçamentários ou públicos.

Esse comportamento repetitivo de não assunção de outras causas, tais como má gestão de políticas públicas, camufla casos em que seria possível, em razão da enxurrada de demandas judiciais, diagnosticar uma possível má gestão de recursos públicos, posto que quando se judicializa uma política pública de saúde, em regra não se questiona a competência formal e material das escolhas feitas, mas sim a incompetência gerencial.

Propor-se uma mudança institucional, com a substituição de uma postura defensiva para uma postura colaborativa entre os entes demandados, ao contestarem disponibilizando dados, seja em portais públicos de transparência, quanto nas próprias demandas judiciais individuais, sugerindo um incremento para o conceito de *accountability* no sentido de esperar responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, como busca de implementação de políticas públicas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ANDIA, Tatiana. S.; LAMPREA, Everaldo. **Is the judicialization of health care bad for equity? A scoping review**. International Journal for Equity in Health, BioMed Central, v. 18, n. 1, 18:61, 2019.

BIEHL, João.; SOCAL, Mariana P.; AMON, Joseph. J. **The Judicialization of Health and the Quest for State Accountability: Evidence from 1,262 Lawsuits for Access to Medicines in Southern Brazil**. Health and Human Rights, v. 18, n. 1, p. 209-220, 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari (organizadora). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; SCHURGELIES, Vinicius. **Accountability nos Atos da Administração Pública Federal Brasileira**. Belo Horizonte: Pretexto. 2018. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/accountability_nos_atos_da_administracao_publica_federal_brasileira.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022

CALABRESI, Guido Calabres; BOBBIT, Philip. **Tragic Choices – The conflicts society confronts in the allocation of tragically scarce resources**. Norton, New York, 1978.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Judicialização e saúde: ações para acesso à saúde pública de qualidade**. Brasília: CNJ, 2021. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade_2021-06-08_V2.pdf Acesso em 23/08/2023.

LAMPREA, Everaldo. **The Judicialization of Health Care: A Global South Perspective**. Annual Review of Law and Social Science, Annual Reviews, v. 13, p. 431–449, 2017.

LEAL, Rogério Gesta. **O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas no Brasil: possibilidades materiais**. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org). **Jurisdição e Direitos Fundamentais: volume 1**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning. São Paulo. 2ª ed. 2013

SUNSTEIN, Cass. **Social and Economic Rights? Lessons from South Africa**. Const. Forum, V, 2000.

WANG, Daniel Wei Liang. **Revisitando Dados e Argumentos no Debate sobre Judicialização da Saúde**. Journal of Institutional Studies. Revista Estudos Institucionais, v. 7, n. 2, maio/ago. 2021.

REFLEXOS DA PANDEMIA NO ORÇAMENTO DA SAÚDE DOS MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Data de aceite: 01/04/2024

Roberto Rivelino Martins Ribeiro

<http://lattes.cnpq.br/9778490919604593>

Juliane Andressa Pavão

<http://lattes.cnpq.br/7691518074551915>

Kerla Mattiello

<http://lattes.cnpq.br/8401962186278677>

lasmini Magnes Turci Borges

<http://lattes.cnpq.br/6155851894042413>

RESUMO: O objetivo do estudo foi descrever como ocorreram os gastos na área da saúde, em termos totais e de subfunção, para os dez maiores municípios do estado do Paraná, entre os anos de 2017 a 2021, e analisar as variações desses valores gastos no período da pandemia do covid. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, aplicada, qualitativa e quantitativa, com análise documental e *ex-post-facto*. Os dados coletados foram dos dez maiores municípios do estado do Paraná, sendo: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá. Todas as informações levantadas foram obtidas por meio do site Portal Transparente

de cada município e do site do Sincofi. Com relação aos valores totais gastos, os municípios que mais gastaram recursos na área da saúde foram os três maiores municípios analisados, Curitiba, Londrina e Maringá, devido ao tamanho populacional. Por outro lado, os três municípios que menos gastaram recursos na área da saúde foram respectivamente: Colombo, Paranaguá e Guarapuava, também os menores municípios da análise. Os resultados evidenciam que no decorrer dos anos, dentre os dez municípios analisados, sete deles apresentaram valores investidos em saúde com aumento crescente e constante. Apenas três municípios não tiveram esse mesmo comportamento: Ponta Grossa, Colombo e Guarapuava. Os achados revelam que, de 2020 para 2021, os municípios com maiores aumento no valor gasto em saúde foram Ponta Grossa e Curitiba, respectivamente. O único município que apresentou queda no valor investido em saúde, de 2020 para 2021, foi Guarapuava.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Orçamento Público; Saúde; Paraná.

REFLECTIONS OF THE PANDEMIC ON THE HEALTH BUDGET OF THE MAJOR MUNICIPALITIES IN THE STATE OF PARANÁ

ABSTRACT: The objective of the study was to describe how expenditures in the health area occurred, in total and sub-function terms, for the ten largest municipalities in the state of Paraná, between the years 2017 to 2021, and to analyze the variations of these amounts spent in the period of covid pandemic. For that, a descriptive, applied, qualitative and quantitative research was carried out, with documental and ex-post-facto analysis. The data collected were from the ten largest municipalities in the state of Paraná, namely: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava and Paranaguá. All the information gathered was obtained through the Portal Transparente website of each municipality and the Sincofi website. Regarding the total amounts spent, the municipalities that spent the most resources in the health area were the three largest municipalities analyzed, Curitiba, Londrina and Maringá, due to their population size. On the other hand, the three municipalities that spent the least resources on health were respectively: Colombo, Paranaguá and Guarapuava, also the smallest municipalities in the analysis. The results show that over the years, among the ten municipalities analyzed, seven of them presented amounts invested in health with an increasing and constant increase. Only three municipalities did not have this same behavior: Ponta Grossa, Colombo and Guarapuava. The findings reveal that, from 2020 to 2021, the municipalities with the greatest increase in the amount spent on health were Ponta Grossa and Curitiba, respectively. The only municipality that presented a drop in the amount invested in health, from 2020 to 2021, was Guarapuava.

KEYWORDS: *Pandemic; Public budget; Health; Paraná.*

INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia do covid na China, muitos países foram acometidos e sofreram impactos na economia e, sobretudo, em seus sistemas de saúde (Fernandes & Pereira, 2020). Em decorrência a alta e rápida contaminação do Covid-19, viu-se potências como Estados Unidos, China, Itália e Rússia com problemas econômicos, uma vez que tiveram seus orçamentos abalados e reformulados para controle e eliminação deste vírus.

Para Ferreira e Santa Rita (2020, p. 13), o “Covid-19 tem potencializado o caráter instável da economia mundial, e, em especial, a da brasileira, explicitado nas oscilações nos preços dos ativos financeiros, das taxas de câmbio [...] e da dívida pública dos países”. O Brasil com uma população superior a 211 milhões de pessoas, foi obrigado a reorganizar seu orçamento, alocando novos fundos destinados a saúde pública brasileira (IBGE, 2020).

A saúde pública no Brasil compõe-se de um conjunto de medidas sob a responsabilidade do governo para garantir o bem-estar físico, mental e social da população, como determinado da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Para atender ao disposto na CF (1988), foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) mediante a Lei Federal nº. 8.080 de 1990, que regulamentou o SUS. No entender do Ministério da Saúde (2019), “É um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, [...] garantindo

acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país” (Brasil, 1988; 1990). Porém, o SUS vem passando por muitas dificuldades estruturais, técnicas e econômicas, e com a disseminação do covid-19 essas condições tendem a piorar, uma vez que seriam necessários maiores investimentos para atender com qualidade a alta demanda ocasionada pela pandemia do covid (Fernandes & Pereira, 2020).

Foi publicada em 6 de fevereiro de 2020 a Lei nº. 13.979 com medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do covid. Segundo o artigo 4º da referida Lei, foi dispensada a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública (Brasil, 2020).

Diante desse cenário de dispensa de licitação, se faz necessário a fiscalização do uso dos recursos gastos na área da saúde, bem como, as alterações no orçamento público. Dessa forma, o estudo buscou descrever de que forma os recursos obtidos foram alocados para o enfrentamento da pandemia do covid e os reflexos desta no orçamento público. Para tanto, se estabeleceu como objetivo descrever como ocorreram os gastos na área da saúde, em termos totais e de subfunção, para os dez maiores municípios do estado do Paraná, entre os anos de 2017 a 2021, e analisar as variações desses valores gastos no período da pandemia do covid.

Entende-se tal estudo como relevante, visto que evidencia como as finanças e os gastos realizados na área da saúde foram influenciados pela pandemia, e demonstra como tais municípios conseguiram organizar seus orçamentos diante de uma complexa situação. Dessa forma, espera-se com o estudo esclarecer e evidenciar de forma clara como foram realizados os investimentos para combater a pandemia do Covid-19, tornando os achados disponíveis e compreensíveis à sociedade.

Estruturou-se esta pesquisa em cinco tópicos. O primeiro tópico faz uma introdução na qual se evidencia a pandemia de Covid-19, o problema de pesquisa e o objetivo do estudo. No tópico dois se destaca o referencial teórico sobre o orçamento da saúde no Brasil. O terceiro tópico apresenta os procedimentos metodológicos e o quarto tópico evidencia a apresentação dos dados coletados e as análises destes. No último tópico, são demonstradas as considerações finais e as sugestões para estudos futuros.

REVISÃO DE LITERATURA

O orçamento da saúde no Brasil

A característica da saúde pública brasileira é bastante complexa, principalmente pela sua natureza de universalidade, fato que assegura a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, o direito ao acesso às ações e serviços de saúde. Tal aspecto remonta ao período independência do Brasil, que desde então, buscou criar uma estrutura para cuidar da saúde da população mediante um complexo sistema orçamentário.

A Constituição Federal de 1988 determinou o direito igualitário e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna a todos os cidadãos do país e definiu a saúde como “direito de todos e dever do Estado garantido mediante o acesso igualitário e universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

O orçamento público é um instrumento muito utilizado para tomadas de decisões em políticas públicas, sendo visto como um instrumento que demonstra a ação governamental em termos de investimentos e prioridades (Ribeiro, 2017). Tem-se como referência que as decisões na área do orçamento público apresentam uma forte correlação com as ideias centrais dos mandatos e repercutem sobre a administração pública como um todo (Abreu & Câmara, 2015). Foi com esse intuito que a Constituição Federal de 1988 introduziu um modelo orçamentário para a gestão do dinheiro público no Brasil para os “Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público” (Brasil, 1988).

Para se desenvolver qualquer tipo de atividade, seja ela simples ou complexa, como é o caso dos orçamentos públicos é necessário realizar um bom planejamento. No caso da administração pública, assegura e possibilita ao governo a realização das suas atividades e execução de seus projetos, mediante a elaboração do orçamento público. Para Piscitelli e Timbó (2010), esta ferramenta é utilizada por todas as esferas do Poder Público e deve expressar suas proposições de atuação mediante a descrição do montante de recursos a se arrecadar e como será gasto.

No Brasil, o processo de planejamento governamental é uma forma de organização do Estado e de todas os demais entes federativos, no que se refere à destinação dos recursos públicos para investimentos e manutenção das atividades do governo. Esta ferramenta utilizada obrigatoriamente pelos órgãos públicos possuiu um ciclo orçamentário dinâmico e contínuo, tendo diferentes etapas relacionadas umas com as outras por meio das quais os futuros orçamentos são planejados e se inicia com o Plano Plurianual (PPA) e se encerra com a última prestação de contas do Poder Executivo. Formando o ciclo que rege o orçamento público tem-se o Plano Plurianual (PPA) que estabelece as prioridades do governo no período de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece quais serão as metas e prioridades para o próximo ano de governo e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece detalhadamente todos os gastos previstos pelo governo para o próximo ano de mandato (Giacomoni, 2010).

Estas ferramentas formam um sistema que integra o planejamento e orçamento reconhecido na Constituição Federal, sendo adotados pelos municípios, pelos estados e pela União. Dessa forma, o planejamento governamental deve funcionar como um sistema integrado aos ciclos orçamentário e financeiro, exercido em suas dimensões estratégica, funcional, tática e operacional, comportando instrumentos de acompanhamento, avaliação e redefinição de objetivos, estratégias e recursos. Configura-se, assim, como um processo permanente, contínuo e integrado (Silva, 2007).

Ao se verificar a aplicabilidade na área da saúde pública, a legislação brasileira obriga o poder público das esferas federal, estadual e municipal a investir valores mínimos com a saúde, como consta na Lei Complementar nº141 de 2012, ao destacar que “a União deve investir na saúde o valor do ano anterior somado da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os investimentos dos Estados e do Distrito Federal deverão corresponder a 12% de sua receita. No caso dos Municípios, o percentual é de 15%” (Brasil, 2012). Em 2016, a Emenda Constitucional 86/2015, alterou o percentual obrigando o Governo Federal deve destinar 13,2% da receita corrente líquida para serviços de saúde pública, cujo percentual aumentará gradativamente, até chegar a 15% da receita corrente líquida em 2020 (Brasil, 2016).

Diante disso, os processos de planejamento orçamentário do SUS recebem os investimentos alocados de cada ente federativo, destinando os recursos com base nas atividades e programações de cada nível de direção do SUS. A distribuição dos recursos acontece por meio da chamada transferência fundo a fundo, em que os recursos do Fundo Nacional da Saúde são direcionados para os Fundos Estaduais e Municipais de saúde. Ressalta-se que há de se observar os prazos do PPA, da LDO e da LOA. Dessa forma, os planos de saúde e seu orçamento devem estar conformes ao PPA e integrados na LOA, caso entender necessário estabelecer diretrizes para orientação do seu orçamento, elas deverão estar previstas na LDO ou, pelo menos, ser compatíveis com as diretrizes ali previstas (Ministério da Saúde, 2016).

Estudos anteriores sobre orçamento público e covid

Muitos estudos tem sido realizados com finalidades de compreender o fenômeno da pandemia do covid e seus reflexos nos orçamentos públicos federal, estadual e municipal. No estudo de Fernandes e Pereira (2020) são investigadas a compatibilidade das regras de financiamento adotadas com as idiosincrasias da COVID-19. Segundo os pesquisadores, “o total de gastos em saúde pública no Brasil cresceu relativamente pouco em termos reais, além de o repasse *per capita* para a maior parte dos municípios brasileiros ser relativamente pequeno” (2020, p. 608). E ainda, “a lógica de financiamento causou forte desigualdade de destinação dos recursos para apoio ao combate à COVID-19”.

Câmara (2021) evidenciou os gastos em saúde com o enfrentamento à covid-19 no nordeste brasileiro no ano de 2020. Os achados revelam que o estado de Pernambuco foi aquele que mais destinou recursos para a pandemia, seguido por Ceará. Por outro lado, Piauí foi aquele que menos destinou recursos para a pandemia no ano de 2020, seguido por Sergipe e Paraíba. E ainda, verificou-se que “os estados analisados têm evidenciado as informações sobre a alocação de recursos, porém sem uma padronização que possa facilitar o acompanhamento e o controle social” (Câmara, 2021, p. 5).

O orçamento público federal foi o foco da pesquisa de Monteiro *et al.* (2021). A pesquisa examinou o impacto da pandemia da COVID-19 no orçamento público do Governo

Federal. Os resultados evidenciam impactos significativos nas despesas do orçamento público. Houve um aumento 4% do total de despesas previstas no orçamento público em decorrência da pandemia do covid. Esses recursos foram direcionados ao Ministério da Cidadania para auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade, ao Ministério da Economia para proteção do emprego e concessão de financiamento às empresas, e para a saúde.

Já no Rio Grande do Sul, Santos (2022) analisou as informações no portal da transparência dos quatro maiores municípios da região metropolitana da serra gaúcha que evidenciam as verbas recebidas e os repasses efetuados no período da pandemia em 2020. Os achados evidenciam que municípios com investimentos menores no combate a pandemia, tiveram maior mortalidade, como é o caso do município de Bento Gonçalves. Os resultados revelam que a taxa de mortalidade e de recuperados não segue um padrão quanto as receitas e despesas ocorridas no período, pois o município de Farroupilha não foi o município que teve a maior despesa, porém obteve a menor taxa de óbitos.

Dessa forma, o estudo em questão se propõe a investigar os valores gastos com saúde para o enfrentamento da pandemia do covid nos dez maiores municípios do estado do Paraná e os seus reflexos no orçamento público.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se neste tópico as classificações, os métodos e técnicas utilizados para realização desta pesquisa, demonstrando o que se adotou para fins de atribuir cientificidade. Para fins de classificação, quanto a realização dos objetivos, foi uma pesquisa descritiva, visto que o estudo busca descrever os gastos em saúde e os seus reflexos no orçamento público.

Quanto a natureza de pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada, a qual busca gerar conhecimentos para aplicação prática. Segundo Gil (1999), visa gerar conhecimentos para aplicação prática voltados à solução de problemas específicos da realidade, que neste caso, busca averiguar as alterações no orçamento da saúde nos dez maiores municípios do estado do Paraná, causadas pela pandemia do coronavírus. Em relação a abordagem do problema da pesquisa, se fez uso da abordagem qualitativa quanto a quantitativa, a qual Triviños (1987), afirma que a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Já para Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Em termos de estratégia de pesquisa, tendo em vista a coleta dos dados utilizados e analisados, se empregou as documental e *ex-post facto*. A pesquisa documental, para Marconi e Lakatos (2003, p. 174), é assim entendida: “A característica da pesquisa

documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”, e que foi utilizada para apoiar a pesquisa. Quanto a pesquisa *ex-post facto*, segundo Fonseca (2002, p. 32), os dados são coletados a partir do fato passado na qual nem sempre é possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do efeito.

Para o ambiente de pesquisa, adotou-se a pesquisa de campo. A forma de coleta de dados utilizada foi documental, que utiliza princípios da pesquisa bibliográfica tendo como apoio matérias como livros, artigos e demais textos. Para Cellard (2008), a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Segundo Trivinõs (1987), a análise documental é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Os dados coletados foram realizados dos dez maiores municípios do estado do Paraná, de acordo com os dados populacionais trazidos pelo IBGE, sendo eles: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Paranaguá. Todas as informações levantadas foram obtidas por meio do site Portal Transparente de cada município, e do site do Sincofi, que é o principal sistema de informação contábil e fiscal do setor público brasileiro.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As variações das despesas desembolsadas no setor de saúde pública foram analisadas separando-as por cada subfunção: Atenção Básica, Assistência hospitalar, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Administração Geral, Suporte Profilático e Terapêutico, Alimentação e Nutrição. Levando em conta os gastos realizados durante os cinco anos analisados (2017-2021), comparando principalmente se houve um aumento nas despesas durante o período da pandemia do Covid-19.

Para isso as informações coletas foram transportadas para gráficos, para melhor visualização dos resultados. A Figura 1 evidencia os gastos com atenção básica para os dez maiores municípios do estado do Paraná entre os anos de 2017 a 2021.

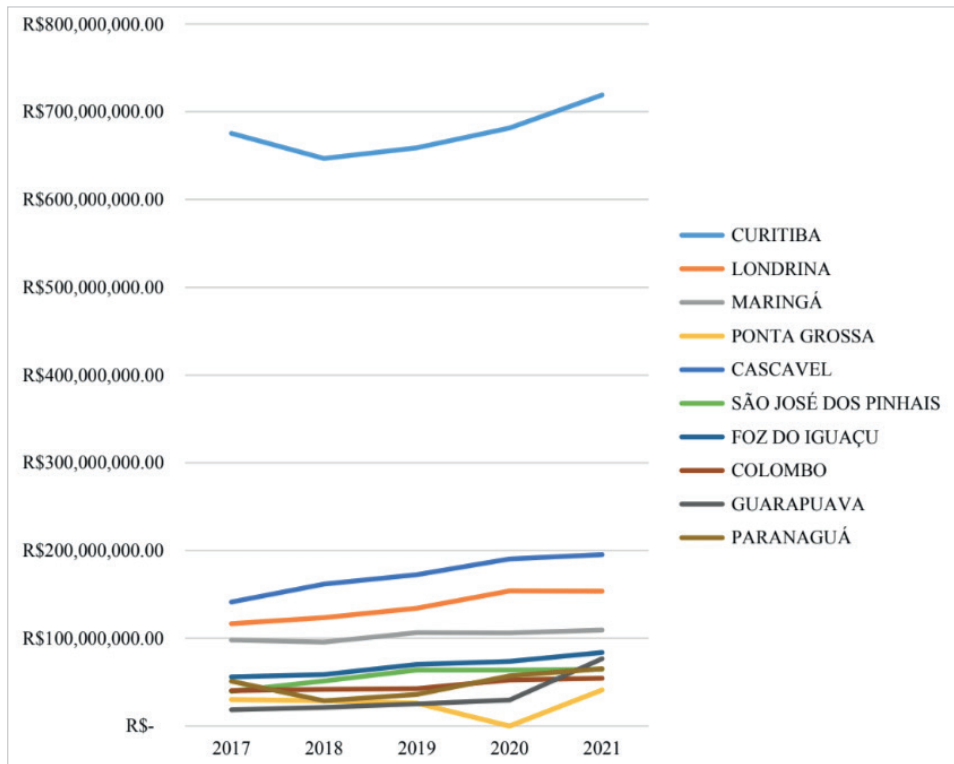


Figura 1 – Gastos com a subfunção Atenção Básica

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A subfunção Atenção Básica compreende “As ações desenvolvidas para atendimento das demandas básicas de saúde, tais como divulgação de medidas de higiene, acompanhamento domiciliar das condições de saúde da população de baixa renda” Nota técnica nº02/2022. Na Figura 1, é possível observar que dos dez maiores municípios, quatro deles tiveram uma variação maior de despesas no decorrer dos anos, principalmente no início da pandemia do covid-19. Os demais municípios não tiveram variação brusca no início da pandemia, de 2020 para o ano de 2021.

Os municípios que houveram uma variação maior desta sub função, são Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, ambos tiveram um aumento de 14%. Ponta Grossa não teve despesas destinadas a esta sub função em 2020 e precisou direcionar novamente investimentos no ano de 2021. E por último, tem-se o município de Guarapuava que teve um aumento de 159% de suas despesas e processos licitatórios voltados para a sub função de Atenção Básica.

A Figura 2 apresenta os gastos para os dez municípios analisados com relação a subfunção Assistência Hospitalar. A subfunção Assistência Hospitalar “Compreende as ações destinadas à cobertura de despesas com internações hospitalares e tratamento ambulatorial, incluindo exames de laboratório necessários ao diagnóstico e tratamento de doenças” Nota técnica nº02/2022.

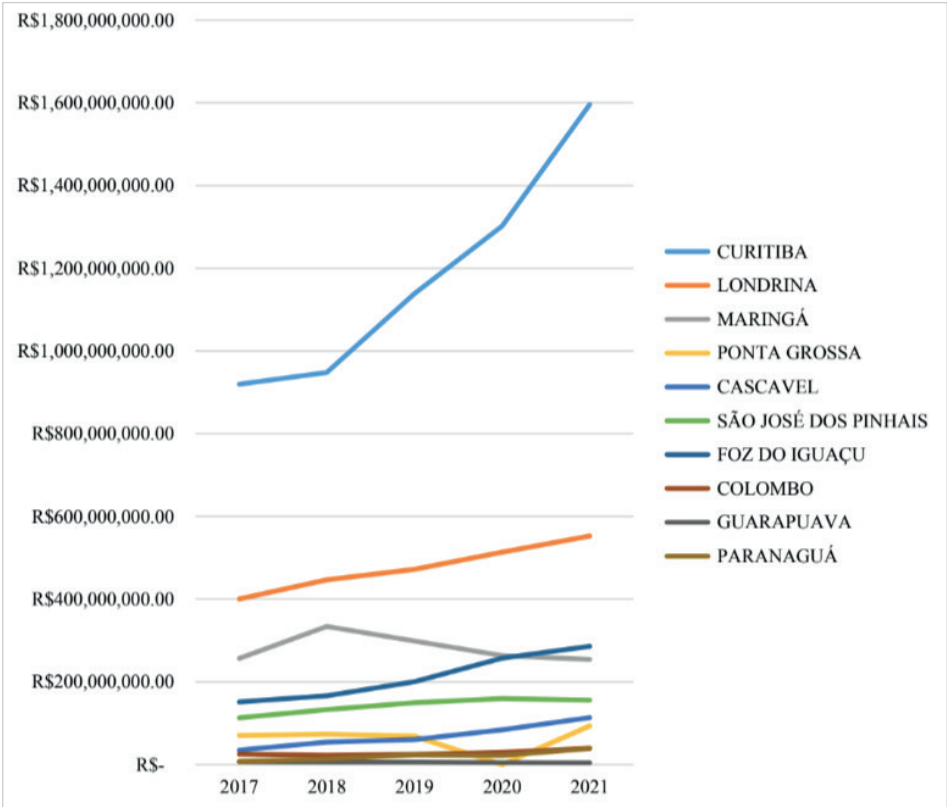


Figura 2 – Gastos com a subfunção Assistência Hospitalar

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Nota-se um crescimento gradativo em dois maiores municípios analisados: Curitiba e Londrina. Do ano de 2020 para o ano de 2021, foram destacados quatro municípios com aumentos expressivos em seus gastos com a subfunção Assistência Hospitalar. São eles e seus respectivos aumentos percentuais: Curitiba 23%; Cascavel 35%; Colombo 32% e Paranaguá 77%. É possível observar também que o município de Ponta Grossa não alocou despesas no ano de 2020, mas precisou realocar despesas a essa subfunção tendo um aumento de 37% desde as últimas despesas em 2019. Alguns dos municípios tiveram uma redução em suas despesas, como foi o caso de Maringá, com uma redução de 3%, São José dos Pinhais, com uma redução de 2% e Guarapuava, com redução de 4%.

A Figura 3, a seguir, evidenciam os gastos com a subfunção Vigilância Sanitária para os municípios e anos analisados. A subfunção Vigilância Sanitária “São as ações destinadas à vigilância sanitária de fronteiras e portos marítimos, fluviais e aéreos, bem como o controle de atividades relacionadas à análise e licenciamento de drogas, medicamentos e alimentos” Nota técnica nº02/2022.

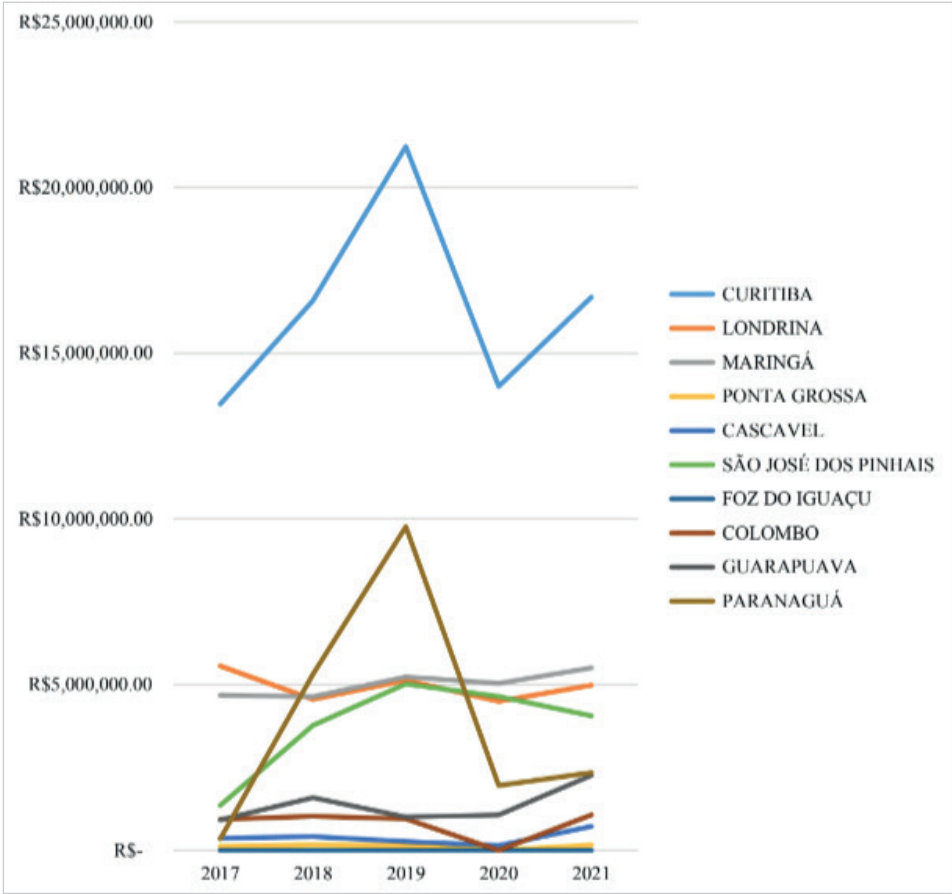


Figura 3 – Gastos com a subfunção Vigilância Sanitária

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Não foram todos os municípios que alocaram despesas nesta subfunção, dos que alocaram nota-se que tiveram bastante oscilações anualmente nesses gastos. Observa-se uma despesa muito volátil, principalmente nos municípios de Curitiba e Paranaguá, nas quais é possível perceber na Figura 3, um pico de gastos para a subfunção Vigilância Sanitária nesses municípios no ano de 2019. O município de Cascavel se destaca pelo fato de que houve, no período da covid-19 entre 2020 e 2021, um aumento de quatro vezes mais de despesas. Verifica-se o mesmo para o município de Guarapuava, que teve suas despesas dobradas de um ano para o outro. Pode-se notar que nesta subfunção, o Covid-19 impactou de diferentes formas as despesas dos municípios analisados.

A seguir, a Figura 4, apresenta os valores gastos com a subfunção Vigilância Epidemiológica para os municípios e anos analisados. A vigilância epidemiológica é a subfunção que pela Lei nº8080/90 “cuida da detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”.

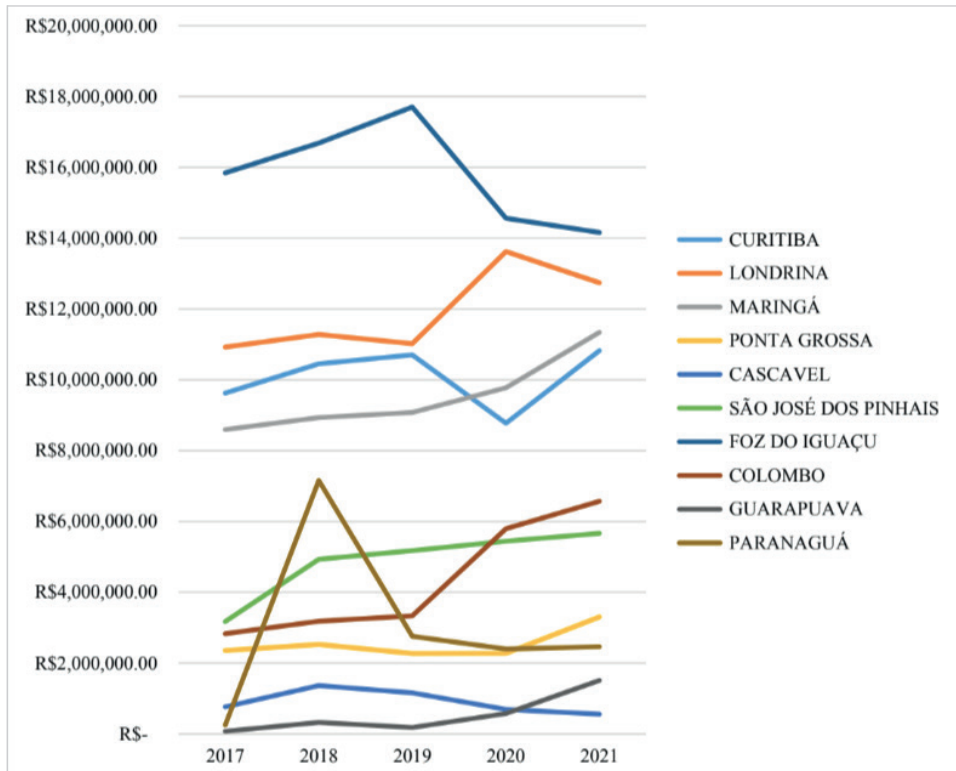


Figura 4 – Gastos com a subfunção Vigilância Epidemiológica

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

É evidente na Figura 4 que os municípios que tiveram os maiores gastos com a subfunção de Vigilância Epidemiológica são Foz do Iguaçu, Londrina, Curitiba e Maringá. Por outro lado, os municípios que menos tiveram gastos com essa subfunção foram Guarapuava e Cascavel.

Os principais pontos a serem destacados na Figura 4 foram, no período de 2020 a 2021, para o município de Ponta Grossa, que teve um aumento de 45% das despesas, e Guarapuava que teve um aumento de 163%. Os municípios que conseguiram reduzir seus gastos no período de pandemia foram os municípios de Londrina com redução de 6%, Cascavel com redução de 19% e Foz do Iguaçu com redução de 3%.

A Figura 5, que segue, apresenta os gastos com a subfunção de Administração Geral.

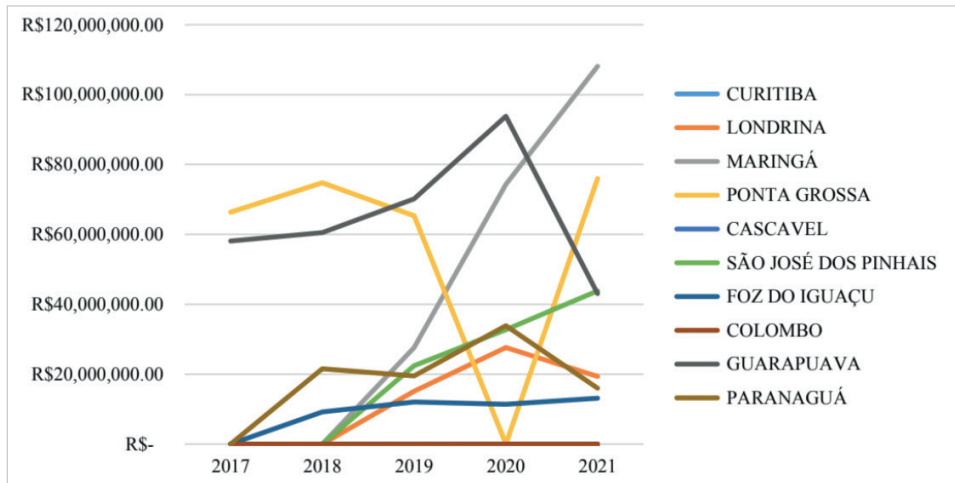


Figura 5 – Gastos com a subfunção Administração Geral

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Percebe-se na Figura 5, que os municípios Curitiba, Cascavel e Colombo não fazem alocação de gastos para a subfunção de Administração Geral. Provável que essas despesas sejam alocadas ou redistribuídas para as demais subfunções. O município de Maringá começou a remanejar despesas para essa subfunção no ano de 2019 mantendo um aumento gradativo de despesas chegando a 45% de aumento no ano de 2021. Outro município que também iniciou a alocação das despesas em 2019 foi São José dos Pinhais que chegou a um aumento de 34% em 2021. Alguns municípios tiveram uma redução das despesas no período de 2020 para 2021, foram os casos de Londrina com redução de 30%, Guarapuava com redução de 54% e Paranaguá com redução de 53%.

A Figura 6 evidencia os gastos com a subfunção Suporte Profilático e Terapêutico.

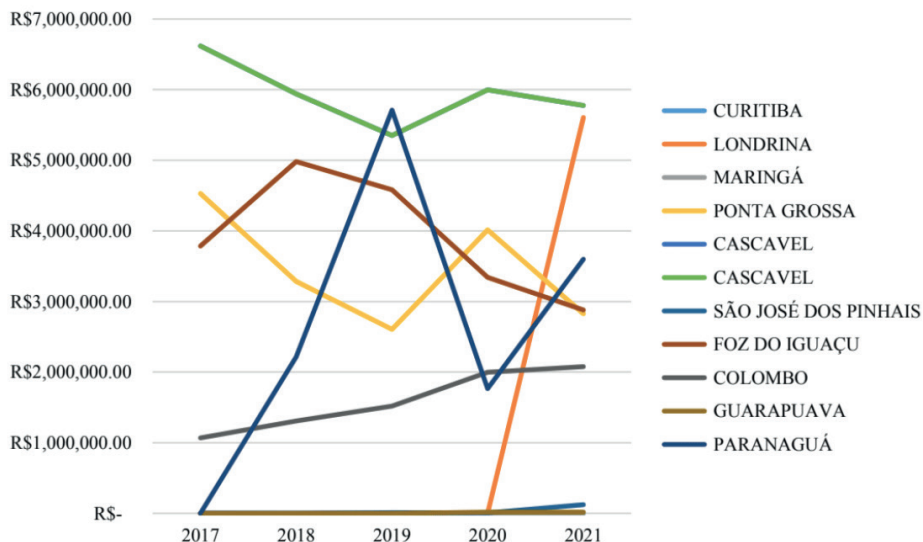


Figura 6 – Gastos com a subfunção Sup. Prof. Terapêutico

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A subfunção Suporte Profilático e Terapêutico “Compreende as ações voltadas para a produção, distribuição e suprimento de drogas e produtos farmacêuticos em geral”, Nota técnica nº02/2022. Conforme a Figura 6, percebe-se que os municípios Curitiba e Maringá não apresentaram gastos com essa subfunção em nenhum ano analisado. Já o município de Guarapuava apresentou valores apenas nos anos da pandemia do covid, 2020 e 2021. O município de Londrina apresentou o valor de R\$ 5.605.712,91 apenas no ano de 2021. E Paranaguá deixou de apresentar valor apenas no ano de 2017.

Percebe-se na Figura 6 que apenas o município de Colombo manteve um aumento anual nos valores gastos com a subfunção Suporte Profilático e Terapêutico. O município de Paranaguá teve uma queda brusca do ano de 2019 para 2020, mas chegou a um aumento de 104% no ano de 2021. O município de Ponta Grossa apresentou uma alta despesa do ano de 2017, mas obteve uma queda nos próximos anos e obteve aumento só no ano de 2020, após isso, houve uma nova queda de 30% no ano de 2021. Outro município que teve uma queda foi Foz de Iguaçu, principalmente nos anos de pandemia do covid-19, chegando a uma redução de 14%.

A Figura 7 apresenta os gastos com a subfunção Alimentação e Nutrição para os dez maiores municípios do Paraná no período de 2017 a 2021. A subfunção de Alimentação e Nutrição “Compreende as ações destinadas a diminuir ou eliminar carências nutricionais, principalmente nas populações de baixa renda, a orientar a população sobre valores nutricionais dos alimentos”, Nota técnica nº02/2022.

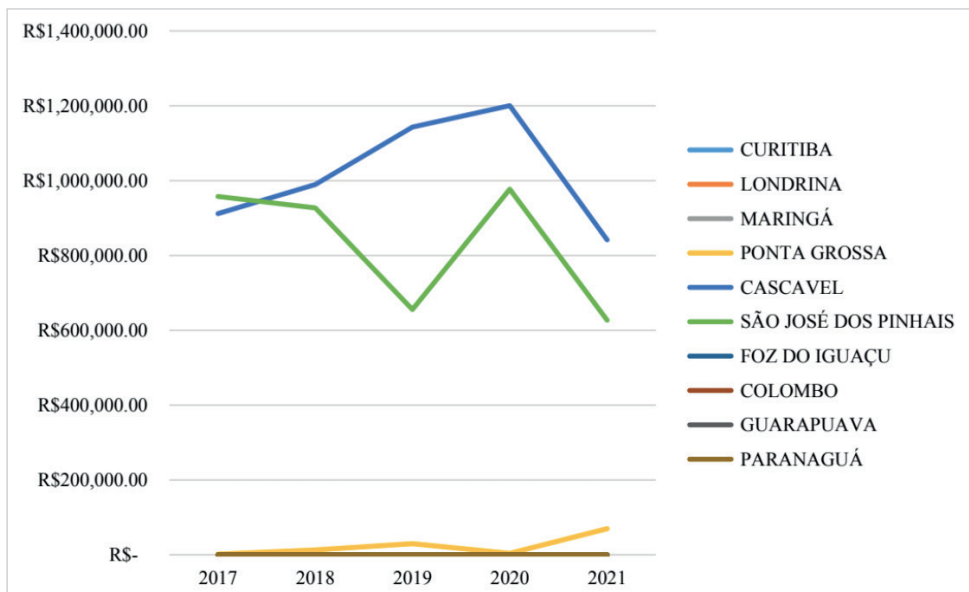


Figura 7 – Gastos com a subfunção Alimentação e Nutrição

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Primeiramente, apenas três municípios dos dez analisados apresentaram valores gastos com a subfunção de Alimentação e Nutrição, foram eles: Ponta Grossa, Cascavel e São José dos Pinhais. Dentre os três municípios, é possível observar na Figura 7 um aumento anual no município de Ponta Grossa, tendo um grande aumento de 42% no ano de 2021 somando os últimos quatro anos. Já os municípios de Cascavel e São José dos Pinhais tiveram uma redução durante o primeiro para o segundo ano de pandemia, obtendo respectivamente uma redução de 30% e 36%.

A Figura 8, na sequência, apresenta os totais gastos com a área saúde para os dez municípios analisados durante o período de 2017 a 2021.

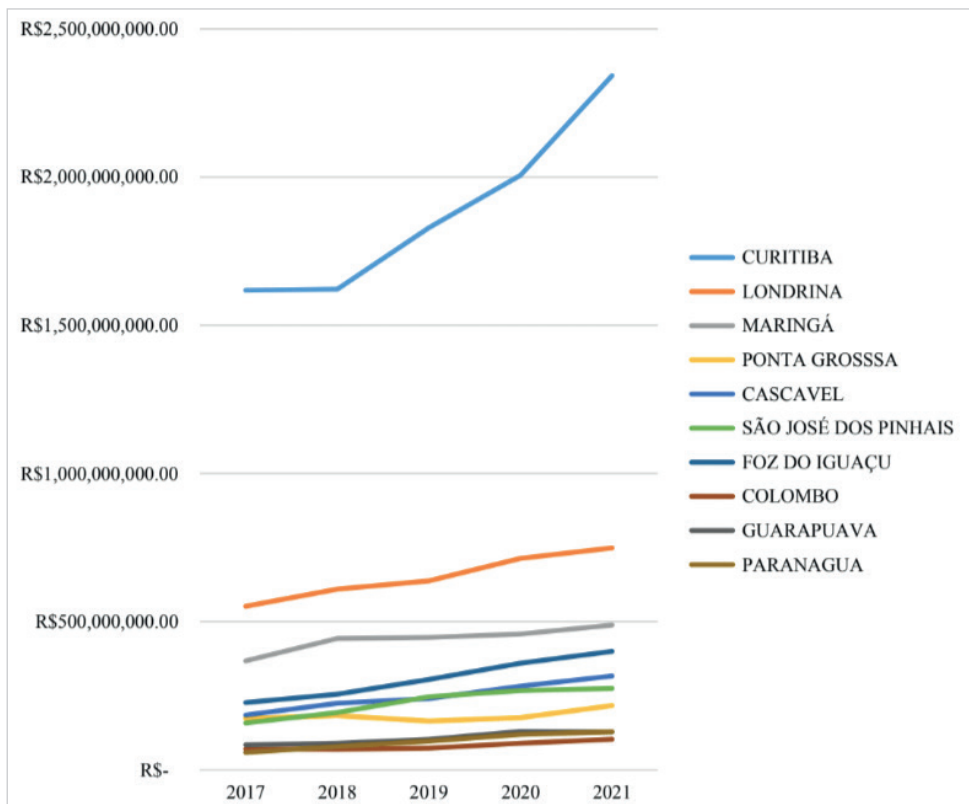


Figura 8 – Total gasto com a área saúde

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Verifica-se na Figura 8, que os três maiores municípios, Curitiba, Londrina e Maringá, são os que mais gastaram recursos na área da saúde, devido ao tamanho populacional. Do mesmo modo, os três municípios que menos gastaram recursos na área da saúde foram respectivamente: Colombo com R\$ 406.782.861,94, Paranaguá com R\$ 482.429. 167,2 e Guarapuava com R\$ 535.036.245,60, esses foram os três menores municípios analisados também.

Analisando os valores gastos de 2020 para 2021, o município que obteve maior aumento foi Ponta Grossa, com aproximadamente 23%, seguido de Curitiba, com aumento de aproximadamente 17%. O único município que apresentou queda no valor investido em saúde, de 2020 para 2021, foi Guarapuava que investiu em 2021 menos R\$ 1.654.492,15 em comparação com 2020.

Dentre os dez municípios analisados, sete deles apresentaram valores investidos em saúde com aumento crescente e constante no decorrer dos anos analisados. Apenas três municípios não tiveram esse mesmo comportamento, são eles: Ponta Grossa, que apresentou queda no valor em 2019, Colombo, com pequena queda no ano de 2018, e Guarapuava, com queda em 2021, conforme mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou inicialmente a legislação pátria sobre o Orçamento Público, já que somente a partir deste que se pode efetuar os gastos públicos. Desta forma, para a realização de qualquer atividade no Brasil, deve-se estabelecer o Orçamento Público, a partir do qual os entes federativos determinam como será alocado cada recurso para desenvolver qualquer atividade, seja ela simples ou complexa. Desta forma, o estudo em questão apresentou como os recursos foram destinados para o tratamento da saúde pública e principalmente como seria distribuído os recursos para o combate da pandemia do coronavírus.

A pesquisa realizada abordou os gastos totais nas principais subfunções da área da saúde pública nos dez maiores municípios do estado do Paraná. Sendo as seguintes subfunções analisadas, a de Atenção Básica, que foi muito presente em quatro municípios, sendo eles: Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel, mas os municípios com maior variação de gasto foi Foz do Iguaçu, e principalmente Ponta Grossa, que reativou a subfunção de Atenção Básica no ano de 2021. A subfunção Assistência Hospitalar compreende as despesas com intenções hospitalares e tratamento ambulatorial, sendo que no município de Curitiba teve um grande investimento nos anos de 2020 e 2021 decorrente a pandemia. E os municípios que menos investiram foram Ponta Grossa e Guarapuava.

A subfunção Vigilância Sanitária, não é a que recebe mais valores gastos dentre os municípios, tendo Curitiba como maior investidor na subfunção durante os cinco anos e tendo Foz do Iguaçu com nenhum recurso alocado para as atividades desta subfunção. Já a Vigilância Epidemiológica, sendo a principal fonte de aplicação dos recursos obtidos para a saúde principalmente no período da pandemia do Covid-19, traz os municípios de Curitiba, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu com um alto investimento na subfunção com alta necessidade de controle da pandemia. Com isso, o município de Guarapuava que praticamente não alocava seus recursos, no ano de 2021 precisou alocar mais que o dobro dos valores gastos nos últimos anos.

Na subfunção de Administração Geral, foi notado uma grande falta de alocação de recursos dentre os municípios estudados, que foram, Curitiba, Cascavel e Colombo, que não tiveram gastos durante o período analisado. Os municípios que por mais anos mantiveram alocados os recursos foram, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranaguá. Outra sub função é a Suporte Profilático e Terapêutico, que apenas Colombo manteve um aumento anualmente nas despesas e as que tiveram destaque negativo foram Curitiba e Maringá sem nenhum recurso aplicado e o município de Londrina que começou a locação de recursos apenas no ano de 2021. Por último, tem-se a subfunção de Alimentação e Nutrição, que dentre os dez municípios estudados apenas três deles alocam recursos para esta subfunção, que são os municípios de Cascavel, São José dos Pinhais e Ponta Grossa.

Com relação aos valores totais gastos, os municípios que mais gastaram recursos na área da saúde foram os três maiores municípios analisados, Curitiba, Londrina e Maringá, devido ao tamanho populacional. Por outro lado, os três municípios que menos gastaram recursos na área da saúde foram respectivamente: Colombo, Paranaguá e Guarapuava, também os menores municípios da análise.

Os resultados evidenciam que no decorrer dos anos, dentre os dez municípios analisados, sete deles apresentaram valores investidos em saúde com aumento crescente e constante. Apenas três municípios não tiveram esse mesmo comportamento: Ponta Grossa, Colombo e Guarapuava. Os achados revelam que, de 2020 para 2021, os municípios com maiores aumento no valor gasto em saúde foram Ponta Grossa e Curitiba, respectivamente. O único município que apresentou queda no valor investido em saúde, de 2020 para 2021, foi Guarapuava.

Com os resultados obtidos neste estudo, foi possível demonstrar a estrutura organizacional da saúde pública e a forma que é realizada o orçamento público de uma maneira mais clara, com o intuito de facilitar o entendimento da população com os valores gastos e a forma que foi aplicada os recursos com o enfrentamento da pandemia do Covid-19.

A pesquisa apresenta algumas limitações, como período de apenas cinco anos analisados, que abrange de 2017 até 2021, e também, apenas os dez maiores municípios do estado do Paraná que compuseram o objeto de análise. Dessa forma, os resultados obtidos não podem ser generalizados para outros municípios e outro período de tempo.

Por fim, recomenda-se ainda estudos futuros para analisar os orçamentos nos anos subsequentes, fazendo uma nova comparação pós pandemia. As recomendações apenas destacam a necessidade de atualização do estudo após o término da pandemia, para melhor analisar os efeitos causados por ela na área estudada, contribuindo para a fiscalização dos orçamentos e relatórios públicos.

REFERÊNCIAS

Abreu, C. R. D., & Câmara, L. M. (2015). O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. *Revista de Administração Pública*, 49, 73-90.

Brasil (1988). [Constituição (1988)]. Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: Saúde Pública. Recuperado em 08 de agosto de 2021, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil (1990). Lei Federal nº8.080, de 19 de setembro de 1990. Sistema Único de Saúde. Recuperado em 08 de agosto de 2021, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

Brasil (2012). Lei Complementar nº141, de Janeiro de 2012. Recuperado em 20 de novembro de 2021, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

Brasil (2016). Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2016. Recuperado em 20 de novembro de 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm

Brasil (2020). Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020. Recuperado em 24 de junho de 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm

Câmara, J. C. (2021). *Gastos com o enfrentamento à Covid-19 no exercício de 2020: estudo comparativo nos estados do nordeste brasileiro*. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Cellard, A. (2008). In: Poupart, J. et al. *A análise documental*. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

Fernandes, G. A. D. A. L., & Pereira, B. L. S. (2020). Os desafios do financiamento do enfrentamento à COVID-19 no SUS dentro do pacto federativo. *Revista de Administração Pública*, 54, 595-613.

Ferreira Junior, R. R., & Santa Rita, L. P. (2020). Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. *Cadernos de Prospecção*, 13(2), 459-459.

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

Giacomoni, J. (2010). *Orçamento público*. 15. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (1999). *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

IBGE (2021). População no último censo – PR. Recuperado em 08 de agosto de 2021, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Ministério Da Saúde. (2020). Fundação Oswaldo Cruz. 2016. Recuperado em 19 de novembro de 2020, de <https://www.conass.org.br/guiainformacao/planejamento-e-orcamento-no-sus/>

Monteiro, J. J., Rengel, R., da Rosa, F. S., Lunkes, R. J., & Haskel, A. P. (2021). Reflexos da Covid-19 no orçamento público do Governo Federal. *Revista Gestão Organizacional*, 14(1), 97-116.

Piscitelli, R. B., & Timbó, M. Z. F. (2010). *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. São Paulo: Atlas.

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Curitiba - Pr*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Londrina – Pr*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://portal.londrina.pr.gov.br/transparencia>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Maringá – Pr*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portalttransparencia/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/transparencia>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Cascavel - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://cascavel.atende.net/transparencia/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <http://transparencia.sjp.pr.gov.br/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <http://www2.pmf.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortalV3.aspx>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Colombo - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://colombo.atende.net/transparencia/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Guarapuava - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://www.guarapuava.pr.gov.br/portal-da-transparencia/>

Portal Transparência. *Prefeitura Municipal de Paranaguá - Pr.* Recuperado em 25 de fevereiro de 2023, de <https://paranagua.atende.net/transparencia/>

Ribeiro, R. R. M. (2017). *Orçamento público da saúde: um estudo do ciclo orçamentário no município de Maringá-PR*. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. São Paulo: FVG.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Santos, V. E. D. (2022). *Transparência dos gastos com saúde pública na pandemia do Covid-19: um estudo comparativo entre os municípios com população entre 35 a 518 mil habitantes da região metropolitana da Serra Gaúcha*. Monografia, Graduação em Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Silva, L. D. (2007). *Prioridades nos orçamentos da União: análise da efetividade do sistema de planejamento*. Monografia (especialização) Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, e Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União, Curso de Especialização em Orçamento Público. Brasília–DF.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

PLATAFORMAS DIGITAIS E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA DISTOPIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 01/04/2024

Railson Marques Garcez

<http://lattes.cnpq.br/7642745674330297>

José Samuel Scriviner Neto

<http://lattes.cnpq.br/1215148224727673>

fase informacional-digital-financeira e que a uberização é um fenômeno distópico que leva a maior precarização do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Plataformas Digitais, Uberização, Trabalho, *Appficação*, Capitalismo Contemporâneo.

RESUMO: A disseminação das plataformas digitais de trabalho no mundo tem acelerado o fenômeno da uberização e trazido novos debates sobre os impactos da plataformação nos trabalhadores. Surgidas como uma alternativa ao mercado de trabalho formal, as plataformas digitais de trabalho alcançaram o mercado sob o discurso de flexibilidade e autogerenciamento. Parte-se da hipótese de que a plataformação é resultado do intenso progresso tecnológico e que a uberização é um fenômeno distópico nesta fase. Nesse sentido, para atingir o objetivo de analisar a relação entre a plataformação e a uberização, buscou-se, a partir de referencial bibliográfico e de abordagem qualitativa, fundamentar as categorias de discussão abordadas nas duas partes deste trabalho. Chega-se à conclusão de que a plataformação tem aflorado novas formas de dominação e exploração do capitalismo sobre a força de trabalho nesta

DIGITAL PLATFORMS AND THE UBERIZATION OF WORK: A DYSTOPIA IN CONTEMPORARY CAPITALISMO

ABSTRACT: The spread of digital work platforms around the world has accelerated the phenomenon of uberization and brought new debates about the impacts of platformization on workers. Emerging as an alternative to the formal labor market, digital work platforms have reached the market under the discourse of flexibility and self-management. It is assumed that platformization is the result of intense technological progress and that uberization is a dystopian phenomenon at this stage. In this sense, to achieve the objective of analyzing the relationship between platformization and uberization, it was sought, based on bibliographic references and a qualitative approach, to ground the categories of discussion addressed in the

two parts of this work. We reach the conclusion that platformization has brought to light new forms of domination and exploitation of capitalism over the workforce in this informational-digital-financial phase and that uberization is a dystopian phenomenon that leads to greater precariousness of the worker.

KEYWORDS: Digital Platforms, Uberization, Labor, Appfication, Contemporary Capitalism.

INTRODUÇÃO

Quem não gostaria de tomar as rédeas do próprio trabalho, escolher o horário de trabalhar e descansar, enfim, ser seu próprio chefe? E mais: ganhar dinheiro com um trabalho altamente flexível? Este é o mote principal do discurso das plataformas digitais de trabalho na atualidade. Uma proposta tentadora e altamente persuasiva ainda mais considerando um cenário macroeconômico desfavorável e com taxas elevadas de desemprego. Este cenário utópico é vendido e disseminado cada vez mais pelo capitalismo de plataforma ilustrado pelos famosos *apps* de entrega e transporte que estão se tornando essenciais nessa nova economia e que tem dado origem à uma escravidão moderna na era digital (ANTUNES, 2018).

O que parece haver de fato, é uma reorganização e uma atualização de elementos do trabalho, ligados fortemente ao desenvolvimento tecnológico, que influenciam não só em novas formas de organização produtiva, mas em um processo de deterioração das relações de trabalho iniciadas há tempos (ABÍLIO, 2017).

Debates e discussões sobre as metamorfoses do trabalho nesse século vêm se tornando frequentes no cenário supranacional, principalmente por conta do surgimento de várias manifestações advindas com a famigerada Economia do Compartilhamento. Afinal são transformações com efeitos globais e que tem impactado diversas economias, sejam elas desenvolvidas ou em desenvolvimento, e a sociedade contemporânea bastante marcada pela atuação soberana do capitalismo informacional-digital-financeiro (ANTUNES, 2019).

É por considerar as transformações, trazidas e em curso, com a globalização, informatização e digitalização da economia, bem como os seus impactos sobre a conjuntura atual do mundo do trabalho que se pretende refletir, neste trabalho, sobre a seguinte questão: O que é a plataformização e uberização do trabalho e por que esses fenômenos se apresentam de forma distópica no capitalismo contemporâneo?

Tem-se como ponto de partida a hipótese de que o trabalho plataformas digitais se expande em razão do intenso progresso tecnológico, ilustrado pela popularização da *appficação* dos serviços, tanto pelos consumidores, quanto pelos “parceiros”. Assume-se também como hipótese desta pesquisa que a plataformização das empresas deu origem à uberização do trabalho e esta revela-se um fenômeno distópico no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a relação entre as plataformas digitais e a uberização do trabalho como geradoras de distopia no capitalismo contemporâneo. Para isso, é necessário entender o que são plataformas digitais de trabalho, bem como o que é a uberização. Além disso, buscou-se apresentar a realidade do trabalho em plataformas digitais, a partir de dados secundários, e também discutir sobre a distopia criada por esse fenômeno global.

Utilizou-se, para tal intento, recurso metodológico teórico-bibliográfico com abordagem qualitativa, a partir de pesquisas em artigos, publicações acadêmicas, pesquisas institucionais e livros que abordam e dão subsídio para a problematização do tema em estudo. Dividido em quatro partes, sendo a primeira delas esta introdução, o artigo traz no segundo capítulo um levantamento sobre a plataformização na economia e apresenta o conceito, origem e termos relacionados à uberização do trabalho, a fim de compreender essas principais ideias-força; no capítulo três, intenta-se discutir sobre a distopia do fenômeno; e, por fim, no último capítulo, são apresentadas as principais conclusões com vistas a posicionar as hipóteses suscitadas nesse estudo.

PLATAFORMIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A fase atual do capitalismo e a utilização do discurso que utiliza a revolução 4.0 e a economia digital, a inovação, a necessidade de reinvenção, a flexibilidade, o empreendedorismo e autogestão, como justificativas de reação ao cenário de contingenciamento, austeridade e crise econômica, em escala mundial, tem contribuído para delinear uma outra economia, mais permissiva e extremamente perigosa às conquistas trabalhistas.

A maior abertura e a crescente globalização e digitalização dos mercados, geraram muitas transformações das organizações, de todos os portes e variados segmentos, no que diz respeito ao modelo de negócio e às suas estruturas ocupacionais em um processo de disrupção que retoma a problemática sobre a centralidade do trabalho nesse século.

Na verdade, o conjunto de transformações que se assiste no capitalismo contemporâneo é desdobramento, sobretudo, da crise do capital e de medidas, como o avanço de uma agenda neoliberal, para a retomada da taxa de lucro que atinge, evidentemente, a parte mais fraca da relação capital-trabalho. Dentro do contexto de crise e do avanço do neoliberalismo, a classe trabalhadora tornou-se mais suscetível aos experimentos do capitalismo, como o uberismo que busca organizar e remunerar a força de trabalho fora das regularidades e garantias formais preconizadas pelo direito trabalhista (POCHMANN, 2017).

O progresso técnico, a competição intercapitalista, a datificação e a *appplicação* dos negócios são movimentos que tem impactado no ambiente organizacional forçando uma

revisão de modelos e sistemas produtivos de forma a incorporar as inovações tecnológicas para manter e ampliar a competitividade.

Dentro dessa nova economia, mais digitalizada, quatro fatores se combinam para moldá-la: 1) a metamorfose de coisas em informações, ou seja, a representação digital da informação; 2) o crescimento exponencial do hardware, da banda larga, do armazenamento, 3) a miniaturização dos dispositivos digitais; e, por fim, 4) o aumento sustentado e modularizado da programabilidade. Estes fatores em conjunto têm gerado efeitos transformadores para os negócios e para a sociedade, dando origem a novas dinâmicas de oferta e demanda, espaços de digitais para interação humana, produtos totalmente digitais e plataformas digitais compartilhadas (SUNDARARAJAN, 2018).

As plataformas digitais podem ser entendidas como entidades online que fornecem tanto serviços como produtos digitais. Os serviços digitais buscam facilitar as interações entre dois ou mais conjuntos de usuários (empresas ou indivíduos), de forma interdependente, utilizando Internet. Utilizando plataformas digitais, as empresas ou os indivíduos podem intercambiar bens (e-commerce), mão de obra, e até mesmo software (OECD, 2019).

Entre 2010 e 2020, o número de plataformas, tanto as online, quanto as de serviços de táxi e de entregas, quintuplicou em todo o mundo. Em 2010 eram apenas 50 plataformas de delivery no mundo, em 2020 existiam 383 demonstrando um crescimento exponencial da ordem de 650%. É o que mostra o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) “*World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*”, publicado em fevereiro de 2021. Além disso, é importante destacar, conforme informações deste relatório, que foi a recessão econômica de 2008 que deu impulso para o desenvolvimento de plataformas online e de serviços de entregas (ILO, 2021b).

Muito populares nessa fase do capitalismo, as plataformas digitais invadiram a vida social e começaram também a mudar o panorama do mercado de trabalho. As plataformas, principalmente as plataformas digitais de trabalho, em razão as inovações em escala global, tornaram-se parte muito presente na sociedade contemporânea e alteraram a forma de fazer negócios e de organizar o trabalho (EUROPE UNION, 2020; ILO, 2021a).

Como um novo tipo de modelo de negócio, as plataformas digitais de trabalho são caracterizadas por relações de propriedade além de serem orientadas e governadas pelos termos de uso acordados entre usuários e empresas. É a partir da captura e circulação de dados, da seleção e personalização de conteúdos e ou ofertas que as plataformas mostram seu potencial de atender as necessidades do mercado, a partir tanto da vigilância, quanto do controle dos dados intercambiados. A maior competitividade delas vem do uso de dados que impulsionam o crescimento das empresas que se utilizam dos efeitos de rede, ou seja, dos impactos gerados pela comunidade de usuários sobre o valor criado pela plataforma (GROHMANN, 2020; SRNICEK, 2017; PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2018).

Percebidas como nuances do capital, as plataformas dessa economia conhecida como “*gig economy*” estão centradas, indiscutivelmente, em tecnologia, ou seja, em aplicativos e dispositivos que se tornaram mais acessíveis e também em orientações normativas. No modelo de plataforma, serviços são prestados e a obtenção de receitas acontece, principalmente, pela transferência de custos e riscos ao elo mais fraco, ou seja, ao trabalhador plataformizado (GANDINI, 2018; ILO, 2021b).

Uma importante consideração a ser destacada no modelo de plataformas é que a lógica de operação delas consiste em comprar o tempo das pessoas e fazer uso efetivo do tempo e da força de trabalho autônoma. No caso da Uber, a maquinaria (*software*) é utilizada tanto para aumentar o mais-valor absoluto (as jornadas de trabalho são mais extensas), quanto o mais-valor relativo (a maior oferta de motoristas faz baixar o preço da força de trabalho), o que tem impacto direto na redução da remuneração dos trabalhadores (WOODCOCK, 2020; FRANCO; FERRAZ, 2019).

O trabalho uberizado, por meio das plataformas digitais, leva à subsunção do trabalhador à tarefa, à atividade, uma vez que as plataformas se apresentam como “pontos de produção”, como meios necessários e suficientes ao trabalhador. Nelas que funcionam os sistemas de feedback, de ranqueamento e classificações que ajudam a manter o controle sobre o trabalho desempenhado pelo “parceiro”. É dentro da plataforma, portanto, de forma centralizada, que a dinâmica do trabalho é determinada pelos cálculos algorítmicos (FRANCO; FERRAZ, 2019; GANDINI, 2018).

A uberização, expressão que se tornou referência ao trabalho nas plataformas e também sinônimo de precarização do trabalho, tem se popularizado em todo o mundo pelo êxito do modelo de negócio da empresa Uber. Apesar de estar associada à Economia do Compartilhamento ou até mesmo ser usada como representante desse movimento, a uberização se descola da ideia original de compartilhamento e de um modelo leve e flexível. Na verdade, a uberização tem representado um modo distinto de acumulação capitalista que se concretiza a partir da mediação e subsunção do trabalho que, uma vez logado na plataforma, torna-se responsável por providenciar seus próprios meios de produção. Não há nada de compartilhamento ou troca de serviços como, em geral, costuma-se entender, mas sim um aumento do consumismo e uma intensificação da precarização dos trabalhadores (FRANCO; FERRAZ, 2019; SLEE, 2017).

A uberização apesar de conter uma forte conotação de inovação e associar-se naturalmente à empresa Uber, trata-se de um fenômeno mais amplo e mais complexo no capitalismo contemporâneo. É, na verdade, um fenômeno que se apresenta como uma tendência global puxada pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Na dinâmica da uberização do trabalho os trabalhadores just-in-time não estão restritos somente ao setor de transportes, nem somente às plataformas digitais, mas são os principais representantes dessa classe (ABÍLIO, 2020).

Sob o prisma do “trabalhe quando quiser”, o discurso mercadológico fez a uberização crescer e ganhar muitos adeptos (parceiros e usuários) rapidamente. Propagando liberdade, autonomia e flexibilidade, a uberização surgiu como uma alternativa utópica para muitos indivíduos. No entanto, as engrenagens desse modelo escamoteiam a verdadeira natureza do processo que impedem que o trabalhador “parceiro” goze da tão sonhada e desejada autonomia e flexibilidade laboral (SLEE, 2017; DAVIS, 2016; SHIBATA, 2020).

A UTOPIA DO AUTOGERENCIAMENTO E A DERROCADA DO TRABALHADOR DE PLATAFORMA

A atual fase do capitalismo caracterizada por um capitalismo digital-informacional financeiro, por arranjos ubercapitalistas e ultraneoliberais (SCHOLZ, 2016), e pela utilização do discurso que utiliza a inovação como justificativa, tem delineado uma outra economia – uma economia baseada no acesso, no compartilhamento, na colaboração e na *aplicação* de tarefas e serviços que, aparentemente, são mais flexíveis e vantajosos. No entanto, a respeito disso, é preciso compreender que:

A promessa de um capitalismo mais humano para o mundo corporativo é, ao contrário do que possa parecer, uma forma mais agressiva de capitalismo com desregulação, novas formas de consumismo e uma nova onda de trabalho precarizado. Apesar do discurso de democratização e redes de relacionamento, o que aconteceu com a Economia do Compartilhamento foi uma separação entre o risco (repassado aos fornecedores de serviços e aos consumidores) e recompensa, que se acumula nas mãos dos donos da plataforma (SLEE, 2017, p. 285).

Diferentemente do discurso propagado, a uberização, sob o guarda-chuva da Economia do Compartilhamento e sob a aura de vantagens em compartilhar coletivamente recursos privados, revelou-se uma prática agressiva e geradora de desigualdades. Além disso, trouxe para a arena de discussão mais uma pauta sobre os efeitos e impactos no mundo do trabalho, principalmente, no que diz respeito à segurança e à precarização das atividades desenvolvidas para os aplicativos, sob o conceito de serviços inovadores, executados por centenas de milhares de trabalhadores em todo o mundo.

Ao se venderem como alternativas maravilhosas e altamente vantajosas em termos de jornada de trabalho e rendimentos, as plataformas digitais de trabalho, ou seja, os famosos aplicativos que, inevitavelmente, tomaram conta da rotina da sociedade, escondem mecanismos de controle, supervisão e exploração do trabalho.

O que se verifica é que as plataformas estão tornando as atividades cada vez mais precarizadas e mais arriscadas para o trabalhador que nelas desejam encontrar a tão sonhada liberdade laboral e o autogerenciamento. Na dinâmica originada por elas, os empregados são substituídos por parceiros (aqueles que querem entrar no movimento) e os gerentes (aqueles que coordenam, supervisionam e controlam) por sistemas de reputação que, no caso da Uber, servem tanto para classificar motoristas e usuários, quanto para impedir a continuidade na plataforma. (SLEE, 2017).

Ao atacar a rigidez dos modelos tradicionais, as plataformas atraem, através do discurso da flexibilidade, trabalhadores diretos e indiretos. Além disso, ainda agregam ao discurso da possibilidade de renda extra, do uso do tempo livre e da diversão para ganhar a atenção e despertar o interesse pelo trabalho nas plataformas (DE STEFANO, 2017).

De tom altamente apelativo, esse discurso neoliberal, é usado para ludibriar uma força de trabalho disponível e vulnerável – muitas vezes uma força de trabalho já cansada de buscar por trabalhos formais. São fatores que tornaram as plataformas populares: 1) horários de trabalho flexíveis; 2) liberdade para escolher tarefas, e 3) a escolha de trabalhar a qualquer hora em qualquer lugar. Além disso, os trabalhadores também buscam renda adicional ou aderem ao trabalho nas plataformas pela falta de outras oportunidades de emprego (ILO, 2021).

Diante desse panorama, o trabalho precário tem se tornado a realidade de muitos trabalhadores no mundo, uma tendência intensificada, principalmente, após a crise capitalista de 2008. A precarização, nesse sentido, expande-se por diversos segmentos e tem se tornado regra ao alcançar muitos trabalhadores, se tornando uma característica marcante da sociabilidade contemporânea (PRAUN; ANTUNES, 2020).

É a precarização, inclusive, um importante mecanismo da dinâmica da plataformização do trabalho. Pesquisas realizadas entre 2016 e 2019 em 13 países da Europa, revelaram que o trabalho nessas plataformas é precário, reduz a autonomia e a flexibilidade do trabalhador, mas aumentam a flexibilidade ao “empregador”, ou seja, as plataformas tem liberdade para alterar seus termos de trabalho (HUWS et al, 2019).

Pela forma como se apresentam, as plataformas ou aplicativos, representam formas estratégicas utilizadas pelo capitalismo para contratar e gerir o trabalho, mas que, na verdade, mascaram o assalariamento das relações estabelecidas entre plataforma online e entregador/motorista. Elas conseguiram arquitetar novas formas de controle ainda mais eficazes e com grande precisão, uma vez que, pela enorme quantidade de dados, é possível intervir e orientar o comportamento tanto dos “parceiros” quanto dos usuários a partir da lógica algorítmica e da datificação, que tanto determina, quanto executa as regras (ABÍLIO, 2020; FESTI, 2020; GONSALES, 2020; FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Agindo diferentemente do discurso propagado, as plataformas, a partir de seus mecanismos de controle, inauguraram mais um episódio de catástrofe ao mundo do trabalho ao utilizarem as tecnologias para reforçar o caráter instrumental e opressor do modo de produção capitalista. Para ter uma vida decente, os trabalhadores de plataformas acabam trabalhando longas horas, o que tem um impacto na qualidade de vida, no bem estar social e pode levar ao estresse (ABÍLIO, 2020c; ILO, 2021a; FESTI, 2020).

Na *gig economy* ao acessar o aplicativo e ficarem online, os trabalhadores estão se sujeitando a uma autoridade que organiza os pedidos e as demandas dos consumidores, determina quais, onde e como as tarefas devem ser executadas, o valor que será pago, além de controlar, direta ou indiretamente, a execução do trabalho e a performance do

trabalhador. Ou seja, a plataforma monitora e avalia de forma minuciosa o comportamento dos trabalhadores, remunerando-o pela produtividade e não pelo tempo de trabalho (GANDINI, 2018; GONSALES, 2020). Na visão de Grohmann (2020, p.95):

As plataformas – em seus mais variados tipos – são, por um lado, a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e em diversos setores da sociedade.

O controle algorítmico ou controle por programação e comando dá o tom e transforma a ficção do trabalhador-mercadoria em ficção do trabalhador-livre que, na verdade, está em aliança neofeudal com a plataforma. Assim, o que há na verdade, é uma transferência de riscos e custos, um claro receituário de controle explícito que executam diariamente (CARELLI, 2017; FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

De acordo com Schinestsck (2020, p.86-87), o meio ambiente laboral das plataformas digitais de trabalho é caracterizado por: pressão pelo medo, jornadas extenuantes, captura da subjetividade do trabalhador e total precarização do trabalho. A uberização do trabalho como é conhecida a plataformização do trabalho, afeta os mecanismos de subordinação, gestão, organização e remuneração do trabalho nos aplicativos. É, sobretudo, um processo de precarização contínuo, que age em nome da acumulação de capital pela intensa exploração da força de trabalho, a partir, do rompimento de estruturas político-institucionais de regulação que se concretiza pelo discurso neoliberal de empreendedorismo, da tecnologia inovadora e dos apelos altamente sedutores aos trabalhadores que lutam em uma sociedade sem emprego (GONSALES, 2020; MOARES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019).

Na verdade, o trabalho em plataformas online, representa formas de subordinação e sujeição de consumidores e trabalhadores, criado para ampliar o lucro do capital (FONTES, 2017). Como novos locais de acumulação de capital que apresentam inclusive clivagens de raça e gênero, as plataformas, funcionam também como locais de “produção dual de valor”: produzem valor monetário pelo serviço prestado (incrementado pelo valor de uso) e valor especulativo em razão dos dados produzidos antes, durante e depois do serviço prestado (VAN DOORN, 2021).

As plataformas oferecem oportunidades, mas que trazem no pacote muitos problemas, principalmente para os trabalhadores. Problemas que estão relacionados à regularidade do trabalho, às condições de trabalho e renda, proteção social, direito à negociação coletiva, etc. Assim, sem dúvidas, o trabalho em plataformas digitais apresenta condições laborais consideradas desafiadoras, uma vez que incluem baixa volatilidade de ganhos e renda, encerramento injusto das contas dos trabalhadores, acesso limitado ao trabalho e à proteção social (ILO, 2019; 2021a).

Ao tentarem imprimir o rótulo de autônomos aos trabalhadores, as plataformas mascaram a verdadeira relação entre as partes como forma de evitar problemas jurídicos e transferir custos fixos que são convertidos em responsabilidades aos trabalhadores nas plataformas. A ideia central da uberização é reduzir o trabalhador na exata medida necessária, enquanto fator de produção, às necessidades do capital. Esse trabalhador, denominado “empreendedor”, é transformado em um trabalhador *just-in-time*, um gerente subordinado, que arca com os riscos e custos da sua própria produção (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020; ABÍLIO, 2020).

O trabalho nas plataformas digitais (aplicativos) tem representado um novo laboratório para os experimentos do capital e para a luta de classes contra o combo datificação-financeirização sob a ordem neoliberal. No entanto, apesar de apresentar contornos novos, esse laboratório não nasceu com a uberização, sendo uma materialização e consequência de um processo histórico que combina: capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração de dados e gestão neoliberal. Consideradas geradoras de privilégios, essas plataformas obrigam os trabalhadores a gerirem suas próprias sobrevivências diante de todas as vulnerabilidades impostas e que só ele pode superar, afinal, como as plataformas usam em seus discursos, “só depende do trabalhador” (GROHMANN, 2020a; 2021).

CONCLUSÃO

O exército de reserva disponível e o contingente de trabalhadores dispostos a acatar o “discurso de inovação”, utilizado pelas plataformas digitais e na *appplicação* dos serviços, como meio e fim, para vender a ideia de liberdade, mascaram práticas precárias e de superexploração, contribuindo para o projeto capitalista de dominação e para a ampliação de sua reprodução no espaço supranacional nessa fase contemporânea. Tem-se, assim, esse cenário como o novo padrão de desenvolvimento e organização das formas de trabalho, que se apresentam, primordialmente, sob um caráter mais flexível, intenso e precário.

Novos mecanismos de exploração, como a intensificação da jornada de trabalho, espoliação e subsunção do trabalhador moderno são premissas evidentes que reforçam os axiomas centrais do modo de produção capitalista, denotando sua vocação principal de exploração da força de trabalho que se atualizada dentro da perspectiva de uma economia de serviços de plataformas que usa a *appplicação* como meio para depreciar, ainda mais, a classe trabalhadora.

As plataformas, conforme visto, operam sobre dois eixos principais: a datificação e os algoritmos. E é a partir desses dois eixos que toda a engrenagem das plataformas pode funcionar de acordo com as pretensões do capital, afinal são elas as detentoras dos mecanismos tecnológicos que permitem conectar oferta e demanda e alcançar, a partir da rede, milhões de pessoas.

Diferentemente do que as plataformas pregam, como “Fique online o tempo de quiser – tudo depende de você”, o controle, conforme visto, não está nas mãos dos trabalhadores, mas sim sob a dinâmica embaçada e nefasta dos algoritmos que mascaram a ideia de liberdade e flexibilidade.

Dessa forma, este trabalho cumpre seu objetivo que consistiu na análise da relação existente entre as plataformas digitais e a uberização do trabalho como geradoras de uma distopia na fase atual do capitalismo. A partir dos dados apresentados, pode-se concluir, com as devidas limitações do estudo, que a uberização é mais um estratagema do capitalismo e aponta para dimensões como insegurança, competição, desvalorização da força de trabalho, sujeição, exploração, precarização, etc., que reforçam o caráter degradante do trabalho ao qual os “parceiros” estão submetidos nas plataformas digitais de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, on-line, Rio Grande do Sul, nº503, ano XVII, 24 abr.2017. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao503.pdf>. Acesso em: 15.jul. 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. **Estudos Avançados** [online], v. 34, n. 98, pp. 111-126, abril 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em 17.mai.2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. IN: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARELLI, R. D. L. O caso Uber e o controle por programação: de carona para o século XIX. In: LEME, A. C. R. P.; RODRIGUES, B. A.; CHAVES JUNIOR, J. E. R. **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

DE STEFANO, Valerio. **The rise of the “just-in-time workforce” : on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”**. International Labour Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. - Geneva: ILO, 2016 Conditions of work and employment series; No. 71.

DE STEFANO, Valerio. **Labour is not a technology – reasserting the declaration of philadelphia in times of platform-work and gig-economy**. IUS Labor, n.2, 2017.

DAVIS, G. F. *What might replace the modern Corporation? Uberization and the web page enterprise*. **Seattle UL Rev.**, v. 39, p. 501, 2016. Disponível em: <https://digitalcommons.law.seattleu.edu/sulr/vol39/iss2/13/>. Acesso em: 15.mai.2021.

EUROPEAN UNION (EU). **The Platform Economy and Precarious Work**. Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, Directorate- General for Internal Policies. Luxembourg, September, 2020.

FESTI, R. Contribuições críticas da sociologia do trabalho sobre a automação. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FILGUEIRAS, Vitor.; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRANCO, David Silva.; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 844-856, ago. 2019. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936>. Acesso em: 15.jul. 2020.

GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. **Human Relations**, v.72, set, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0018726718790002>. Acesso em 18.mai.2021.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan/abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/12188>. Acesso em: 15.maio.2021.

HUWS, Ursula.; SPENCER, Neil H.; COATES, Matthew.; HOLTS, Kaire. **The Plataformisatin of work in Europe: highlights from research in 13 european countries**. Bruxelas: University of Hertfordshire, Fundation for European progressive studies, 2019.

ILO. International Labour Organization. **Can digital labour platforms create fair competition and decent jobs?**. Infostories, february, 2021. Disponível em:<https://ilo.org/infostories/Campaigns/WESO/World-Employment-Social-Outlook-Report-2021#introduction>. Acesso em 10.mai.2021a.

ILO. International Labour Organization. **World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work**. International Labour Office – Geneva: ILO, 2021b.

MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647- 681, dez./2019. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/216>. Acesso em 10.mai.2021.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). **An Introduction to Online Platforms and Their Role in the Digital Transformation**. 2019. Disponível em:<https://www.oecd.org/innovation/an-introduction-to-online-platforms-and-their-role-in-the-digital-transformation-53e5f593-en.htm>. Acesso em:21.mai.2021.

PARKER, Geoffrey G.; VAN ALSTYNE, Marshall W.; CHOUDARY, Sangeet Paul. **Plataforma a revolução da estratégia: o que é a plataforma de negócios, como surgiu e como transforma a economia em alta velocidade**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

POCHMANN, Márcio. A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho. **Revista do Brasil**. São Paulo. 9 jul. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2017/07/a-nova-classe-do-setor-de-servicos-e-a-uberizacao-da-forca-de-trabalho/>. Acesso em: 10.mai.2021.

PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SCHINESTOCK, Clarissa Ribeiro. As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante, Autonomia Literária, 2016.

SHIBATA, Saori. *Gig Work and the Discourse of Autonomy: Fictitious Freedom in Japan's Digital Economy*. **New Political Economy**, 25:4, 535-551, 2020. DOI: 10.1080/13563467.2019.1613351. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2019.1613351>. Acesso em 15.mai.2021.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. São Paulo: Editora Senac, 2018.

VAN DOORN, Niels. Trabalho em plataformas é trabalho de minorias. In: GROHMANN, R. (organizador). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. Tradução de Murillo Van Der Laan e Marco Gonsales. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE UBERIZAÇÃO NO BRASIL

Data de submissão: 03/03/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Kathrine Llebon de Oliveira e Silva

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/0672561434523073>

Maristela de Souza Pereira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7170920628750200>

Paula Beatriz Nunes de Moraes

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7928030893878666>

RESUMO: Tendo em consideração a expansão da uberização do trabalho, busca-se analisar a produção acadêmica sobre essa temática, através do mapeamento de artigos que tratam especificamente dessa questão, com o objetivo de evidenciar os conteúdos abordados, especialmente no que tange aos impactos sobre a saúde desses trabalhadores, agravados pela Pandemia de Covid-19, e às suas formas de organização coletiva. Como resultados, verifica-se uma perspectiva crítica na abordagem desse fenômeno, considerado como construído historicamente e fundamentalmente atrelado ao modo de

produção capitalista, cuja incorporação das novas tecnologias atua diretamente na ampliação da precarização estrutural do trabalho e na retirada de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Uberização, Pandemia, Saúde do Trabalhador, precarização, neoliberalismo

SCIENTIFIC PRODUCTION ON UBERIZATION IN BRAZIL

ABSTRACT: Considering the expansion of the uberization of work, this article aims to analyze the academic production about uberization, with the objective of highlighting the contents addressed, especially the impacts on the health workers, aggravated by the Covid-19 Pandemic, and their forms of collective organization. As a result, it's observed a critical perspective in the approach of this phenomenon, that considered uberization as historically constructed and fundamentally linked to the capitalism, whose incorporation of new technologies acts in the expansion of the structural precariousness of work and in the withdrawal of rights.

KEYWORDS: Uberization, Pandemic, Occupational Health, precariousness, neoliberalism

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a produção acadêmica sobre a uberização no Brasil, tendo em consideração que trata-se de fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos, especialmente após a pandemia de Covid-19.

Parte-se da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, referência importante para se pensar a “relação fulcral entre a subjetividade e os aspectos objetivos e materiais de existência” (PEREIRA, 2020), a qual auxilia na compreensão sobre o entrelaçamento entre os elementos concretos do trabalho subordinado por plataformas digitais e as vivências dos trabalhadores decorrentes desse.

Intenta-se mapear os estudos publicados na forma de artigos, que tratam especificamente da temática da uberização, com o objetivo principal de identificar e descrever as temáticas discutidas, ajudando assim a oferecer um panorama sobre como esse fenômeno tem sido tratado na literatura científica brasileira. Busca-se ainda discutir, de forma mais específica, como são referidas as questões relacionadas aos impactos sobre a saúde desses trabalhadores, os efeitos da pandemia nesse cenário e as modalidades de organização coletiva experimentadas por eles. Pode-se mencionar também como objetivos específicos: examinar quais são os periódicos escolhidos pelos pesquisadores para divulgarem à comunidade científica seus estudos, o campo teórico do qual partem para realizar suas análises, quais métodos utilizam na realização das pesquisas, bem como a evolução temporal das publicações.

MÉTODO

Foram realizadas buscas nas plataformas Scielo, CAPES, BVS-Psi e Google Acadêmico, a partir do unitermo “uberização”, usando-se os unitermos “saúde”, “trabalho”, “precarização” e “motoristas de aplicativo” para refinamento.

Após a eliminação das duplicidades, a leitura dos resumos possibilitou a identificação dos materiais que efetivamente discutiam a temática da uberização, sendo excluídos aqueles que apenas faziam menção ao termo. Chegou-se a um *corpus* de análise formado por 20 artigos, os quais passaram por sucessivas leituras e por um exaustivo processo de classificação, organização temática e refinamento categorial, possibilitando uma radiografia das publicações brasileiras sobre essa temática.

RESULTADOS

No que concerne aos veículos científicos escolhidos para publicação dos estudos, notou-se uma grande dispersão das publicações em periódicos oriundos de diversos campos científicos, com abrangência para Psicologia, Sociologia, Administração, Terapia Ocupacional, Ciências do Esporte, Direito e Saúde Coletiva. Apenas um periódico concentrou duas publicações, como pode ser observado na Tabela I.

N	Veículo de Publicação	Ano de Publicação
1	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2021
2	Ciência & Saúde Coletiva	2021
3	Ensata	2020
4	Laboreal	2021
5	NAU Social	2021
6	Novos Estudos CEBRAP	2020
7	Psicoperspectivas	2019
8	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2021
9	Revista Brasileira de Estudos Organizacionais	2019
10	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2020
11	Revista de direito do trabalho, processo do trabalho e direito da seguridade social	2020
12	Revista Direitos, Trabalho e Política Social	2020
13	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	2019
14	Revista Interface	2019
15	Revista Katálýsis	2020
16	Scielo Preprints	2021
17	Sociologias	2021
18	Trabalho, Educação e Saúde	2021
19	Trabalho, Educação e Saúde	2021
20	XXXI Congreso Alas Uruguay	2017

Tabela I – Identificação dos veículos científicos onde os estudos foram publicados

Fonte: elaborada pelas autoras.

Em contraste com a dispersão dos periódicos, nota-se uma grande concentração das publicações nos anos mais recentes, tendo o ápice sido encontrado no ano de 2021¹, conforme apresentado no Gráfico I. Observa-se um crescimento progressivo nos anos recentes, o que pode ser creditado à Pandemia de Covid-19, que elevou exponencialmente a demanda por atividades de entrega de mercadorias, intermediadas por aplicativos, e colocou a categoria dos trabalhadores uberizados como essenciais ao funcionamento da economia.

¹ A seleção do material foi realizada nos primeiros meses de 2022.

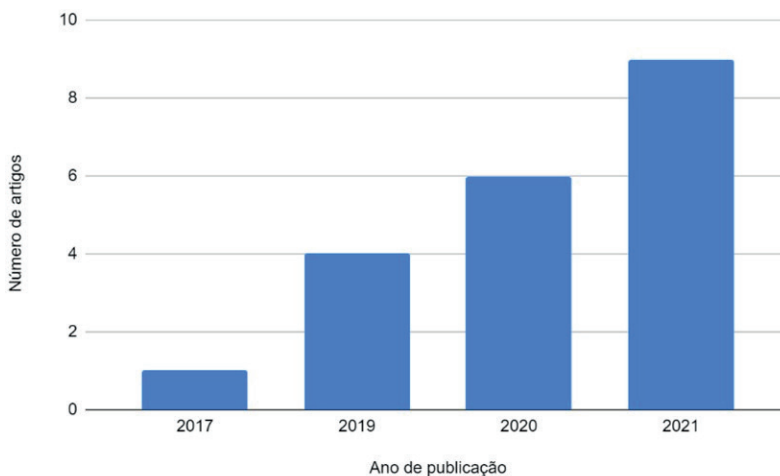


Gráfico I – Evolução temporal das publicações analisadas

No que diz respeito à estratégia metodológica indicada nos artigos, a maioria das pesquisas adotaram abordagem qualitativa, através de entrevistas semi-dirigidas e entrevistas em profundidade. Também foram encontrados estudos quantitativos, com uso de questionários fechados, sendo referidos uso de escala Likert e análise fatorial. Houve ainda estudos que utilizaram abordagens mistas (quali-quantitativa) e três publicações enquadradas como ensaios teóricos.

Com relação aos conteúdos abordados, foram identificadas as seguintes temáticas: uberização, revolução tecnológica, plataformização, neoliberalismo, relações e legislação trabalhista, precarização, proteção social, remuneração, jornada de trabalho, desemprego, dinâmica social e familiar, estigmatização e discriminação, e identidade. A seguir, serão discutidos os aspectos que interessam mais especificamente à presente análise: saúde, pandemia e organização coletiva.

Saúde e Segurança no trabalho

Esses são temas tangenciados em pelo menos 85% dos artigos, o que já denota sua importância nas discussões acerca da uberização do trabalho. Os processos de precarização do trabalho, exemplificados pela transferência dos custos e riscos para os trabalhadores, as extensas jornadas de trabalho e a falta de garantias de proteção oferecidas pelas leis trabalhistas e empregos formais, bem como o sentimento permanente de insegurança decorrente dessa modalidade de trabalho, atingem não somente o trabalhador, mas também suas famílias, gerando consequências que vão além do mundo profissional (ABÍLIO, 2019; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; ALVAREZ *et. al.*, 2021; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; CORREIA *et. al.*, 2020; MASSON *et. al.*, 2021; MODA; GONSALES, 2020; MORAES, 2020).

Ainda que, por lei, a duração do trabalho não possa exceder 8 horas diárias, resultando numa média de 40 a 44 horas por semana, sem a proteção legal os trabalhadores de aplicativo frequentemente excedem esse horário, chegando a cargas de trabalho de 60 horas semanais, trabalhando 6 dias na semana, para aumentar a remuneração diária (ABÍLIO, 2020; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; BARROS; RAYMUNDO, 2021; MASSON *et al.*, 2021; MODA; GONSALES, 2020; RAPOSO, 2020; SANTOS, *et al.*, 2020; SILVESTRE; SANTOS; AMARAL, 2021).

Disso decorre tanto a inexistência de uma separação entre a vida laboral e pessoal desses sujeitos, como a negação do tempo de descanso ao trabalhador, necessário para a reposição da força produtiva (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019a; RAPOSO, 2020; SILVESTRE; SANTOS; AMARAL, 2021). Enseja-se assim o esgotamento físico e emocional, decorrente das longas jornadas de trabalho; a ansiedade e stress, agravados pela assunção dos riscos e custos, baixa remuneração e falta de proteção social, sendo diagnosticado inclusive casos de depressão.

Além disso, é preciso destacar que essas formas de trabalho representam constantemente um risco para a saúde física dos trabalhadores, devido ao esforço que essa modalidade de trabalho engendra. São referidos adoecimentos ocupacionais, que podem passar pela tendinite, dores no joelho e lombalgia (ABÍLIO, 2020; ALVAREZ *et al.*, 2021; FONSECA, 2017; RAPOSO, 2020; SOUZA, 2021). Conforme avalia Raposo (2020), com base em relatório da Companhia de Engenharia do Tráfego (CET), os trabalhadores considerados invisíveis no espaço urbano (motoristas, porteiros, garçons, pedreiros etc.) são a grande maioria das vítimas de mortes e acidentes de motocicleta. Deve-se atentar ainda para o agravante de que frequentemente esses trabalhadores não estão segurados pela Previdência Social, de forma que, em caso de acidentes e adoecimentos, sua subsistência esteja ameaçada e não possam despendar o tempo necessário para recuperação (ALVAREZ *et al.*, 2021; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; CORREIA *et al.*, 2020; MORAES, 2020).

Pandemia COVID-19

Observa-se que 40% dos artigos trazem para a presente discussão o impacto da pandemia de Covid -19 para os trabalhadores uberizados, como em Souza, 2021; Mecca e Júnior, 2021; Masson *et al.*, 2021; Moraes, 2021; Uchôa-de-Oliveira, 2020; Silvestre, Neto e Amaral, 2021; Abílio, 2020; Alvarez *et al.*, 2021. Os autores buscam compreender as condições de trabalho durante a quarentena, já que o serviço em questão foi considerado essencial por garantir a distribuição de alimentos, refeições e bens-de-consumo, respeitando as exigências sanitárias de isolamento social. Além disso, devido ao desemprego e às dificuldades financeiras agravadas pela crise econômica e sanitária, houve um aumento no número de cadastramentos nos aplicativos de transporte e entrega, que dobraram após o início da quarentena (ABÍLIO, 2020; MASSON *et al.*, 2021; ALVAREZ *et al.*, 2021; SOUZA, 2021; SILVESTRE; NETO; AMARAL, 2021; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; MORAES, 2020).

Entretanto, “(...) ao mesmo tempo que ganham visibilidade e centralidade como serviço essencial para o isolamento, os entregadores enfrentam a piora de suas condições de trabalho” (ABÍLIO, 2020, p. 594). Nesse sentido, os motoristas de transporte por aplicativo correram maior risco de exposição e contaminação por coronavírus (MASSON *et al.*, 2021; ALVAREZ *et al.*, 2021; SOUZA, 2021; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; MORAES, 2020), sendo notória a falta de condições protetivas, visto que as empresas-aplicativo não forneceram os materiais sanitários necessários como máscara e álcool em gel (MASSON *et al.*, 2021; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; MORAES, 2020).

De acordo com Masson et al. (2021), a empresa Uber propôs um serviço de assistência financeira aos motoristas e entregadores diagnosticados com COVID-19 ou isolados por suspeita de contaminação, com duração de 14 dias. Um critério adotado pela empresa foi o histórico de problemas de saúde. O cálculo foi baseado na média de renda semanal dos motoristas nos últimos três meses, a datar da solicitação do auxílio. Entretanto, como apontado pelos autores, isso se mostrou ilusório, já que a crise econômica pandêmica vinha se agravando desde o mês de março do ano de 2020 e a assistência estava prevista apenas para o mês de junho.

Uchôa-de-Oliveira (2020), menciona a liminar derrubada em abril de 2020, válida por apenas 48 horas, que previa o pagamento de um salário mínimo aos entregadores diagnosticados ou com suspeita de contaminação por coronavírus ou que estavam em algum grupo de risco. Além disso, a liminar tornava obrigatória a distribuição de equipamentos de proteção sanitária diária para os trabalhadores e a disponibilização de espaços para sanitização de veículos, mochilas de entrega e capacetes. O pretexto utilizado para a derrubada defendia que a relação entre os trabalhadores e os aplicativos não era empregatícia.

Além disso, embora o serviço tenha sido considerado essencial e tenha se mostrado central nas esferas de distribuição e circulação, Silvestre, Neto e Amaral (2021) apontam para um declínio dos rendimentos, mesmo com jornadas extenuantes. A raiz desse problema estaria na “(...) ampliação do contingente de trabalhadores, diluição da distribuição do trabalho e retirada de bonificações” (ABÍLIO, 2020, p. 594).

Organizações coletivas

Todas essas problemáticas apresentadas e, principalmente, o agravamento pandêmico fomentaram várias mobilizações e organizações coletivas no Brasil e no mundo, assunto que aparece em 65% dos artigos (RAPOSO, 2020; SOUZA, 2021; MECCA; JUNIOR, 2021; BARROS; RAYMUNDO, 2021; MODA; GONSALES, 2020; MASSON *et al.*, 2021; ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; MORAES, 2021; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; ABÍLIO, 2020; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; ABÍLIO, 2021; ALVAREZ *et al.*, 2021). Entretanto, os autores surgem algumas dificuldades para a criação de associações

pelos motoristas de transporte por aplicativo, como, por exemplo, a inexistência de um espaço físico, que prejudica a comunicação e o estabelecimento de objetivos pontuais (MODA; GONSALES, 2020); a fragmentação de movimentos coletivos devido ao distanciamento social e ao enfraquecimento dos sindicatos; e a divergência com relação à possibilidade de contratos formais, fomentada pelo discurso empreendedor das empresas-aplicativo (MORAES, 2021; SOUZA, 2021; MODA; GONSALES, 2020).

A #BrequeDosApps, é mencionada por Abílio (2020) e Moraes (2021). Trata-se de uma paralisação nacional, ocorrida em 1º de julho de 2020, concomitante a movimentos no México, Chile, Argentina e Equador, contra a UberEats e outras empresas-aplicativo de entregas. Apesar de ser um movimento descentralizado, as demandas eram semelhantes: melhores condições de trabalho, devidas às jornadas extenuantes e à falta de segurança; melhora na remuneração; distribuição de equipamentos de proteção e segurança sanitária; e regulamentação do setor por parte dos governos. Os motoristas bloquearam saídas de locais centrais para as entregas, ocuparam acessos das cidades e, em redes sociais, incentivaram os consumidores a boicotar os aplicativos. Descontentes com a devolutiva das empresas, que se limitaram a emitir comunicados, os entregadores organizaram uma segunda greve, em 25 de julho, considerando a criação de seus próprios aplicativos como alternativa ao trabalho uberizado. Nota-se que:

O que fica evidente são os desafios enfrentados pelas formas tradicionais de organização coletiva diante de novos modos de resistência que se constroem na relação com os modos contemporâneos de gestão e controle do trabalho. Também ficam claros as disputas e os dilemas em torno de regulações do trabalho que enfrentem o processo de informalização e especificidades da uberização - como o gerenciamento algorítmico, sobretudo em um cenário como o atual, profundamente desfavorável para a proteção e os direitos dos trabalhadores (ABÍLIO, 2020, p. 595).

Uchôa-de-Oliveira (2020), destaca movimentos ao redor do globo, como na França, em 2015, com a paralisação dos motoristas da Uber pela diminuição de taxas; nos Estados Unidos, em 2016, com o “Fight for \$15” (rendimento mínimo por hora); na Espanha, em 2017, com a formação de associações demandando a garantia de direitos trabalhistas; e na Argentina, em 2020, com a realização de duas assembleias nacionais de trabalhadores de entrega. Moda e Gonsales (2020), comentam sobre uma mobilização em Bangalore e Nova Deli, na Índia, onde mais de 100 mil motoristas paralisaram suas atividades durante duas semanas, reivindicando melhores remunerações, redução de trabalhadores ativos e representação sindical. Esses autores também relatam uma pesquisa realizada durante o movimento paredista global de motoristas por transporte por aplicativo, na cidade de São Paulo, em 8 de maio de 2019 em que os ditos “parceiros” exigiam, principalmente, melhores condições de trabalho, redução de tarifas e mais segurança. Na pesquisa foi observado que as novas tecnologias foram utilizadas para convocar os motoristas e organizar as demandas. Desse modo,

(...) as mesmas tecnologias que ampliam a capacidade de controle das empresas de TPA, através do fracionamento e da individualização do trabalho, também possibilitam aos trabalhadores novas alternativas para romper com o isolamento característico desse setor e organizar ações coletivas. (...) Todos os presentes relataram estar em dezenas de grupos de mensagens instantâneas. Os motoristas desenvolvem amizades, laços de solidariedade e pensam em ações coletivas a partir desses grupos (MODA; GONSALES, p. 13).

Entretanto, a aparente homogeneidade do movimento é contestada pela divergência de opiniões com relação à possibilidade de representação sindical. Além disso, no dia da paralisação, algumas empresas aumentaram o preço da corrida para incentivar os motoristas a trabalharem e, assim, desmobilizar a paralisação (MODA; GONSALES, 2020).

Em Mecca e Junior (2021), foi feita uma pesquisa sobre o Empreendimento de Economia Solidária CicloPedaleiros, uma marca de gestão coletiva que realiza entregas em bicicletas, sendo ressaltados os princípios de valorização humana, cooperação e solidariedade compartilhados pelo grupo, com estabelecimento de preços justos e o combate à autoexploração trabalhista. Embora não possuam plena estruturação física e financeira, contam com parcerias com empresas locais, garantindo o mínimo de estabilidade e aliando a marca à sustentabilidade e ao comércio justo.

CONCLUSÃO

Consoante exposto, a uberização é uma temática que tem atraído o interesse de diversos pesquisadores na atualidade, embora não seja um fenômeno propriamente novo, mas que se destacou em especial nos últimos anos, em função do desenvolvimento tecnológico e do impulsionamento gerado pela pandemia.

A discussão de aspectos como a precarização e efeitos sobre a sobrevivência material, subjetividade, saúde física e mental e segurança desses trabalhadores, bem como construção de formas de enfrentamento ao cenário de superexploração é central para que possamos conhecer a fundo os meandros desse intrincado processo e encontrar formas de fazer frente a ele.

O presente trabalho busca contribuir nesse sentido através do mapeamento das questões fulcrais que atravessam o fenômeno da uberização, auxiliando ainda aos pesquisadores localizarem as publicações de referência nesse campo e dando visibilidade a essa problemática. Espera-se assim que possa também subsidiar a proposição de investigações empíricas que promovam a consolidação dos achados já obtidos em estudos anteriores e a ampliação dos tópicos de estudo e ângulos de análises.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 02 março 2024.
- ABÍLIO, L. C. UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579–597, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- ABÍLIO, L. C. Uberização: Informalização e o trabalhador *just-in-time*. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00314>
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R.. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- ALVAREZ, D.; MASSON, L. P.; OLIVEIRA, S. S.; CIRLENE, C. S.; LEAL, S.; SALOMÃO, G. S.; AMARAL, S. P. Uma análise das normas antecedentes e reservas de alternativas mobilizadas na atividade de motoristas e entregadores por aplicativos. **Laboreal**, v. 17, n.1, p. 1-25, jun 2021 DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.17925>
- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 7-34, mar 2019. DOI: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2019001>
- BARROS, L. DE .; RAYMUNDO, T. M.. Envelhecimento, trabalho e tecnologia: motorista de aplicativos como possibilidade laboral para a população 50+ . **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2039, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2039>
- BIANCHI, S. R.; MACEDO, D. A. de; PACHECO, A. G. A Uberização Como Forma De Precarização Do Trabalho E Suas Consequências Na Questão Social. **Revista Direitos, Trabalho E Política Social**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 134–156, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9755>. Acesso em: 2 mar. 2024.
- CORREIA, F. S.; SANTOS, J. A.; JUNIOR, N. C. C.; SOUZA, R. B.; RIBEIRO, T. O.; VENTURA, V. Q. B.; NEVES, V. P. M. Trabalho, Modernidade E Cuidado: Uma Análise Sobre A Situação E A Preocupação Com A Aposentadoria Dos Motoristas De Transporte Por Aplicativo Em Camaçari-Bahia. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/36>. Acesso em: 2 mar. 2024. doi: <https://doi.org/10.35987/laborjuris.v1i1.36>
- FONSECA, L. S. F. (2017). Fronteiras da precarização do trabalho: uberização e o trabalho on-demand. In: CONGRESSO ALAS URUGUAY. 21, 2017, Montevideo. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4083_lincoln_fernandez.pdf
- MASSON, L. P.; ALVREZ, D.; OLIVEIRA, S.; TEIXEIRA, M.; LEAL, S.; SALOMÃO, G. S.; AMARAL, S. P.; CHRISTO, C. S. “Parceiros” assimétricos: trabalho e saúde de motoristas por aplicativos no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5915–5924, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14652021>

MECCA, A. C.; JUNIOR, L. G. (2021). Ciclopedaleiros: Processos Educativos Decorrentes Da Estruturação De Um Empreendimento De Economia Solidária. **Educação em Revista**, v. 39, p. e35763, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2205>

MODA, F.; GONSALES, M. Por dentro da mobilização global dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Pensata**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020. DOI: 10.34024/pensata.2020.v9.10516. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10516>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MORAES, R. B. de S. Precarização, Uberização do Trabalho e Proteção Social em Tempos de Pandemia. **NAU Social**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 377–394, 2020. DOI: 10.9771/ns.v11i21.38607. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38607>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019a. DOI: 10.21583

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização no contexto da economia de compartilhamento: um estudo sobre o trabalho dos motoristas de transporte particular por aplicativo em São Paulo. **Revista Interface**, v. 16, n. 2, p. 71-92, 2018b. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1107>. Acesso em: 2 março 2024

PEREIRA, M. S. A Psicologia Social do Trabalho como campo de práticas, saberes e resistências. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e192604, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i192604>

RAPOSO, C. T. M. A Escravidão Digital. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 510–518, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510>

SILVESTRE, B. M.; SANTOS NETO, S. R.; AMARAL, S. C. F.. “Sem tempo, irmão”: o trabalho e o tempo livre de entregadores uberizados durante a pandemia de covid-19. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e000421, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e000421>

SOUZA, D. O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00311143, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>

O DESENVOLVIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL: UM ESTUDO PRÉ, DURANTE E PERSPECTIVAS PÓS PANDEMIA DO COVID-19

Data de aceite: 01/04/2024

Ana Clara Fernandes Bezerra

Daiane Rodrigues dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/6580851334706525>

Justino S. Wanderley da Nóbrega

Universidade Veiga de Almeida

RESUMO: A mudança que ocorreu após a pandemia teve um impacto significativo no setor de comércio eletrônico. Isso reforçou sua importância como um componente essencial do comércio contemporâneo. A aceleração digital observada neste período tornou evidente a importância do modelo *omnicanal*, pois a combinação harmoniosa das experiências de compra offline e online tornou-se crucial. Neste cenário, os clientes estão se tornando cada vez mais sofisticados, conscientes e conectados, o que leva a estratégias de comércio eletrônico. A pandemia do Covid-19 forçou diversas empresas a investirem no comércio *online* por conta das medidas restritivas que fecharam o comércio físico e tornou o *e-commerce* uma alternativa valiosa. Deste modo, o *e-commerce* obteve um grande desenvolvimento em um curto período. Diversas análises descrevem que o *e-commerce* já era uma tendência e com

a crise sanitária houve uma necessidade de investimento para que o comércio sobrevivesse e desenvolvesse a economia. Como tendência para os próximos anos, há pesquisas que mapeiam o padrão de consumo de cada região de modo a contribuir e explicar o próximo passo do *e-commerce* na realidade pós-covid.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio eletrônico, Covid-19, Brasil, *Internet*.

ABSTRACT: The pandemic brought significant changes that significantly impacted the e-commerce sector, highlighting its importance as an essential component of modern trade. The digital acceleration during this time clearly showed the value of the omnichannel model, as seamlessly integrating offline and online shopping experiences became vital. Customers are becoming increasingly sophisticated, aware, and connected in this context, leading to new e-commerce strategies. Covid-19 forced many businesses to invest in online commerce due to restrictive measures that shut down physical stores, making e-commerce a valuable alternative. As a result, e-commerce saw rapid development in a short period. Various analyses indicate that e-commerce was already a trend, but

the health crisis necessitated investment to keep commerce alive and boost the economy. Looking ahead, research is mapping consumption patterns in each region to help explain and contribute to the next steps for e-commerce in the post-Covid reality.

KEYWORDS: E-commerce, Covid-19, Brazil, Internet.

INTRODUÇÃO

O *e-commerce*, também conhecido como comércio eletrônico ou comércio *online*, é o ato de comprar e vender um produto ou serviço através da *internet* englobando a transferência de dinheiro e de dados para que a venda seja concretizada (HINTO, 2020). O comércio eletrônico se tornou uma das maneiras mais eficazes de lucrar e, segundo Morrish (2020), é uma excelente oportunidade para os que almejam investir em algum tipo de negócio.

“O comércio, que começou como uma simples troca de mercadorias, se aperfeiçoou com o tempo, internacionalizou, sendo hoje usado até como arma de guerra.” (CURADO, 2019, p. 1). O comércio existe desde o tempo das cavernas com barganhas das caças e se desenvolveu junto com a humanidade. Aperfeiçoamentos foram precisos com o passar do tempo como aprender a calcular (CURADO, 2019). Silva (2019) explica que o sistema de trocas foi a primeira forma de comércio da humanidade, o escambo foi criado para suprir as necessidades de cada família e assim trocar o que era excedente.

Ainda segundo Curado (2019), a história do comércio caminha concomitantemente com grandes marcos da civilização, como as Guerras Púnicas entre Roma e Cartago de 264 a.C. a 146 a.C., conflitos por causa do Mar Mediterrâneo, uma grande rota comercial. Outro grande exemplo são as Grandes Navegações que se desencadearam porque os europeus não conseguiam acesso a Índia pelo caminho tradicional, pois foi tomado pela Constantinopla.

“O *e-commerce* faz com que os consumidores façam transações eletronicamente a qualquer momento independente do dia, horário e lugar.” (MENDONÇA, 2016, p. 2). O comércio *online* surgiu em 1991 com o uso da *internet* comercial. Ainda segundo Tassabehji (2003) *apud* Mendes (2013), um bancário inglês, chamado Michael Aldrich, em 1979 inventou o sistema de compras *online*, ele utilizou uma televisão ligada a uma linha telefônica para conseguir executar sua ideia. De início o comércio eletrônico era apenas para pequenos produtos e depois evoluiu para volumes maiores.

No Brasil, a empresa Booknet foi a pioneira no *e-commerce* em 1996. A empresa era voltada para a venda de livros nacionais e estrangeiros, além de CD's e vídeos. Três anos depois, foi vendida para a Submarino.com que em 2005 faturou R\$ 574,2 milhões. Outra empresa conhecida, e que foi uma das primeiras a investir em compras *online*, é a Americanas.com que em 2000 era a maior loja virtual brasileira (LIMEIRA, 2007).

A pandemia do Covid-19 mexeu com a economia de diversos países e fez com que o comércio sofresse adaptações para que conseguisse sobreviver. Os períodos de isolamento social fizeram com que as compras *online* crescessem 47% no primeiro semestre de 2020, que foi impulsionado pelo aumento de 39% no número de pedidos em relação ao mesmo período do ano anterior (SCHNAIDER, 2020). Os principais setores são *hobby* & livrarias com evolução de 110% e drogarias com 88,7%, esses aumentos estão associados aos novos hábitos adquiridos durante a pandemia. (VILELA, 2021).

O cenário pós-pandemia mudou significativamente o panorama do comércio eletrônico e solidificou o seu papel como parte fundamental do comércio moderno. As compras *online* aumentaram exponencialmente durante o período de isolamento social, criando incentivos para que as empresas investissem e melhorassem as suas plataformas digitais. A confiança dos consumidores nas transações *online*, impulsionada pela necessidade, mantém-se mesmo durante a pandemia e está a moldar novos comportamentos de compra. A aceleração digital vivida neste período também destaca a importância do *omnicanal*, onde a integração de experiências de compra *online* e *offline* é fundamental. Neste contexto, as tendências mostram que os consumidores estão a tornar-se mais sofisticados, conscientes e conectados, exigindo estratégias inovadoras, melhores experiências de compra e abordagens sustentáveis no mundo do comércio eletrônico. As empresas que se adaptarem a estas mudanças e compreenderem as nuances deste novo cenário estarão bem-posicionadas para o futuro do comércio eletrônico.

De acordo com o relatório: Análise do comércio eletrônico brasileiro em Fevereiro/2023, da *Convercion*, sites e aplicativos de *e-commerce* somados, tiveram 28,1 bilhões de acessos do Brasil nos últimos 12 meses. Em fevereiro, mais de 75% dos acessos a *e-commerce* foram feitos a partir de celulares. Trata-se de uma tendência cada vez mais forte, especialmente com a expansão da *internet* rápida e móvel para todos os brasileiros. Por outro lado, cerca de 25% dos acessos a sites de *e-commerce* continuam sendo feitos por *desktops*. *Tablets* têm baixa participação e são agrupados nos dados de celular/*mobile*.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO E-COMMERCE

O investimento em um comércio eletrônico possui diversas vantagens, porque pode representar mais uma forma de atrair clientes e até mesmo de se economizar. Em um espaço virtual não há restrição de horário, dia e nem barreira geográfica. Se o comércio for totalmente *online* não há custos com aluguel de um espaço físico para o lojista e possivelmente menos funcionários são contratados (TURCHI, 2019).

Bernardes (2020) explica que outras vantagens do *e-commerce* é que a própria loja funciona como ponto de conversão para anúncios, porém também há pontos negativos. Juste (2021) declara que a implantação para um comércio *online* possui um custo baixo, mas não deixa de ser trabalhoso. Esta implantação trata-se da compra de um domínio

e hospedagem de um site que possui valores baixos e há empresas para este tipo de serviço. Além de poder utilizar a própria residência como local para montagem sem a necessidade de um ponto comercial e a maioria desse tipo de lojista se enquadra como Microempreendedor Individual (MEI).

As compras *online* ainda possibilitam melhores ofertas aos clientes, que conseguem realizar consulta de preços de uma forma muito mais prática, além de não ter o incômodo de carregar sacolas pesadas ou itens volumosos. Entretanto, há suas desvantagens, a falta de confiança em disponibilizar os dados pessoais, o valor do frete e demora na entrega, são estes alguns motivos para certas pessoas preferirem o comércio físico (SANTOS, 2020).

Outro motivo é a falta de contato com o cliente, não há um vendedor para sanar as dúvidas e nem poder sentir e experimentar o produto. Por esse motivo, as descrições nos *sites* devem ser a mais completa possível, com fotos em diversos ângulos, dimensões, modo de uso, indicação e contraindicação. Em alguns segmentos há uma forte concorrência, o que agravou ainda mais com a grande procura causada pela pandemia (EUGÊNIO, 2020).

Os atrasos nas entregas é um fator preocupante para os clientes e para os lojistas, porque é um fator decisivo na compra, já que algumas pessoas até preferem pagar mais caro para receber sua encomenda antes (E-COMMERCE BRASIL, 2020). Considerado um dos principais problemas, no primeiro semestre de 2020 a Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP) afirma que esse foi o líder em reclamações em compras online (LEWGOY, 2020). No Gráfico 1, apresenta-se os principais receio de compras na *internet*.

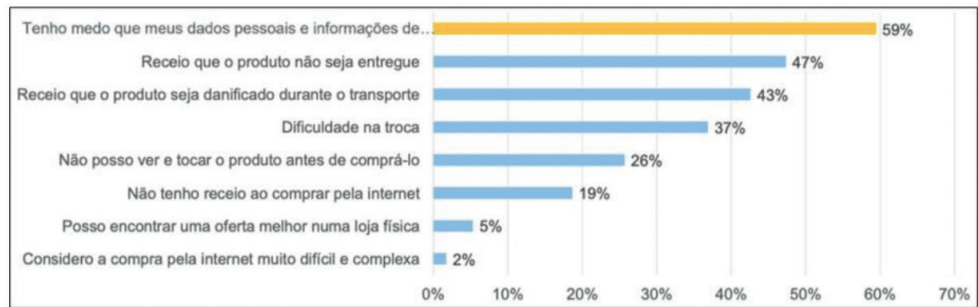


Gráfico 1 – Receio ao realizar uma compra *online*.

Fonte: Conversion (2020)

COMÉRCIO ELETRÔNICO VERSUS COMÉRCIO FÍSICO

O rápido desenvolvimento do comércio eletrônico não significa que o comércio tradicional irá acabar, mesmo com o impacto da quarentena alguns têm resistido, significa apenas que o comércio físico deverá se adaptar a alguns pontos. “O desafio é fazer o varejista ser mais barato e ter custos menores, proporcionando um ambiente centrado na descoberta e na novidade e criando alternativas atraentes para grandes marcas nas quais os clientes confiam.” (EXAME, 2020, p. 2).

Alguns consumidores ainda preferem o comércio físico por conta da experimentação do produto, por conta disso o conceito *omnichannel* está crescendo cada vez mais. A ideia é que as pessoas adquiram o produto no ambiente *online* e retirem pessoalmente ou vice-versa, desta forma possibilita que o usuário conheça o produto antes de finalizar a compra. Os lojistas precisam realizar um estudo minucioso da sua área de atuação para que possam ter bem estruturado o seu público-alvo e assim tomar as decisões que melhor o atendam, porque o setor varejista nunca mais será o mesmo (ARAÚJO, 2021).

O futuro do comércio é híbrido, mesclagem entre o mundo *online* e *offline*, há diversos desafios, porém o percurso deve se iniciar o mais breve possível para acompanhar o avanço tecnológico e as necessidades dos clientes (MAGNANI, 2021). Tal realidade já é possível de se observar, como o avanço da vacinação e abertura do varejo físico as compras digitais diminuíram e as físicas retomaram. Entretanto, há clientes que atendem os dois nichos e comportamentos da pandemia não serão perdidos tão rapidamente, por isso a necessidade de negócios mesclados (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021).

E-COMMERCE NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Em 2020, ocorreu um aumento significativo na penetração do comércio eletrônico na América Latina (LATAM), resultando em vendas impressionantes de US\$ 85 bilhões. No entanto, é importante destacar que a região partiu de uma base inicial relativamente baixa, indicando amplo espaço para expansão contínua e desenvolvimento no futuro previsível. Diante desse cenário, este relatório apresenta insights derivados de nossos dados internos, revelando o desempenho na entrega de comércio eletrônico em toda a região da LATAM, com foco específico em países-chave como Argentina, Brasil e México. À medida que esses países continuam a navegar pelo cenário em evolução do comércio digital, compreender as nuances de seus ecossistemas de comércio eletrônico torna-se imperativo para empresas que buscam aproveitar as substanciais oportunidades presentes nesse mercado dinâmico e em rápido crescimento (*State of E-Commerce in South America Report*, 2023).

Um estudo da Statista revelou que cerca de 67% dos consumidores online no México fizeram uma compra por meio de redes sociais em 2022. Enquanto 62% dos respondentes brasileiros expressaram o mesmo, o percentual daqueles que ainda não haviam se envolvido no comércio social e manifestaram falta de interesse foi o dobro do registrado no

México. Além disso, descobertas recentes da CACE também revelaram que 5 em cada 10 argentinos compraram algo usando redes sociais.

As crescentes taxas de penetração da *internet* na América Latina desempenharam um papel fundamental no impulsionamento do crescimento do e-commerce. À medida que mais pessoas ganham acesso à internet, as barreiras para o comércio online estão gradualmente diminuindo. De acordo com as projeções da Statista, o número de usuários de e-commerce na América Latina deverá ultrapassar 258 milhões até 2027, acompanhado por uma notável taxa de penetração de usuários de 61,4% no mesmo ano (Gráfico 2).

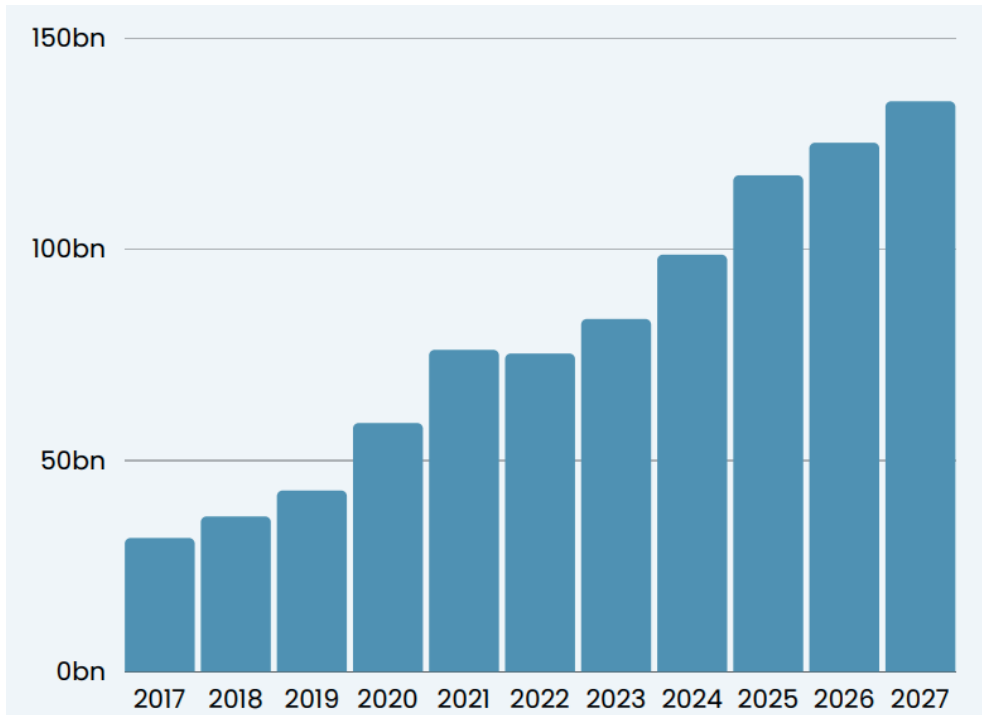


Gráfico 2 – Estimativa das Receita de E-Commerce na América Latina: 2017-2027 (USD).

Fonte: "eCommerce - South America", Statista 2023

A mais recente edição do relatório *Latin America Ecommerce Forecast 2023* pelo *eMarketer/Insider Intelligence*, indica um crescimento de 14,3% no varejo eletrônico na região até 2023. A América Latina agora ocupa o segundo lugar no mundo em termos de crescimento do *e-commerce*, atrás apenas do bloco Oriente Médio/África. De acordo com a pesquisa do *eMarketer/Insider Intelligence*, as vendas online na América Latina deverão ultrapassar US\$ 200 bilhões até 2026.

O estudo estima que o segmento de varejo eletrônico terá dois dígitos por cada país até 2026. Em 2026, a América Latina será o mercado de *e-commerce* mais crescido. A

representação da América Latina é ainda muito pequena quando vista de uma perspectiva global, apesar dessa expansão significativa. Em 2026, a região deve responder por apenas 2,8% das transações de *e-commerce* globais. O varejo físico será dominante na região nos próximos anos, de acordo com a pesquisa. As lojas físicas serão responsáveis por 87% das vendas de varejo na América Latina até 2027.

CRESCIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL

Ainda segundo Martinez (2021) em comparação ao ano de 2020 houve um crescimento de 1,5 milhão de sites ativos no Brasil, isso significa que o país ultrapassou 1,5 milhão de opções disponíveis para o consumidor, sendo 9,4% representados por pequenas redes nacionais. Os dados do BigDataCorp mostram que o e-commerce está crescendo mais rápido do que a própria economia do país, conforme gráfico abaixo (MARTINEZ, 2021).

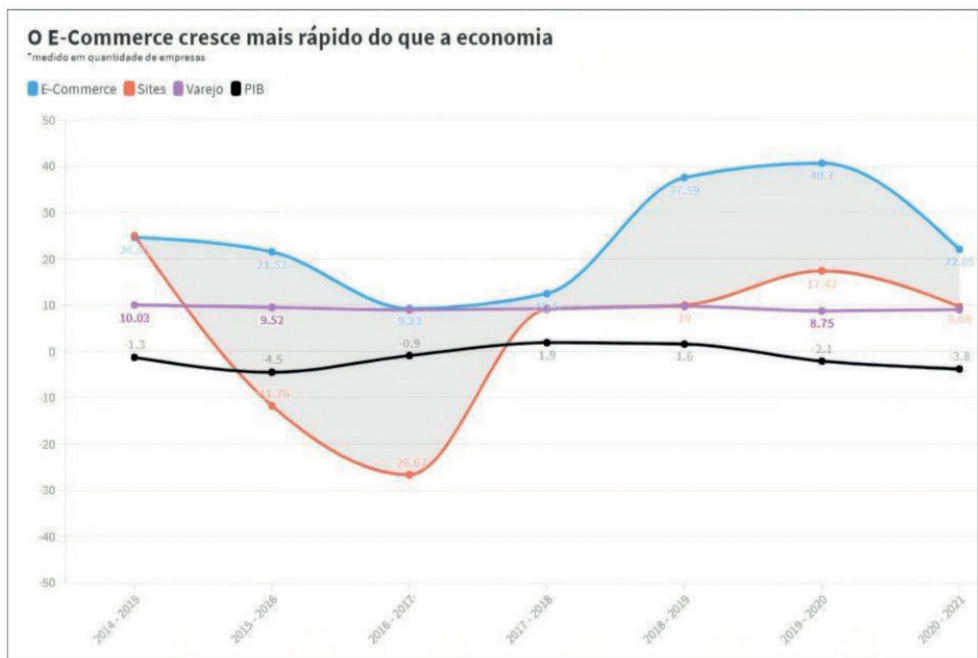


Gráfico 3 – Evolução do e-commerce brasileiro versus a economia do país
Fonte: Show me tech (2021)

O ano de 2020 obteve o maior crescimento até o momento, não se tem estatísticas oficiais do peso do comércio eletrônico no total. Com base na pesquisa anual do comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados da Receita Federal, a CNC estimam que o comércio *online* representou, pelo menos, 6% do comércio total em 2020. Porém é possível mensurar a evolução com o mesmo período do ano anterior mês a mês para entender o impacto da pandemia neste setor (ALVARENGA, 2021):

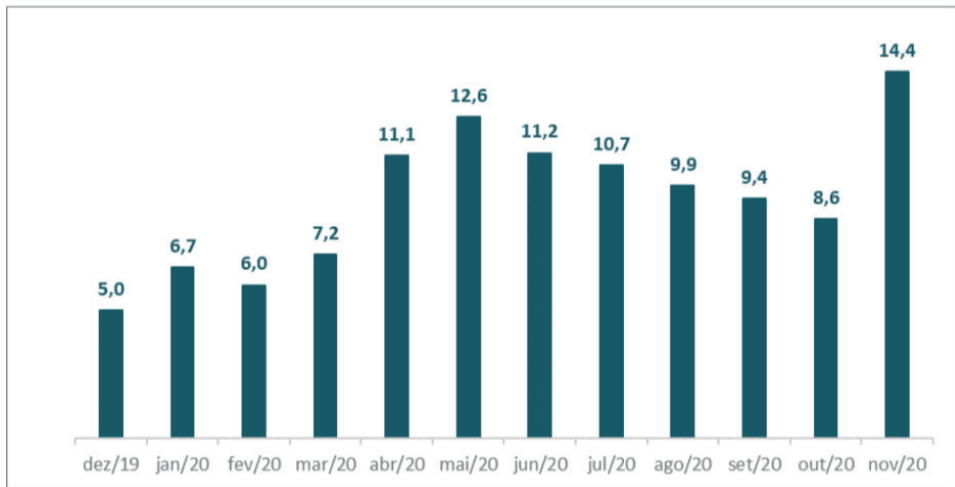


Gráfico 4 – Participação do comércio eletrônico nas vendas totais no Brasil (%)

Fonte: Adaptado de ABComm (2021)

PERFIL DO CONSUMIDOR BRASILEIRO

O *e-commerce* foi a alternativa encontrada para o comércio sobreviver durante o período de isolamento, algumas pessoas ainda tinham receio de compras *online*, porém com os investimentos realizados a população teve uma outra perspectiva. Os benefícios, comodidade e maior confiança nas compras *online* resultaram na segurança do brasileiro em apostar neste tipo de compra (WINK, 2021).

Um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil, aponta o novo perfil do consumidor brasileiro no *e-commerce*. Quase 97% dos brasileiros pesquisam informações sobre algum produto de interesse na internet antes de efetivar a comprar e 50% desse público é feminina (AMERICANAS MARKETPLACE, 2021).

Já uma pesquisa realizada pelo Sebrae, expõe que de acordo com o nível de escolaridade os clientes são divididos em: (i) 3% com o ensino fundamental; (ii) 22% com ensino médio completo; (iii) 23% com ensino superior incompleto; (iv) 32% com ensino superior completo; e (v) 20% com pós-graduação. Em relação a faixa etária: (i) os consumidores de 18 a 24 anos representam 11%; (ii) 25 a 34 anos com 32%; (iii) 35 a 49 anos com 36%; (iv) 50 a 64 anos com 16%; e (v) acima de 64 anos com 11%. (AMERICANAS MARKETPLACE, 2021).

O gráfico 5 demonstra as principais categorias nas compras online do brasileiro:

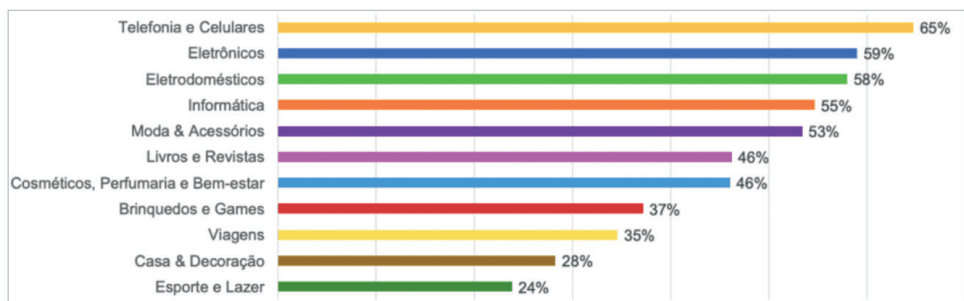


Gráfico 5 – Ranking de categorias de produtos mais compradas no e-commerce brasileiro

Fonte: Conversion (2020)

No Gráfico 6, é possível notar o crescimento no volume de vendas no e-commerce no Brasil desde o primeiro semestre de 2010 a 2021 e a evolução em relação ao mesmo período do ano anterior:

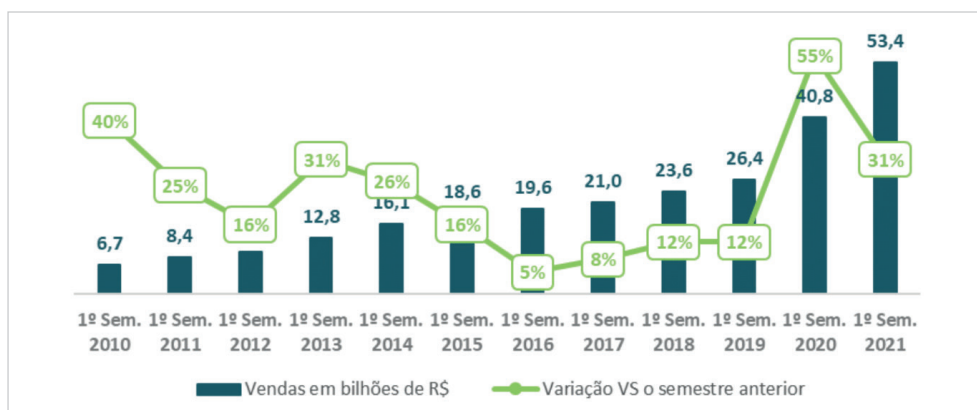


Gráfico 6 – Vendas em bilhões de R\$ no e-commerce brasileiro

Fonte: 44ª ed. Webshoppers (2021)

Dados mais recentes mostram que o primeiro semestre de 2023 apresentou uma queda de aproximadamente 7%, totalizando R\$ 119,0 Bi em vendas no e-commerce (48ª ed. Webshoppers (2023)). O principal ofensor desse resultado foi a variação na quantidade de pedidos, porém, embora tenhamos essa queda, não houve redução na quantidade de shoppers ativos no canal online, que apresentou um crescimento de 6% versus o mesmo período do semestre anterior, de acordo com o relatório.

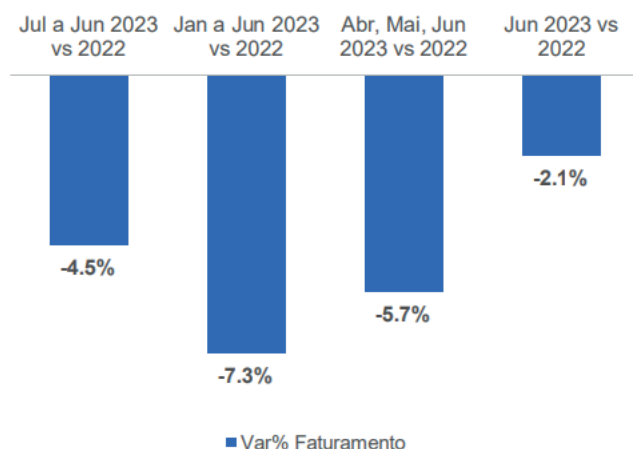


Gráfico 7 - Variação de vendas no e-commerce. Ano móvel, YTD, trimestre móvel e mês.

Fonte: 48ª ed. Webshoppers (2023)

EXPECTATIVAS DO E-COMMERCE NO BRASIL PÓS PANDEMIA

Em outubro de 2020, o diretor geral da Aliexpress no Brasil assegurou que a China é como um espelho para o Brasil quando se fala em *e-commerce*. Tal afirmação tem dois pontos de vista, pelo lado positivo, o Brasil está no caminho certo e com grande potencial de crescimento. Já pelo lado negativo, significa que o país está atrasado, o que demonstra a preocupação do setor varejista em evoluir e aumentar os lucros (FREITAS, 2021).

Uma das maiores preocupações é o futuro do *e-commerce* no período pós-pandemia e o perfil do consumidor para os próximos anos. Com base na análise dos clientes do comércio online é possível se preparar para as principais características do novo consumidor em 2022, que é mais conectado por isso se torna mais exigente e se baseia em grandes *marketplaces* para sua experiência no e-commerce (PALIS, 2021).

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) declarou que 49,7% das empresas não realizavam nenhuma venda *online* antes da pandemia, em julho de 2020 esse número caiu para 28,4% e em junho de 2021 recuou para 20,2%. Com o avanço da vacinação e a reabertura da economia haverá uma estabilização nas vendas online, mas ainda é possível que o ano de 2021 possa fechar com um *market share* de 10% (ESTADÃO, 2021). O que ainda pode influenciar na circulação de notas, já que há previsão de que as transações físicas com dinheiro diminuam por conta das tecnologias desenvolvidas para pagamento (TERRA, 2021).

A Worth Global Style Network (WGSN), empresa que mapeia tendências, considera que 2020 é o início da década conectada, por conta dos diversos avanços tecnológicos durante o período de pandemia para tornar a vida em home-office mais agradável. Para 2022

é preciso entender os sentimentos do consumidor para, assim, conseguir identificar as suas classificações. Pode-se citar medo, ansiedade, incerteza econômica, dessincronização social, resiliência equitativa, entre outros (WGSN, 2021).

Ainda segundo a pesquisa da WGSN, o consumidor do futuro está dividido em três grupos: (i) os estabilizadores; (ii) os comunitários; e (iii) novos otimistas. Os estabilizadores, formado em sua maioria por Millenials e Geração X, eles priorizam a estabilidade, possuem um sentimento de incerteza com o futuro e frustrados com a otimização. Sendo assim, o comércio deve focar na simplicidade e calma com comunicações unificadas para alcançar os estabilizadores (WGSN, 2021)

O segundo grupo, chamado de os comunitários, também é constituído, principalmente, por Millenials e Geração X. Esse grupo quer criar raízes, mas não no meio profissional e sim em suas comunidades, ou seja, pessoas que estabelecem limites entre suas vidas pessoal e profissional. Para atingir esse tipo de pessoa, é necessário revisitar arquivos, quer dizer, outros tipos de vendas com orientações para sustentabilidade e bem da comunidade, prioridade em comércio local e foco em cidades do interior (WGSN, 2021).

E o último grupo, é denominado de novos otimistas, composto por todas as gerações, mas com características comuns como o impulso pela felicidade, altamente aventureiros e sociáveis, além da praticidade. Para alcançá-los é preciso focar no comércio de *livestream* (transmissões ao vivo), evolução dos serviços e produtos sob demanda e o poder para comprar em coletivo, com mais descontos e promoções (WGSN, 2021).

Há seis tendências para o e-commerce brasileiro que foram descritas pelo Mercado Pago baseadas na evolução do comércio online durante a pandemia e que precisam de atenção para os próximos anos. A primeira é a digitalização do consumo, comprovou que não há barreiras geográficas e nem excesso de informação para uma compra online e que 83% dos consumidores de uma pesquisa declararam que realizaram pesquisas na internet antes de fecharem a compra na loja física (MERCADO PAGO, 2021).

A segunda, é o comércio realizado pelo celular, ou e-commerce que representa 70% das vendas digitais. A terceira é a experiência de compra perfeita, segundo o relatório Customer Experience Trends 2020, 75% dos consumidores estão dispostos a gastar mais por uma empresa que tem uma boa reputação e 50% mudariam para a concorrência após uma má experiência. O atendimento humano, presença em multicanais, frete grátis e produtos personalizados contribuem para a experiência do cliente (MERCADO PAGO, 2021).

A quarta, é o consumo mais consciente, os consumidores estão interessados no viés social e sustentável das empresas. Uma pesquisa realizada pela Toluna aponta que 75% dos consumidores brasileiros mudaram seus hábitos de consumo por conta de questões éticas e sustentáveis. Um bom exemplo desta prática, é o *recommerce*, que se trata da revenda de produtos de luxo, que cresceu 12% no último ano em vista dos produtos novos que cresceu apenas 3% (MERCADO PAGO, 2021).

A penúltima são as novas formas de pagamento *online*, cada vez mais a praticidade é vista como uma aliada, pagamentos por Pix, QR Code, carteiras digitais e reconhecimento facial para não se perder nenhuma oportunidade de compra. A última que é como uma extensão da anterior, é a “Buy now, pay later” (BNPL), traduzindo para o português compre agora, pague depois. Como o próprio nome já explica, é possível efetuar a compra e pagar posteriormente (MERCADO PAGO, 2021).

Mesmo após a vacinação, 95% da população brasileira pretende permanecer com o hábito de compras *online*, o que contribui para uma projeção de que o *e-commerce* cresça 26% no ano fechado de 2021. Tal previsão é baseada pelo aumento de consumidores, confiança no *e-commerce* e nas marcas, investimento no *omnichannel* e aumento da eficiência logística. (ARAÚJO, 2021).

Um estudo realizado pela Nielsen em 2020, apontou que as necessidades/perfil de consumo variaram conforme as etapas de propagação do vírus. Na época de maior contaminação as vendas de produtos de saúde e itens alimentares dispararam no *e-commerce* (FILHO, 2021).

Países emergentes, como Brasil, Índia e China, estão com o crescimento do comércio eletrônico expressivo o que os tornam como grande potencial de investimento. Estima-se 3 bilhões de novos compradores online em países emergentes que terão acesso à internet em 2022 (JORNAL DE BRASÍLIA, 2021).

O *e-commerce* já era uma tendência para os brasileiros antes mesmo da pandemia, um levantamento realizado pela NZN Intelligence apontou que 74% das pessoas já tinham preferência por compras online (SILVEIRA, 2021). O comércio B2C já era tendência no meio digital por conta do acesso à internet cada vez maior, porém o B2B decolou. A pandemia coagiu as transações *online*, o que facilitou a entrada e adaptação deste tipo de transação com processos digitais que facilitam ambos os lados e que dificilmente irá retornar para o físico (JORNAL DE BRASÍLIA, 2021).

Mudanças nas possibilidades de pagamento das compras no Brasil também favoreceram a elevação do *e-commerce* das estimativas dos mesmos. O sistema de pagamentos instantâneos PIX atingiu o recorde de 104 milhões de transações realizadas em 24 horas em 20 de dezembro, segundo o Banco Central. O PIX, que foi lançado em novembro de 2020, tem 143 milhões de usuários registrados, sendo 132 milhões indivíduos físicos e 11,7 milhões indivíduos jurídicos.

A empresa de pesquisa Statista destaca que o número de compradores *online* no Brasil deverá aumentar em mais de 20% até 2025. Os números foram comparados com a estimativa atual de 371 milhões de compradores. Dois fatores apoiam este crescimento: maiores volumes de compras por parte de uma população jovem e com conhecimentos digitais e o rápido desenvolvimento da *Internet* e dos *smartphones*. ABcomm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico) estima que as vendas *online* atingirão um total de 186 bilhões de reais até o fim de 2023. Os resultados superam, assim, os R\$ 170 bilhões

estimados para 2022. As previsões da ABcomm indicam que aproximadamente 87,8 milhões de pessoas utilizarão o Shopper Internet no Brasil, quase 5 milhões a mais que em 2022.

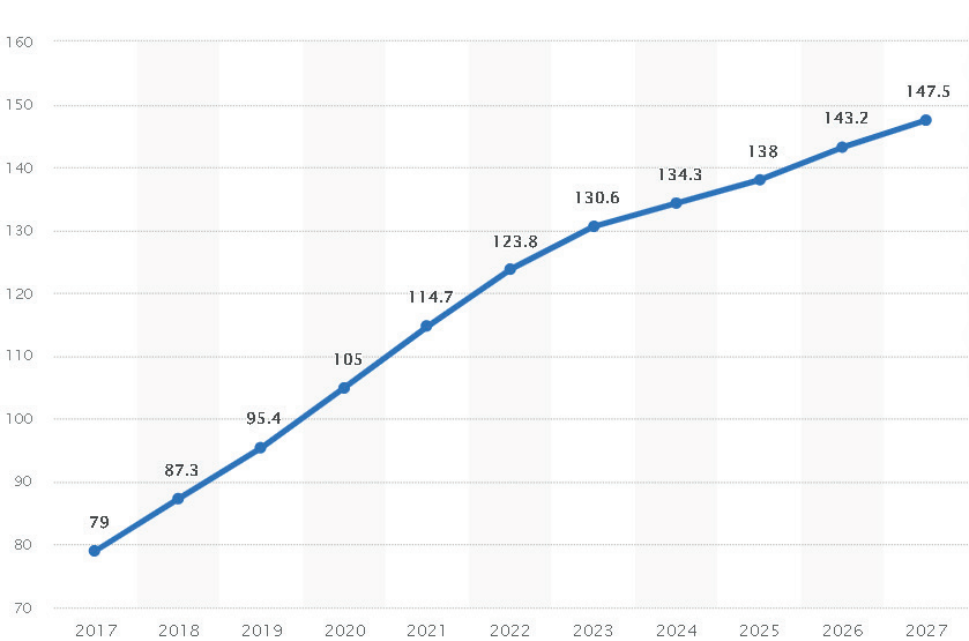


Gráfico 8 - Número de usuários de comércio eletrônico no Brasil de 2017 a 2027(em milhões)

Fonte: Statista 2023

O número de usuários de comércio eletrônico no Brasil tem aumentado consistentemente nos últimos anos. Segundo estimativas da Statista, os compradores *online* no país sul-americano ultrapassarão os 130 milhões até 2023. De acordo com a Digital Market Insights, as previsões sugerem que este número crescerá para 147,5 milhões até 2027 (Gráfico 8).

CONCLUSÃO

O objetivo geral desse trabalho foi demonstrar o comércio eletrônico no Brasil e no mundo e os impactos sofridos durante a pandemia do Covid-19. Deste modo, foi realizada uma pesquisa acerca do surgimento do *e-commerce* paralelamente com o desenvolvimento do comércio de modo a explicar que o comércio *online* é uma extensão do comércio físico.

O isolamento social contribuiu de diversas formas para a mudança de hábitos da população mundial, assim como gerar uma confiança nas compras virtuais. As compras por necessidade ou por consumismo, forçaram o rápido desenvolvimento do *e-commerce* para

atender este público que estava recluso em casa. No primeiro mês de *lockdown* percebeu-se a evolução que com o passar dos meses continuou crescente. Como supramencionado alguns estudos afirmam que o *e-commerce* já era uma tendência, mas em escala menor, a pandemia só acelerou o que levaria um tempo maior para se desenvolver e alcançar o patamar de 2020 e 2021.

Diversos comércios físicos fecharam, alguns migraram para o ramo digital e outros, infelizmente, não sobreviveram a crise econômica impulsionada pela pandemia e pelo *lockdown*. O comércio físico possui suas vantagens e desvantagens, assim como o *online* e por essa razão a melhor forma de se obter um comércio completo é utilizar as duas ferramentas, sendo um complemento da outra.

O período pós-covid é um grande desafio porque os consumidores estão com novos hábitos de consumo, alguns são passíveis de deixar de existir com o avanço da vacinação e reabertura do comércio e outros não. Para entender melhor o consumidor que foi modelado durante esse período, há estudos que mapeiam tendências e entendem melhor a iniciativa da compra para alcançar o público desejado.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. **Com pandemia, comércio eletrônico tem salto em 2020 e dobra participação no varejo brasileiro**. 2021. Fonte: G1: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/com-pandemia-comercio-eletronico-tem-salto-em-2020-e-dobra-participacao-no-varejo-brasileiro.ghtml>. Acesso em 22 nov. 2021.

AMERICANAS MARKETPLACE. **Consumidor do e-commerce: um retrato do brasileiro que compra pela internet**. 2021. Fonte: Americanas Marketplace: <https://blog.americanasmarketplace.com.br/2021/05/17/consumidor-do-e-commerce/>. Acesso em 14 nov. 2021.

ARAÚJO, J. **As lojas físicas vão deixar de existir?** 2021. Fonte: Geração Empreendedora: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/ge2/noticias/2021/05/792988-as-lojas-fisicas-vao-deixar-de-existir.html. Acesso em 29 out. 2021.

ARAÚJO, J. **As principais tendências do e-commerce pós pandemia**. 2021. Fonte: <https://www.the-future-of-commerce.com/2021/06/07/as-principais-tendencias-do-e-commerce-pos-pandemia/>. Acesso em 22 nov 2021.

BERNARDES, R. **Vantagens e desvantagens de e-commerce e dropshipping: tudo para te ajudar a fazer sua escolha**. 2020. Fonte: Apps E-commerce: <https://www.appsecommerce.com.br/post/vantagens-e-desvantagens-de-e-commerce-e-dropshipping>. Acesso em 19 jun. 2021.

CURADO, A. **Comércio: conceito, onde surgiu, como se desenvolveu e atualidades**. 2019. Fonte: Conhecimento Científico: <https://conhecimentocientifico.r7.com/comercio-conceito-onde-surgiu-como-se-desenvolveu-e-atualidades/>. Acesso em 22 de jun. 2021.

E-COMMERCE BRASIL. **51% dos consumidores pagariam mais caro para ter uma boa experiência, diz Reclame AQUI**. 2020. Fonte: E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/51-pagam-pela-experiencia/>. Acesso em 21 nov 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. **E-commerce no Brasil perde força em julho após retomada do varejo físico.** 2021. <https://exame.com/economia/e-commerce-no-brasil-perde-forca-em-julho-apos-retomada-do-varejo-fisico/>. Acesso em 21 nov 2021.

EUGÊNIO, M. **Vantagens e desvantagens do comércio eletrônico.** 2020. Fonte: D Loja Virtual: <https://www.dlojavirtual.com/e-commerce/comercio-eletronico-vantagens-e-desvantagens/>. Acesso em 22 jun. 2021.

EXAME. **Comércio eletrônico vai redefinir, mas não acabar com varejo tradicional.** 2020. Fonte: Exame Negócios: <https://exame.com/negocios/comercio-eletronico-vai-redefinir-mas-nao-acabar-com-varejo-tradicional/>. Acesso em 19 jun. 2021.

FILHO, JB. **Mercado pós-Covid: tendências e inovações no e-commerce.** 2021. Fonte: E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/inovacoes-e-tendencias-e-commerce-pos-covid/>. Acesso em 21 nov 2021.

FREITAS, G. **E-commerce brasileiro deve continuar crescendo em 2021.** 2021. Fonte: <https://www.moveisdevalor.com.br/portal/e-commerce-brasileiro-deve-continuar-crescendo-em-2021>. Acesso em 14 nov. 2021.

HINTO. **E-commerce: what is and how it works.** 2020. Fonte: Hinto Newsletter: <https://www.hinto.com/en/blog/e-commerce-what-and-how-it-works>. Acesso em 04 maio 2021.

IVO, D. **O que é e-commerce e como funciona? Guia completo das lojas virtuais que mais vendem.** 2020. Fonte: Conversion: <https://www.conversion.com.br/blog/o-que-e-ecommerce/>. Acesso em 26 nov 2021.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Vendas digitais: o crescimento do e-commerce durante a pandemia.** 2021. Fonte: Jornal de Brasília: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/economia/vendas-digitais-o-crescimento-do-e-commerce-durante-a-pandemia/>. Acessos em 22 nov 2021.

JUSTE, F. **10 benefícios de se ter um e-commerce.** 2021. Fonte: <https://www.jn2.com.br/beneficios-de-se-ter-um-e-commerce/>. Acesso em 21 nov 2021.

LATIN AMERICA BUSINESS STORIES. **Brasileiros lideram mudança para o e-commerce em meio à pandemia, mostra pesquisa global de comportamento do consumidor.** 2021. Fonte: LABS: <https://labsnews.com/pt-br/noticias/negocios/brasileiros-lideram-mudanca-para-o-e-commerce-em-meio-a-pandemia-mostra-pesquisa-global-de-comportamento-do-consumidor/>. Acesso em 22 nov 2021.

LEWGOY, J. **Atraso na entrega ainda é principal problema em compra on-line. Veja o que fazer.** 2020. Fonte: Valor Investe: <https://valorinveste.globo.com/blogs/julia-lewgoy/post/2020/11/atraso-na-entrega-ainda-e-principal-problema-em-compra-on-line-veja-o-que-fazer.ghtml>. Acesso em 21 nov 2021.

LIMEIRA, T. M.V. **E-marketing.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGNANI, V. **Físico e Digital: O futuro do comércio é “online to offline”.** 2021. Fonte: Forbes: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/10/fisico-e-digital-o-futuro-do-comercio-e-online-to-offline/>. Acesso em 21 nov 2021.

MARTINEZ, B. **52% do e-commerce no Brasil fatura até R\$ 250 mil, aponta PayPal.** 2021. Fonte: Show Me Tech: <https://www.showmetech.com.br/maioria-e-commerce-no-brasil-fatura-250-mil/>. Acesso em 29 out. 2021.

MENDONÇA, H.G. **E-commerce. Revista Inovação, Projetos e Tecnologias-IPTEC**, v. 4, n. 2, p. 240-251, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/9361/4128>. Acesso em 19 jun. 2021.

MERCADO PAGO. **6 tendências do comércio eletrônico no Brasil.** 2021. Fonte: Mercado Pago: <https://conteudo.mercadopago.com.br/tendencias-do-comercio-eletronico-no-brasil>. Acesso em 14 nov. 2021.

MORRISH, J. **What is e-commerce? an introduction to the Industry.** 2020. Fonte: FE International: <https://feinternational.com/blog/what-is-e-commerce-an-introduction-to-the-industry/>. Acesso em 04 maio 2021.

PALIS, A. **Consumidor 2022: quem é e como mapear novos perfis.** 2021. Fonte: E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/consumidor-2022-quem-e-e-como-mapear-novos-perfis/>. Acesso em 14 nov 2021.

SANTOS, M. **As vantagens e desvantagens do E-commerce.** 2020. Fonte: E-commerce News: <https://ecommercenews.pt/as-vantagens-e-desvantagens-do-e-commerce/>. Acesso em 22 jun. 2021.

SCHNAIDER, A. **E-commerce cresce 47%, maior alta em 20 anos.** 2020. Fonte: Meio e Mensagem: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/08/27/e-commerce-cresce-47-maior-alta-em-20-anos.html>. Acesso em 19 jun. 2021.

SILVA, S. M. **Evolução histórica do comércio.** 2019. Fonte: JusBrasil: <https://sanagatha.jusbrasil.com.br/artigos/674309992/evolucao-historica-do-comercio>. Acesso em 22 jun. 2021.

SILVEIRA, A. **Crescimento do e-commerce na quarentena não é passageiro.** 2021. Fonte: E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/crescimento-do-e->

TERRA. **Crescimento de até 30% do e-commerce durante pandemia deverá ser permanente.** 2021. Fonte: Terra: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/crescimento-de-ate-30-do-e-commerce-durante-pandemia-devera-ser-permanente,bab2507a94a777cbbc1ec4baa00d2a37izp2nlhe.html>. Acesso em 22 nov 2021.

State of E-Commerce in South America Report, 2023. State of E-Commerce in Latin America July 2023 How has e-commerce evolved in Argentina, Brazil, and Mexico?

TURCHI, S. R. **Estratégias de marketing digital e e-commerce.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

VILELA, L. **Brasil está na lista dos 10 países com maior crescimento de e-commerce.** 2021. Fonte: Consumidor Moderno: <https://www.consumidormoderno.com.br/2021/07/05/brasil-e-commerce-top-dez/>. Acesso em 11 nov. 2021.

WGSN. **Consumidor do future 2022.** 2021. Fonte: Worth Global Style Network: <https://www.wgsn.com/wp-content/uploads/el-consumidor-do-futuro-2022-WGSN-pt.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

WINK, M. **E-commerce no Brasil: dados atuais importantes para o mercado.** 2021. Fonte: Simplo: <https://simplo7.com.br/loja-virtual/e-commerce-no-brasil-qual-e-o-tamanho-e-como-esta-o-mercado/>. Acesso em 11 nov. 2021.

TRADE COMMERCE NO METAVERSO: UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 01/04/2024

Júlia da Silva Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
– UERJ

Daiane Rodrigues dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
– UERJ

<http://lattes.cnpq.br/6580851334706525>

RESUMO: A configuração atual do mundo financeiro é possível ir ao encontro de uma “tecno colonização”, de um espaço virtual conhecido como metaverso. Idealizado há alguns anos e em recente atividade pela empresa dona das maiores redes sociais do mundo, facebook e instagram, o universo criado no mundo online permite a análise de novas estruturas do modelo financeiro atual. Com isso, busca-se o objetivo de entender como acontece a transação de ativos nesse espaço e quais são seus derivados (NFT's, criptomoedas e outros tipos). Com isso, nota-se a intenção de compreender as perspectivas para o futuro e como as empresas podem se propagar nesse mundo para atrair indivíduos dispostos a consumir dentro da plataforma. Ademais, chegar a alcançar as teorias por trás do metaverso e como elas – tão tradicionais – poderiam

explicar o fenômeno do metaverso. Isto é, em como pode-se encaixar a economia dentro do fluxo financeiro e monetário que acontece dentro do universo recém-criado e ainda desconhecido. Ainda nesse sentido, entender como tal fluxo pode afetar a economia mundial em um futuro próximo. Percebe-se como é crescente o volume das negociações envolvendo os criptoativos. De acordo com o relatório mensal da empresa de análises, TheBlock Research, houve um aumento de 19,6% das transações envolvendo criptoativos, elevando os valores negociados de U\$ 694,6 bilhões para U\$ 830,4 bilhões. Por isso, acredita-se em um futuro tão próximo e já existente dessa realidade dentro da rotina de todos os indivíduos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: METAVERSO, FINANCEIRIZAÇÃO, CRIPTOATIVO, NFTs.

TRADE COMMERCE IN THE METAVERSE: A CASE STUDY

ABSTRACT: The current configuration of the financial world is capable of leading to a “techno colonization” in a virtual space known as the metaverse. Conceived a few years ago and recently pursued by the company that owns the world’s largest social networks, Facebook and Instagram, the universe created in the online world allows for the analysis of new structures within the current financial model. Thus, the objective is to understand how asset transactions occur within this space and what their derivatives are (NFTs, cryptocurrencies, and other types). This demonstrates the intention to comprehend the perspectives for the future and how companies can expand within this world to attract individuals willing to consume within the platform. Furthermore, it aims to uncover the underlying theories of the metaverse and how these, although traditional, can explain the phenomenon of the metaverse. In other words, how the economy can fit into the financial and monetary flow that takes place within this newly created and still unknown universe. Additionally, it seeks to understand how this flow can impact the global economy in the near future. The increasing volume of crypto asset transactions is evident. According to the monthly report from the analytics company TheBlock Research, there has been a 19.6% increase in transactions involving crypto assets, raising the traded value from \$694.6 billion to \$830.4 billion. Therefore, it is believed that this reality will become so close and already existent in the daily lives of all individuals in society.

KEYWORDS: METAVERSE; FINANCIALIZATION; CRYPTOACTIVE; NFTs.

INTRODUÇÃO

O último milênio trouxe revoluções e integração; as pessoas se conectaram 24 horas por dia e agora vivem mais uma inovação, o metaverso. Todos os agentes econômicos devem se adaptar à nova era após a era industrial e a era digital. De acordo com o relatório do banco JP Morgan (2022) no metaverso há muitas oportunidades de negócios para consumidores e marcas. Seja grandes *players* de tecnologia como a Microsoft que planeja criar espaços de trabalho realistas. Tal espaço provavelmente se infiltrará em todos os setores de alguma forma nos próximos anos, com a oportunidade de mercado estimada em mais de US\$ 1 trilhão em receitas anuais. O termo “metaverso” refere-se à noção de um universo digital em que as pessoas interagem e vivem. A realidade virtual e a realidade aumentada estão entre as várias tecnologias que compõem sua arquitetura. Uma nova dimensão de experiência em setores como entretenimento, jogos, redes sociais e negócios é alimentada por essa combinação de componentes, criando um tipo de plataforma de computação 3D.

O advento do metaverso configura uma mudança paradigmática na forma como nos relacionamos com a tecnologia e entre nós. Essa plataforma digital imersiva transcende o mero entretenimento e jogos, abrindo um leque de possibilidades inovadoras para diversos setores da sociedade. Sua capacidade de proporcionar experiências multissensoriais e envolventes redefine as expectativas dos consumidores e impulsiona a busca por soluções inovadoras em produtos e serviços.

De acordo com o Statista, em uma pesquisa realizada com 4.650 executivos respondentes, em janeiro de 2022, cerca de 30% dos executivos de nível C em todo o mundo acreditavam que o metaverso teria um impacto incremental na otimização de processos para suas empresas. Da mesma forma, 28% dos entrevistados acharam que o ambiente virtual poderia permitir uma mudança revolucionária para novas possibilidades de negócios e clientes. No entanto, quase a mesma parcela pensou que teria nenhum ou um impacto mínimo em seus setores, enquanto apenas 13% estavam convencidos de um impacto transformacional. O Metaverso se configura como um universo digital imersivo, onde as pessoas podem interagir e viver experiências através de tecnologias como realidade virtual, aumentada e 3D. Essa nova plataforma abre um leque de oportunidades para negócios e consumidores, como destacado por Moy e Gadgil no relatório do banco JP Morgan (2022), que estima um mercado de mais de US\$ 1 trilhão em receitas anuais. Um estudo realizado pela Protiviti, em parceria com o Centro Global de Saúde e Urbanização da Kellogg College, da Universidade de Oxford, no Reino Unido (Oxford-Protiviti (2023)), revelou que 70% dos líderes consideram o metaverso crucial para a experiência e lealdade do cliente nos próximos dez anos. A pesquisa aponta que 79% dos entrevistados pretendem utilizar o metaverso para marketing e publicidade. Essa tendência já está em movimento, com 45% dos líderes empresariais globais reportando o uso do metaverso para engajar clientes, enquanto 20% planejam adotá-lo neste propósito dentro do próximo ano.

O metaverso oferece uma possibilidade para a experimentação de modelos de negócios disruptivos, desafiando as normas tradicionais. Marcas podem criar lojas virtuais imersivas, permitindo aos consumidores uma experiência de compra totalmente nova. A educação se reinventa com ambientes de aprendizado interativos e imersivos, transcendendo as barreiras físicas. A integração do metaverso no mundo do trabalho também aponta para uma revolução na colaboração entre equipes, promovendo interação dinâmica e engajadora, independentemente da localização física.

O impacto do metaverso nos aspectos sociais e culturais não pode ser ignorado. A migração para esse universo digital impulsiona novas formas de expressão cultural e interação social. Eventos como concertos, exposições e conferências, antes restritos ao mundo físico, agora podem alcançar públicos globais, democratizando o acesso à cultura e à educação. No entanto, essa nova realidade também apresenta desafios relacionados à privacidade, segurança e inclusão digital. É fundamental um diálogo constante entre desenvolvedores, reguladores e a sociedade para garantir um desenvolvimento ético e acessível do metaverso para todos.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a opinião de consumidores e usuários de internet para entender as percepções sobre o tema e aspirações com relação ao futuro. Para tal foi feita uma pesquisa de campo realizada por meio de um formulário online, divulgado pelas redes sociais no período de 02/02/2023 até 24/02/2023 e respondido por 169 participantes.

O METAVERSO E O ESPAÇO DO COMÉRCIO

Desde que o Facebook mudou oficialmente seu nome para Metaverse em outubro de 2021, o metaverso se tornou uma nova norma de redes sociais e mundos virtuais tridimensionais. O metaverso visa trazer uma experiência imersiva e personalizada aos usuários, ao aproveitar muitas tecnologias pertinentes. Apesar de parecer promissora, uma questão natural no metaverso é como proteger e fiscalizar o conteúdo digital de seus usuários e encontro.

Porém, ao se tratar de fiscalização, nota-se uma mobilização de autoridades governamentais ao redor do mundo empenhados em entender como seria esse processo. Conforme declaração da representante da Dinamarca na Comissão Executiva da União Europeia, “O metaverso já está aqui. Então é claro que começamos a analisar qual será o papel de um regulador, qual é o papel de nossa legislatura”. Isso mostra que o assunto já é discutido pelas grandes autoridades, que acreditam e põe esforços para entender em como esse conceito pode ser inserido na nossa realidade.

O metaverso, de acordo com Gadekallu et al. (2022) é a próxima fase da evolução digital que pode revolucionar a adoção digital a um nível impressionante e estende o domínio de serviços além dos sistemas padrão com acesso on-line. A digitalização dos serviços tornou-se uma tendência para melhorar a eficiência nas áreas de entretenimento empresarial, educação ou qualquer outro sistema que possa ser integrado com o acesso online nas últimas décadas. Ao passo que se entende o metaverso, é notório que ele é tão livre para ser utilizado como uma ferramenta produtiva, tanto como destrutiva. Dessa forma, cabe a movimentação das autoridades sobre a regulação dessa nova realidade. Em resumo, surge o questionamento de como responsabilizar alguém que realiza ações com más intenções em uma nova realidade na qual ninguém é dono.

O termo “Metaverso” foi cunhado por Neal Stephenson em seu romance de ficção científica de 1992, “Snow Crash” (Stephenson, 1992). Na obra, Stephenson descreve um mundo virtual 3D imersivo, onde as pessoas interagem através de avatares, prefigurando muitos dos conceitos que hoje associamos ao Metaverso. O termo “Avatar”, popularizado por “Snow Crash”, também se tornou fundamental para a compreensão da identidade virtual no Metaverso. Empresas como o HSBC já estão investindo na compra de terrenos virtuais dentro de plataformas como The Sandbox (Forbes, 2022). Essa iniciativa demonstra a crença no potencial do Metaverso para gerar novas oportunidades de negócios e interação com os clientes. A criação de experiências únicas para os usuários no Metaverso abre um leque de possibilidades para o lucro das empresas. Através de eventos virtuais, venda de produtos e serviços digitais, e até mesmo a criação de economias virtuais, as empresas podem explorar novos modelos de negócios e gerar receita.

A adoção do Metaverso está ganhando espaço rapidamente no mundo corporativo, com 72% dos executivos acreditando que essa tecnologia terá um impacto significativo

em seus negócios nos próximos cinco anos. As áreas que se destacam nas estratégias de investimento incluem a experiência do cliente, marketing, desenvolvimento de produtos e treinamento de funcionários, todas apontadas como prioritárias. Esses líderes empresariais esperam que o Metaverso traga benefícios como aumento da produtividade, eficiência e, consequentemente, receita, demonstrando uma visão otimista quanto à integração dessa tecnologia em suas operações. No entanto, junto com o entusiasmo pela adoção do Metaverso, surgem desafios significativos e preocupações que precisam ser abordadas. A segurança de dados e a privacidade dos usuários emergem como as principais inquietações, seguidas pela necessidade de uma regulamentação clara e interoperabilidade entre diferentes plataformas do Metaverso. Além disso, a adaptação a essa nova tecnologia requer o desenvolvimento de novas habilidades e a construção de uma cultura organizacional que seja receptiva às mudanças que o Metaverso traz. Os resultados do estudo divulgado por Oxford-Protiviti em 2023 sublinham tanto o potencial transformador do Metaverso para os negócios quanto os desafios que acompanham sua implementação, destacando a importância de abordar questões de segurança, regulamentação e capacitação para que as empresas possam se beneficiar plenamente das oportunidades oferecidas por essa nova fronteira digital, (Oxford-Protiviti, 2023).

Seguimento	Empresas	O que vendem?
Moda	Nike	A Nike comercializa calçados virtuais utilizáveis em jogos e ambientes de metaverso, tendo lançado seu primeiro modelo virtual em 2021. Além disso, a marca possui um ambiente virtual denominado “Nikeland” dentro do Roblox, permitindo aos usuários jogarem, interagir e adquirir itens virtuais.
	Gucci	A Gucci vende uma variedade de produtos virtuais, como roupas, acessórios e NFTs. A empresa também possui um espaço virtual chamado “Gucci Garden” ¹ no Roblox, onde os usuários podem experimentar os produtos da marca e participar de eventos.
	Balenciaga	A Balenciaga vende roupas virtuais que podem ser usadas em jogos e plataformas de metaverso. A empresa também colaborou com a Fortnite para criar skins e outros itens virtuais.
Música	Warner Music Group	A Warner Music Group vende músicas e álbuns virtuais que podem ser usados em jogos e plataformas de metaverso. A empresa também possui um espaço virtual chamado “Warner Music Group Metaverse” no Decentraland, onde os usuários podem ouvir música, assistir a shows e interagir com outros fãs.
	Universal Music Group	A Universal Music Group vende músicas e álbuns virtuais que podem ser usados em jogos e plataformas de metaverso. A empresa também possui um espaço virtual chamado “UMG Metaverse” no Sandbox ² , onde os usuários podem ouvir música, assistir a shows e interagir com outros fãs.
Jogos	Fortnite	A Fortnite é um jogo online popular que oferece uma variedade de itens virtuais que podem ser comprados com dinheiro real. O jogo também possui um espaço virtual chamado “Party Royale”, onde os usuários podem interagir com outros jogadores e participar de eventos.
	Roblox	O Roblox é uma plataforma de jogos online que permite aos usuários criarem seus próprios jogos e experiências. A plataforma também oferece uma variedade de itens virtuais que podem ser comprados com dinheiro real.
	Sandbox	The Sandbox (que fez sua transição para Blockchain entre os anos 2018 e 2020) é um jogo online que permite aos usuários criarem seus próprios mundos virtuais e experiências. O jogo também oferece uma variedade de itens virtuais que podem ser comprados com dinheiro real.
Outros	Samsung	A Samsung vende TVs virtuais que podem ser usadas em plataformas de metaverso. A empresa também possui um espaço virtual chamado “Samsung 837X” no Decentraland ³ , onde os usuários podem experimentar os produtos da marca e participar de eventos.
	Coca-Cola	A Coca-Cola vende NFTs e outros itens virtuais. A empresa também possui, desde 2021, um espaço virtual chamado “Coca-Cola Oasis” no Decentraland, onde os usuários podem jogar, interagir e comprar produtos virtuais.
	McDonald's	O McDonald's vende itens virtuais como roupas e acessórios que podem ser usados em plataformas de metaverso. A empresa, em 2022, homologou um pedido de registro de patente para ativos virtuais e agora possui um espaço virtual chamado “McDonald's MetaMcDonalds” no Decentraland, onde os usuários podem interagir e comprar produtos virtuais ⁴ .

Quadro 1 – Empresas no espaço Metaverso

Fonte: Elaboração própria

1 O Gucci Garden é uma experiência virtual imersiva criada pela Gucci dentro da plataforma Roblox. Lançada em maio de 2022.

2 <https://www.sandbox.game/en/>

3 Decentraland é uma plataforma descentralizada de realidade virtual, desenvolvida na blockchain Ethereum. Representa o mundo virtual baseado em blockchain com o crescimento mais acelerado, permitindo aos usuários criar avatares, interagir com outros participantes, envolver-se em atividades como shows, desfiles de moda, leilões de arte e construir residências em seus próprios lotes virtuais.

4 <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/02/mcdonalds-da-o-primeiro-passo-na-formacao-de-seu-metaverso/>

O quadro 1 ilustra como empresas importantes nos segmentos de moda, música, jogos e outros setores estão engajadas na exploração dessas novas possibilidades, oferecendo produtos e experiências exclusivamente virtuais aos consumidores. No segmento de moda, marcas renomadas como Nike, Gucci e Balenciaga já estabeleceram suas presenças virtuais oferecendo produtos como tênis, roupas e acessórios que existem apenas no âmbito digital. Por exemplo, a Nike criou o “Nikeland” no Roblox, e a Gucci estabeleceu o “Gucci Garden”, ambos espaços virtuais onde os usuários podem interagir com a marca de maneiras inovadoras.

Da mesma forma, no âmbito da música e dos jogos, empresas como Warner Music Group, Universal Music Group, Fortnite, Roblox e The Sandbox, estão explorando o metaverso para criar espaços onde os usuários podem experimentar música e entretenimento de maneira única. Através da criação de ambientes virtuais próprios, essas marcas não só vendem produtos digitais como músicas, álbuns e itens virtuais, mas também organizam eventos, shows e interações que transcendem as barreiras do mundo físico. Outros setores, incluindo empresas como Samsung, Coca-Cola e McDonald’s, também estão navegando por esse novo território digital, oferecendo desde TVs virtuais a NFTs e experiências de marca imersivas.

ESTUDO DE CASO

O presente estudo consiste em uma pesquisa de campo realizada por meio de um formulário online, divulgado pelas redes sociais no período de 02/02/2023 até 24/02/2023. O questionário foi respondido por 169 participantes, todos eles concordando em participar da pesquisa. A escolha pela aplicação do questionário online se deveu à sua praticidade e acessibilidade, permitindo que um maior número de pessoas pudesse participar da pesquisa. Ademais, a utilização das redes sociais como plataforma de divulgação da pesquisa se mostrou eficaz na obtenção de uma amostra diversificada de respondentes. A coleta dos dados realizada de forma virtual (divulgação via WhasApp, grupos no Facebook e Instagram) permitiu a obtenção de um maior número de respostas, contribuindo para a representatividade dos resultados obtidos. Logo, a amostra do presente artigo é considerada bola de neve.

A técnica de amostragem em bola de neve não é probabilística, cabe destacar que encaminhar os entrevistados inicialmente amostrados para outras pessoas que parecem ter a característica de interesse é o núcleo deste método. Essa abordagem tem algumas limitações, como procedimentos de seleção não aleatórios, correlações entre o tamanho da rede e as probabilidades de seleção, confiança nos julgamentos subjetivos dos informantes e questões de confidencialidade. De acordo com JOHNSON (2014), a eficiência e o custo são benefícios. A amostragem bola de neve, de acordo com KIRCHHERR (2018), é um método de amostragem comumente empregado em pesquisa qualitativa, usado na ciência

médica e em várias ciências sociais, incluindo sociologia, ciência política, antropologia e geografia humana. Cabe destacar que todos os respondentes foram informados acerca das condições gerais da pesquisa e aceitaram a divulgação dos resultados e possíveis publicações posteriores.

Na pesquisa em questão 58% dos respondentes estão entre 19 e 30 anos, que representa a maioria dos participantes da pesquisa. Apenas 5 pessoas (4%) do total da amostra são menores de idade. Grande parte dos respondentes (56%) ou possuem ensino superior ou estão cursando algum curso do ensino superior. A comparação entre uma amostragem em que 56% dos respondentes possuem ensino superior e a realidade brasileira, em que apenas 17,4% da população com mais de 25 anos possui ensino superior completo (IBGE, 2019), sugere uma possível disparidade entre a amostra e a população em geral. Isso indica que a amostra é composta por um grupo. De acordo com os dados obtidos, 31% dos respondentes foram classificados em uma faixa salarial que converge para a média do país, isto é, de 2 a 4 salários. Pode-se dizer que os resultados estão em consonância com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu estudo sobre a renda da população brasileira. (IBGE, 2023).

A pesquisa foi predominantemente respondida por habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, de acordo com os resultados da tabela 5, 31% dos respondentes têm uma média familiar de 3 pessoas. Essa informação é particularmente interessante, uma vez que corresponde à média nacional de pessoas por domicílio no Brasil. Isso sugere que a amostra da pesquisa converge com a média do país em termos de tamanho médio das famílias. A Tabela 1 apresenta a estrutura familiar dos respondentes, indicando a distribuição das respostas de acordo com o número de pessoas com as quais eles residem. As categorias incluem: “Eu e mais 1 pessoa”, “Eu e mais 2 pessoas”, “Eu e mais 3 pessoas”, “Eu e mais de 4 pessoas” e “Moro só”. Essa tabela permite uma análise da composição familiar dos respondentes e a relação dessa variável com suas respostas.

	Quantas pessoas vivem com você em sua residência?	Proporção
Eu e mais 1 pessoas	34	27%
Eu e mais 2 pessoas	39	31%
Eu e mais 3 pessoas	33	26%
Eu e mais de 4 pessoas	11	9%
Moro só	10	8%
Total	127	100%

Tabela 1 – Divisão familiar dos respondentes

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

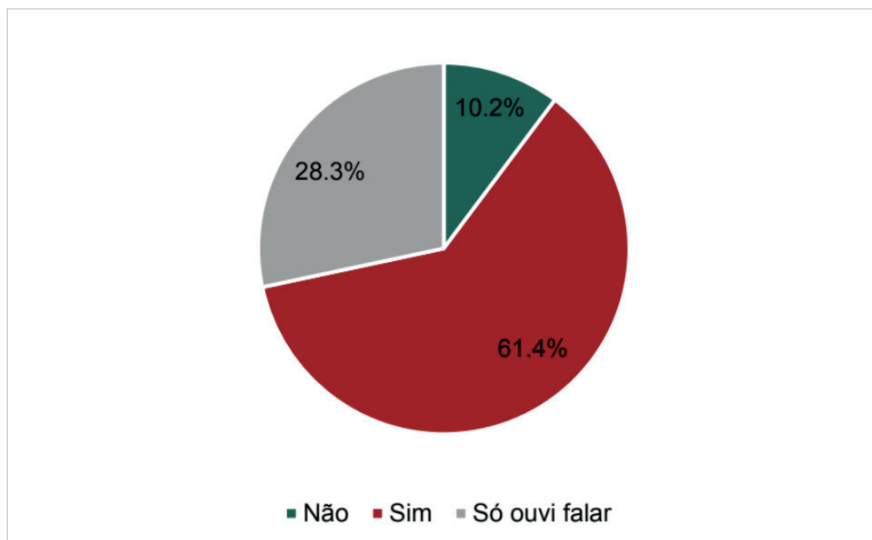


Gráfico 1 – Consolidação do resultado da pergunta: Você sabe o que é metaverso?

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

Os resultados da pesquisa mostram que a maioria das pessoas pesquisadas sabe o que é o metaverso (Gráfico 1), o que pode indicar que há um nível crescente de conscientização sobre essa ideia. No entanto, é importante notar que ainda existem pessoas que só ouviram falar do termo ou não sabem nada sobre ele. Isso pode indicar a necessidade de mais esforços de educação e divulgação sobre o conceito de metaverso.

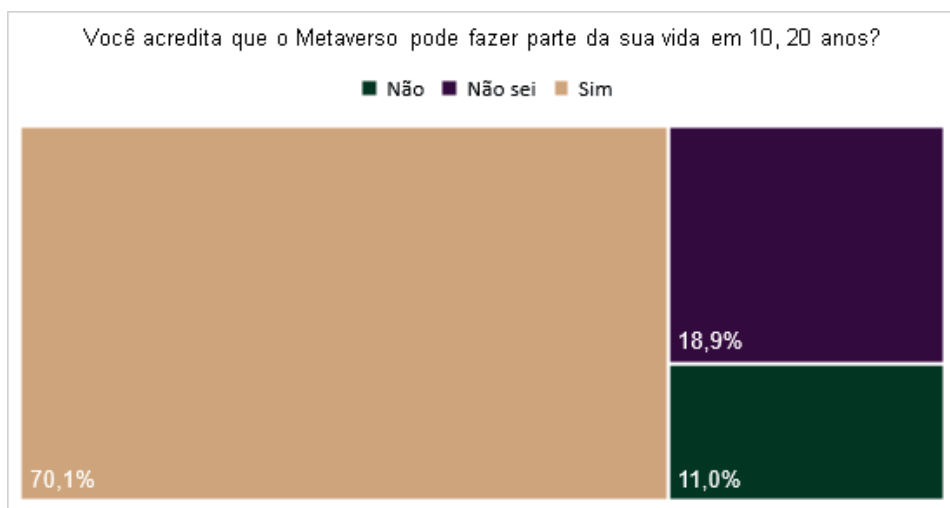


Gráfico 2 – Consolidação do resultado da pergunta: Você acredita que o Metaverso pode fazer parte da sua vida em 10, 20 anos?

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

Os dados apresentados no Gráfico 2 revelam que a maioria das pessoas pesquisadas, cerca de 70,1%, acredita que o metaverso poderá fazer parte de suas vidas nos próximos 10 ou 20 anos. Apenas 18,9% das pessoas entrevistadas responderam “não sei” e 11% delas disseram “não”. Esses dados podem ser importantes porque indicam a crença das pessoas em relação ao potencial impacto do metaverso em suas vidas no futuro.

Quando perguntado: “Caso você tivesse a oportunidade de conhecer o metaverso, aonde iria na primeira visita?” observou-se que a maioria dos entrevistados, cerca de 56,7%, escolheria visitar lugares do mundo no metaverso em sua primeira visita. Isso pode indicar que as pessoas estão interessadas em explorar ambientes virtuais que se parecem com locais reais, mas oferecem uma experiência diferente. A segunda opção mais escolhida, com 23,6% das respostas, foram as plataformas de jogos. Isso pode indicar que os jogos são um dos principais motivadores para as pessoas se envolverem com o metaverso, ou que as plataformas de jogos são um dos tipos de ambiente virtual mais populares atualmente. A opção “lua” foi escolhida por 10,2% dos entrevistados. Em resumo, os resultados da pesquisa indicam que a maioria das pessoas está interessada em explorar ambientes virtuais que se parecem com locais reais, com jogos sendo outra opção popular. Essas informações podem ser úteis para empresas e organizações que estão desenvolvendo tecnologias de metaverso, pois elas podem ajudá-las a entender melhor as preferências dos consumidores em relação a esses ambientes virtuais e a desenvolver experiências que atendam às suas expectativas.

Alguns dados sobre os participantes e suas respostas foram cruzados para tentar identificar alguns padrões nas respostas com base em características socioeconômicas dos respondentes. Apenas 5 pessoas com renda superior a 2,1 salários-mínimos não sabem o que é o Metaverso. Nota-se que a renda superior a 2,1 salários-mínimos está associada a um maior conhecimento sobre o conceito de Metaverso. Apenas um número reduzido de cinco indivíduos nessa faixa de renda demonstrou desconhecimento em relação ao Metaverso. Esses resultados sugerem que a renda mais elevada pode proporcionar maior acesso a informações e recursos que promovem a familiaridade com esse conceito emergente (Tabela 2).

Faixa de Renda	PERGUNTA	Você sabe o que é metaverso?	
	Opções		
De 1 a 2 salários	Não	5	14%
	Sim	19	54%
	Só ouvi falar	11	31%
	Total Geral	35	100%
De 2,1 salários-mínimos a 4 salários-mínimos	Não	4	10%
	Sim	23	59%
	Só ouvi falar	12	31%
	Total Geral	39	100%
De 4,1 salários-mínimos a 6,1 salários-mínimos	Não	0	0%
	Sim	7	78%
	Só ouvi falar	2	22%
	Total Geral	9	100%
Superior a 6 salários-mínimos	Não	1	3%
	Sim	22	69%
	Só ouvi falar	9	28%
	Total Geral	32	100%

Tabela 2 - Consolidação do resultado da pergunta: “Quanto você gastaria para ter uma experiência no Metaverso?” de acordo com a renda dos respondentes.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

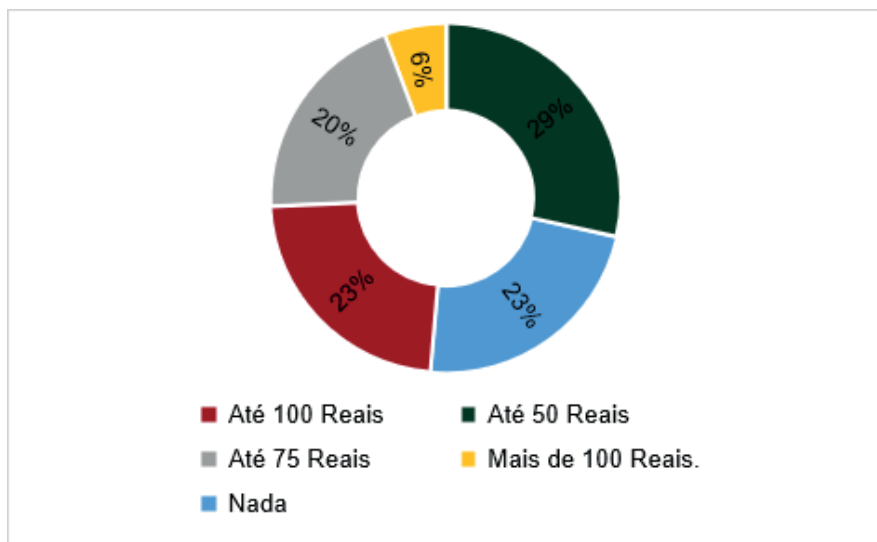


Gráfico 4 – Consolidação do resultado da pergunta: “Quanto você gastaria para ter uma experiência no Metaverso?” entre entrevistados com renda de 1 a salários-mínimos.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

O presente cruzamento de dados visa relacionar a renda dos respondentes com o quanto estariam dispostos a pagar por uma experiência no metaverso. Os resultados demonstram que, dentre os entrevistados com renda de 1 a 2 salários-mínimos, a maior parcela (23%) estaria disposta a desembolsar até R\$100 por tal experiência. Contudo, é importante destacar que um percentual considerável dos entrevistados dessa mesma faixa de renda não estaria disposto a pagar absolutamente nada (23%). Tal fato pode ser atribuído a diversas razões, tais como desinteresse ou a percepção de que o preço é excessivamente elevado em relação ao valor da experiência. Não obstante, a maioria dos entrevistados com renda de até 2 salários-mínimos demonstrou estar disposta a pagar uma quantia, visto que 29% deles estariam dispostos a desembolsar até R\$50, 20% dispostos a pagar até R\$75 e 6% dispostos a pagar mais de R\$100.

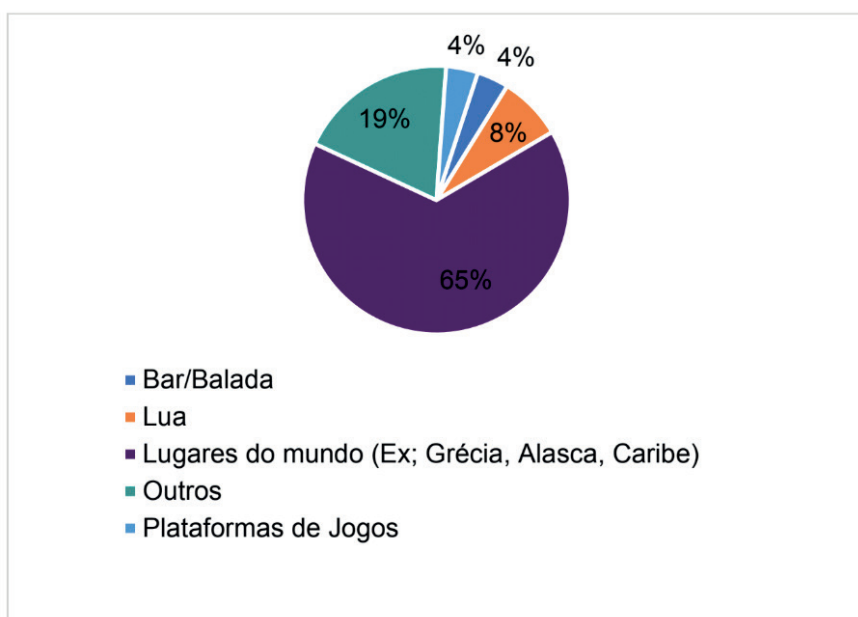


Gráfico 5 – Consolidação do resultado da pergunta: “Caso você tivesse a oportunidade de conhecer o metaverso, aonde iria na primeira visita?” entre entrevistados com mais de 40 anos.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

A pesquisa direcionada a entrevistados com idade superior a 40 anos teve como objetivo explorar as preferências de local de visita no metaverso, caso tivessem a oportunidade de conhecê-lo. A pergunta específica utilizada foi: “Caso você tivesse a oportunidade de conhecer o metaverso, aonde iria na primeira visita?”. Com base nas respostas obtidas, as opções foram categorizadas em cinco principais: lugares do mundo, outros lugares, lua, bares e baladas, e plataformas de jogos. A análise dos dados revelou as seguintes proporções de respostas correspondentes a cada categoria: Lugares do mundo:

65,38%; Outros lugares: 19,23%; Lua: 7,69%; Bares e baladas: 3,85% e Plataformas de jogos: 3,85%. Observa-se que a maioria esmagadora dos entrevistados, representando 65,38%, expressou interesse em explorar lugares do mundo no metaverso. Essa preferência sugere um forte desejo por visitar locais específicos, possivelmente destinos turísticos ou pontos culturais emblemáticos, aproveitando a imersão proporcionada pelo ambiente virtual do metaverso. Essa resposta reflete a curiosidade e o anseio por explorar realidades alternativas que transcendem as limitações do mundo físico.

As opções “bares e baladas” e “plataformas de jogos” foram selecionadas por 3,85% dos entrevistados cada. Essas respostas sugerem que há indivíduos interessados em usufruir da interação social, do entretenimento e das experiências recreativas proporcionadas pelo contexto virtual do metaverso. Esses resultados destacam as preferências dos entrevistados com mais de 40 anos em relação ao local que eles optariam por visitar em sua primeira experiência no metaverso. Esses resultados indicam uma maior predisposição dos entrevistados mais velhos em priorizar a interação social presencial, enquanto os entrevistados mais jovens mostram uma preferência menor pelo ambiente físico em comparação ao metaverso para conhecer novas pessoas, demonstrando uma maior receptividade à interação virtual. Essas informações, representadas pela Tabela 3, fornecem insights relevantes sobre as preferências relacionadas à faixa etária e escolhas entre o ambiente físico e virtual para fins sociais. Dessa forma, os resultados mostram a tendência entre os entrevistados mais jovens, que demonstraram menor inclinação em frequentar um bar físico para conhecer pessoas, optando em grande parte por utilizar o metaverso como uma alternativa para essa experiência. Por outro lado, os entrevistados com mais de 40 anos apresentaram uma preferência significativa e concreta pela experiência presencial em um bar tradicional, valorizando o contato humano direto.

Idade	PERGUNTA	Digamos que você tivesse a opção de estar dentro da sua casa e pelo metaverso estar em um bar para conhecer pessoas diferentes, o que você escolheria fazer?	
19 a 30 anos	Eu faria os dois.	21	28%
	Eu não sei (Talvez).	1	1%
	Eu prefiro estar no bar físico (tradicional) e conversar com pessoas "ao vivo".	48	65%
	Eu prefiro estar no conforto da minha casa e "ir" ao bar do metaverso.	3	4%
	Nenhuma das alternativas.	1	1%
	Total Geral	74	100%
31 a 40 anos	Eu faria os dois.	7	32%
	Eu não sei (Talvez).	0	0%
	Eu prefiro estar no bar físico (tradicional) e conversar com pessoas "ao vivo".	12	55%
	Eu prefiro estar no conforto da minha casa e "ir" ao bar do metaverso.	1	5%
	Nenhuma das alternativas.	2	9%
	Total Geral	22	100%
Com mais de 40 anos	Eu faria os dois.	6	23%
	Eu não sei (Talvez).	4	15%
	Eu prefiro estar no bar físico (tradicional) e conversar com pessoas "ao vivo".	12	55%
	Eu prefiro estar no conforto da minha casa e "ir" ao bar do metaverso.	4	15%
	Total Geral	26	100%

Tabela 3 - Consolidação do resultado da pergunta: "Digamos que você tivesse a opção de estar dentro da sua casa e pelo metaverso estar em um bar para conhecer pessoas diferentes, o que você escolheria fazer?" de acordo com a faixa etária dos respondentes.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

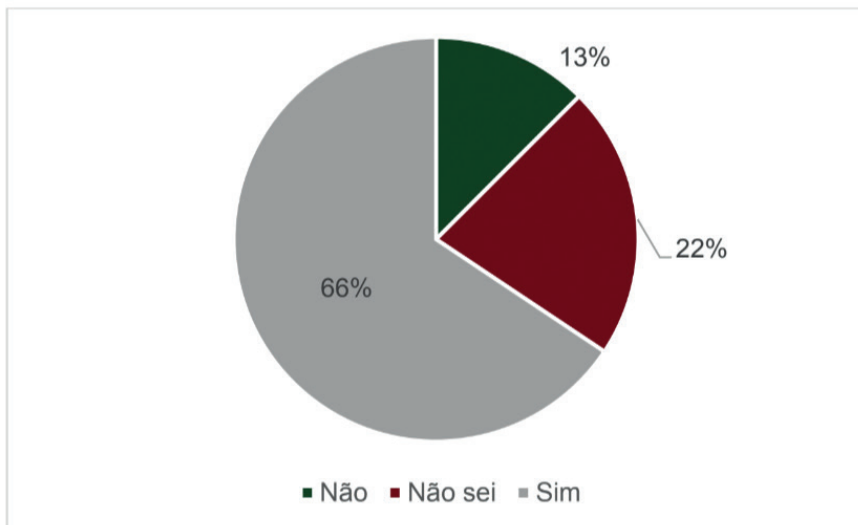


Gráfico 6 – Consolidação do resultado da pergunta: “Você acredita que o Metaverso pode fazer parte da sua vida em 10, 20 anos?” entre entrevistados com pós-graduação completa.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

Destaca-se que a maioria dos entrevistados, representando 65,62% das respostas, manifestou uma visão positiva e otimista em relação à possibilidade de o Metaverso integrar suas vidas nos próximos 10 a 20 anos (Gráfico 6). Isso denota uma crença no potencial do Metaverso em termos de sua relevância e impacto nas esferas pessoal e profissional dos entrevistados. Por outro lado, uma parcela considerável dos entrevistados (21,87%) expressou incerteza em relação à participação do Metaverso em suas vidas futuras, indicada pela resposta “Não sei”. Essas respostas refletem uma postura mais neutra e uma falta de informações ou conhecimento suficiente para tomar uma posição clara e definitiva sobre o assunto. Essas conclusões fornecem percepções valiosas para compreender as perspectivas e expectativas dos entrevistados com pós-graduação completa em relação ao Metaverso, e podem ser relevantes para investigações posteriores sobre a aceitação e adoção dessa tecnologia emergente em diferentes contextos acadêmicos, profissionais e sociais.

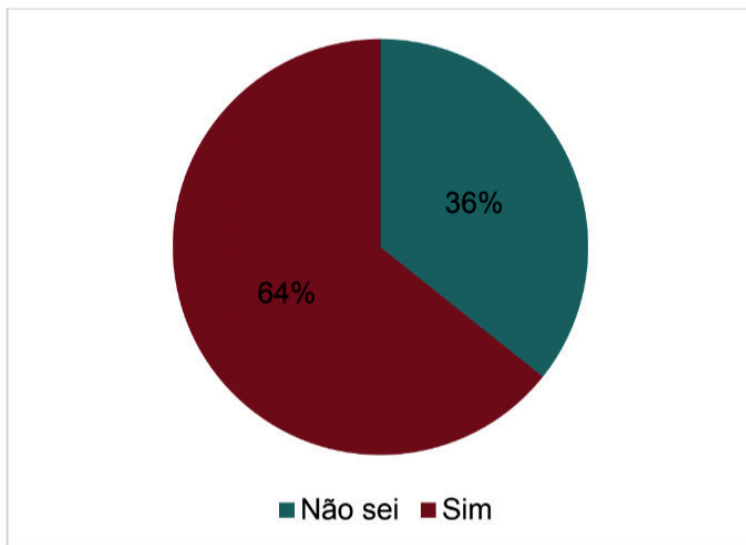


Gráfico 7 – Consolidação do resultado da pergunta: “Você compraria algo nesse universo para facilitar seu trabalho? (Deixar de ir em reuniões presenciais, eventos corporativos...)” entre entrevistados moradores da Baixada.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

Observou-se que uma parcela significativa dos moradores da Baixada (64,28%) expressou interesse em adquirir produtos ou serviços no metaverso como uma forma de facilitar suas atividades profissionais (Gráfico 7). Essa resposta indica que esses indivíduos estão abertos a explorar as possibilidades oferecidas pelo metaverso como uma alternativa para evitar a necessidade de participar de reuniões presenciais e eventos corporativos. Eles reconhecem o potencial do metaverso em proporcionar eficiência e conveniência em suas práticas de trabalho. Além disso, é importante ressaltar que o resultado expressivo de 64,28% dos moradores da Baixada manifestando interesse em adquirir produtos ou serviços no metaverso para facilitar seu trabalho pode ser atribuído, em parte, às dificuldades enfrentadas por esses indivíduos em seu deslocamento diário. Como muitos moradores da Baixada precisam percorrer longas distâncias para chegar aos seus locais de trabalho, enfrentando congestionamentos e dificuldades relacionadas à mobilidade urbana, a possibilidade de utilizar o metaverso como uma alternativa para evitar deslocamentos presenciais pode ser extremamente atraente. A necessidade de participar de reuniões presenciais e eventos corporativos pode impor um ônus significativo aos moradores da Baixada, consumindo tempo, energia e recursos de transporte. Nesse contexto, a perspectiva de utilizar o metaverso como uma plataforma virtual para conduzir reuniões e participar de eventos pode ser vista como uma solução prática e conveniente para superar essas dificuldades. Por outro lado, uma parte considerável dos entrevistados (35,71%) indicou incerteza em relação à possibilidade de adquirir produtos ou serviços no

metaverso para facilitar seu trabalho. Essas informações são relevantes para compreender as atitudes e perspectivas dos moradores da Baixada em relação à adoção do metaverso em seus contextos de trabalho.

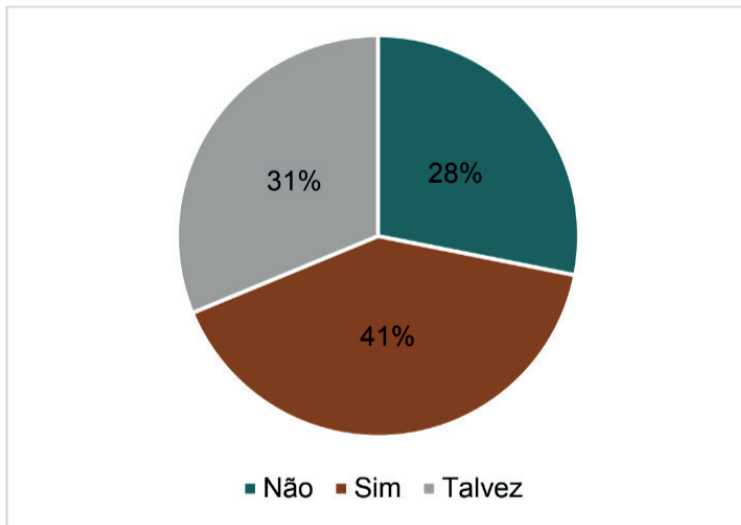


Gráfico 8 – Consolidação do resultado da pergunta: “Você compraria algo nesse universo para se divertir? (Itens, jogos, eventos interativos, shows...)” entre entrevistados com renda superior a 6 salários-mínimos.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

A análise dos resultados da pesquisa, à luz da teoria do consumo, revelou uma tendência interessante em relação ao interesse pelo metaverso entre os indivíduos com renda superior a 6 salários-mínimos. A teoria do consumo enfatiza que as decisões de compra são influenciadas por fatores como renda, preferências individuais, necessidades e aspirações. Nesse contexto, é possível inferir que a disposição desses indivíduos em adquirir produtos e participar de atividades no universo virtual pode estar relacionada à sua capacidade financeira, bem como a um desejo de buscar experiências de entretenimento diferenciadas. No entanto, é importante considerar que, de acordo com a teoria do consumo, o comportamento de compra é afetado tanto por fatores internos quanto externos. Portanto, é necessário levar em conta a influência de variáveis como cultura, estilo de vida, normas sociais e disponibilidade de recursos para entender a dinâmica do interesse pelo metaverso em diferentes faixas de renda. Assim, ao analisar o interesse pelo metaverso entre diferentes grupos de renda, é importante adotar uma abordagem holística que leve em conta as teorias do consumo e os múltiplos fatores que influenciam o comportamento de compra. Isso nos permite compreender as motivações subjacentes, as barreiras e as oportunidades para a adoção do metaverso em diferentes segmentos da sociedade.



Gráfico 9 – Consolidado do resultado da pergunta: “Digamos que você tivesse a opção de estar dentro da sua casa e pelo metaverso estar em um bar para conhecer pessoas diferentes, o que você escolheria fazer?” entre entrevistados que vivem com até 1 pessoa na mesma residência.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário

Como pode ser visto no Gráfico 9, entre os entrevistados que vivem com até 1 pessoa na mesma residência revelou uma variedade de respostas, refletindo diferentes preferências e opiniões. Entre os participantes dessa categoria, 34,09% indicaram que optariam por ambas as opções, ou seja, eles manifestaram interesse em desfrutar tanto da interação social em um bar físico quanto da experiência virtual proporcionada pelo metaverso. Essa resposta sugere uma disposição para explorar e combinar o melhor dos dois mundos, buscando uma diversidade de interações sociais. Por outro lado, 47,73% dos entrevistados expressaram uma preferência por estar em um bar físico tradicional e conversar com pessoas “ao vivo”. Essa resposta evidencia a valorização da interação face a face e a importância do contato humano direto, indicando que para esses indivíduos, a experiência presencial é fundamental para sua participação social. A opção “Eu prefiro estar no conforto da minha casa e ‘ir’ ao bar do metaverso” foi selecionada por 9,09% dos entrevistados, demonstrando que um grupo reduzido estava disposto a explorar as possibilidades oferecidas pelo metaverso como uma alternativa para interações sociais, sem a necessidade de sair de casa. Esses resultados revelam a diversidade de opiniões e preferências entre os entrevistados que vivem com até 1 pessoa na mesma residência em relação à escolha entre um bar físico tradicional e o ambiente virtual do metaverso. A variedade de respostas reflete a complexidade das preferências individuais e enfatiza a importância de considerar as necessidades e desejos específicos de cada indivíduo ao projetar experiências sociais no contexto do metaverso.

CONCLUSÃO

Os desafios entorno da financeirização do espaço virtual podem ser percebidos, em menor escala, após a pesquisa realizada e analisada neste artigo. Foram identificados desafios significativos que surgem com a chegada das revoluções digitais. No entanto, como é comum em períodos de transição, a falta de conhecimento sobre essa temática emerge como uma dificuldade central, gerando insegurança na população e retardando o progresso tecnológico na sociedade. Por fim, é importante ressaltar o interesse em explorar, em futuras oportunidades, os impactos socioambientais decorrentes dessas mudanças no tecido social, buscando compreender tanto suas implicações positivas quanto negativas.

Neste estudo, um questionário foi aplicado para investigar a preferência da sociedade em relação ao metaverso. O questionário permitiu obter dados padronizados e análises quantitativas das respostas, identificando tendências e padrões. Medidas de anonimato foram tomadas para proteger a identidade dos participantes. O uso do questionário possibilitou compreender a aderência geral ao metaverso, contribuindo para a compreensão do público geral nessa área.

A análise dos 169 participantes mostrou o grau de conhecimento e os interesses relacionados ao metaverso, um assunto que ultrapassa barreiras geracionais, educacionais e econômicas, com um interesse geral que abrange desde jovens até pessoas acima dos 40 anos. Esse espectro amplo de idades sugere uma conexão entre gerações com o metaverso. Muitos dos participantes possuem ou estão cursando ensino superior e pós-graduação, complementando a diversidade observada nas faixas etárias. Este nível de educação indica um grupo com amplo acesso a recursos educacionais. Isso pode ajudá-los a aprender mais sobre novas tecnologias, como o metaverso. A situação financeira dos entrevistados, que se concentrou nas faixas de “De 1 salário-mínimo a 2 salários-mínimos” e “De 2,1 salário-mínimo a 4,1 salários-mínimos”, mostra uma variação na capacidade financeira, o que pode impactar diretamente a capacidade de investir em tecnologias emergentes e experiências virtuais. Este aspecto é essencial para entender a inclinação a gastar dentro do metaverso, que varia de nenhum investimento a valores superiores a 100 reais. Isso indica uma perspectiva diversa do valor dessas experiências virtuais, refletindo tanto limitações financeiras quanto diferentes graus de entusiasmo ou ceticismo em relação ao potencial do metaverso.

A familiaridade e o interesse demonstrado pelo metaverso, que abrange uma variedade de atividades, desde explorar locais fictícios ou reais virtualmente até jogar jogos e socializar em bares virtuais, destaca o potencial deste como um campo de experiências ricas e diversas. Essa variedade de interesses indica um desejo de aumentar as oportunidades de conexão, exploração e socialização por meio da tecnologia. Adicionalmente, indica que o metaverso pode vir a complementar, ainda que não substituir completamente, as interações sociais físicas.

Conclui-se que o papel da internet como principal fonte de informações sobre o metaverso destaca o papel da mídia digital na disseminação de conhecimento sobre novas tecnologias. Por outro lado, a menção de notícias e discussões em redes sociais indica que o assunto ultrapassa os meios digitais e está presente em várias áreas da comunicação e discussão pública. Isso mostra como o conceito do metaverso é visto em uma variedade de culturas diferentes, permitindo uma discussão mais ampla e variada sobre como ele é usado e como afetará as interações sociais e culturais no futuro. O desafio para os desenvolvedores e criadores de conteúdo será fazer experiências que sejam não apenas inovadoras tecnologicamente, mas também acessíveis, emocionantes e valiosas para uma variedade de usuários. Eles devem abordar as diferentes nuances de interesse, renda e acesso à tecnologia que caracterizam o público atual.

REFERÊNCIAS

Associação brasileira das entidades dos mercados financeiros e de capital– ANBIMA criptoativos: introdução sobre os conceitos, usos e responsabilidades associados a esses instrumentos, 2019.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Gadekallu, T. R., Huynh-The, T., Wang, W., Yenduri, G., Ranaweera, P., Pham, Q. V., ... & Liyanage, M. (2022). Blockchain for the metaverse: A review. arXiv preprint arXiv:2203.09738.

HSBC compra terreno virtual em jogo online e estreia no metaverso. Reuters, mar. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/03/hsbc-compra-terreno-virtual-em-jogo-online-e-estreia-no-metaverso/>. Acessado em: 01/23

JOHNSON, Timothy P. Snowball sampling: introduction. Wiley StatsRef: Statistics Reference Online, 2014.

JPMORGAN. Opportunities in the metaverse: How businesses can explore the metaverse and navigate the hype vs. reality. JPMORGAN. 2021. 17 p. Disponível em: <https://www.jpmorgan.com/content/dam/jpm/treasury-services/documents/opportunities-inthe-metaverse.pdf>. Acessado em: 06/23.

KIRCHHERR, Julian; CHARLES, Katrina. Enhancing the sample diversity of snowball samples: Recommendations from a research project on anti-dam movements in Southeast Asia. PloS one, v. 13, n. 8, p. e0201710, 2018.

METAVERSO: A EXPERIENCIA HUMANA SOB OUTROS HORIZONTES, Revista do Instituto Humaniadas Unisinos, 2021.

Moy, C., & Gadgil, A. (2022). Opportunities in the metaverse: How businesses can explore the metaverse and navigate the hype vs. reality. Link: <https://www.jpmorgan.com/content/dam/jpm/treasury-services/documents/opportunities-in-the-metaverse.pdf> Erişim Tarihi, 23(02), 2022.

Oxford-Protiviti (2023). Oxford-Protiviti Executive Survey on the Metaverse. Protiviti. https://images.learnmore.protiviti.com/Web/Protiviti/%7B2dc358a6-619d-4558-80b2-2fda547220cf%7D_Oxford-Protiviti_executive_survey_on_the_metaverse.pdf

Stephenson, N. (1992). Snow Crash. Bantam Books.

Centre for Finance, Technology and Entrepreneurship. (2022). The Metaverse: An Introduction. <URL inválido removido>: <URL inválido removido>

Forbes. (2022). HSBC Buys Virtual Land in The Sandbox Metaverse. <URL inválido removido>: <URL inválido removido>

TEORIAS DA MOTIVAÇÃO DOS TRABALHADORES E CONTABILIDADE DE GESTÃO

Data de aceite: 01/04/2024

Miguel Gonçalves

Polytechnic University of Coimbra -
Portugal

RESUMO: Este artigo pretende dar a conhecer o referencial teórico das principais teorias da motivação propostas pelos investigadores do comportamento organizacional e salientar o papel da Contabilidade de Gestão na definição da implementação de um sistema baseado em recompensas.

INTRODUÇÃO

Seguindo de perto o entendimento de Camara, Guerra e Rodrigues (2007: p. 299):

os sistemas de compensação e incentivo consistem no conjunto de contrapartidas materiais e imateriais que os empregados recebem, em razão da qualidade do seu desempenho, do seu contributo de longo prazo para o desenvolvimento do negócio e da sua identificação com os valores e princípios operativos da empresa.

Incentivos são, pois, actividades ou sistemas organizados com o objectivo de aumentar a participação dos trabalhadores em relação a finalidades próprias de uma entidade, por intermédio de formas diferenciadas de estímulos motivacionais.

As questões atinentes às medidas de compensação e incentivo revestem-se de particular acuidade no contexto da gestão empresarial, na justa medida em que convocam uma outra, muito em voga nos dias que correm, que se prende com a motivação dos colaboradores da empresa.

É cada vez maior a preocupação dos órgãos de cúpulas das organizações com o aspecto motivacional dos seus recursos humanos. Por conseguinte, a noção de motivação é um conceito fulcral para a compreensão do comportamento humano, não surpreendendo que tenham surgido uma multiplicidade de teorias sobre a motivação que procuram a razão ou as razões que consubstanciam acções individuais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Revisão da literatura

Para compreender a *performance* dos trabalhadores numa organização decorrente da motivação para o trabalho, é necessário fazer apelo a modelos teóricos. As décadas de 50, 60 e 70 do século passado foram um período fértil para o desenvolvimento de teorias da motivação, de entre as quais¹ salientamos as seguintes:

1. Teoria da hierarquização das necessidades, de *Maslow* (1954);
2. Teoria da expectância, de *Vroom* (1964);
3. Teoria bifactorial, de *Herzberg* (1968) e
4. Teorias X e Y de *McGregor* (1973).

Maslow (1954) estabeleceu a hipótese de em cada ser humano existir uma hierarquia de cinco necessidades. À medida que cada necessidade fica substancialmente satisfeita, uma pessoa sobe um degrau para a necessidade insatisfeita seguinte.

A teoria afirma que uma necessidade substancialmente satisfeita deixa de motivar. A hierarquia é composta de necessidades fisiológicas, de segurança, necessidades sociais, de ego e de estima e, por último, necessidades de auto-realização.

Maslow (1954) separou as cinco necessidades em dois níveis: superior e inferior. As necessidades fisiológicas, de segurança e o social foram descritas como de ordem inferior, e as de estima e auto-realização como de ordem superior.

A diferenciação entre as duas ordens foi feita com base na premissa de que as necessidades de ordem superior são satisfeitas no interior da pessoa, enquanto as de ordem inferior tem satisfação predominantemente externa (como, por exemplo, salários, estabilidade e condições amigáveis de trabalho). Nestes termos, acrescenta-nos Neves (2002: p. 18):

num contexto empresarial, Maslow é claro quando afirma que a sua teoria preconiza que as organizações devem fazer o possível por proporcionar a satisfação das necessidades de mais alto nível [necessidades de auto-realização]. O gestor com necessidades de auto-realização é o gestor mais eficaz.

Noutros termos, uma das abordagens mais discutidas pela literatura, no campo das teorias motivacionais, é a teoria da expectância, proposta por Vroom (1964).

De acordo com esta teoria (também apelidada de teoria da valência/instrumentalidade/expectância (VIE)) o desejo de uma pessoa de ser produtiva depende, em qualquer instante, dos seus objectivos particulares e da sua percepção do valor relativo do desempenho como um meio de atingir esses objectivos.

¹ Para uma interessante viagem sobre as teorias da motivação, consulte-se Neves (2002).

A teoria de Vroom (1964) sustenta-se na crença do empregado de que uma recompensa será recebida assim que a tarefa seja cumprida.

Neves (2002: p. 13) sintetiza-nos o essencial da teoria da expectância. Assim, de acordo com o autor, ela “procura dar resposta à questão de como é que as recompensas interagem para motivar o comportamento numa dada direcção”. Adicionalmente, aclara-nos ainda algumas questões de matriz conceptual da mesma:

na sua teorização, Vroom (1964) sugere que as convicções pessoais relativamente à expectância, instrumentalidade e valência interagem psicologicamente, dando origem a uma força motivacional. O comportamento será uma consequência de um campo de forças, no qual cada uma delas tem uma determinada direcção e magnitude (Neves, 2002: pp. 32-33).

Da importância desta teoria nos dão justamente conta Kaplan e Atkinson (1998: p. 673), na sua introdução ao tema sistemas de compensação e incentivo:

we adopt the so-called expectancy approach to motivation, which argues that people act in ways that they expect will create the rewards they desire. Given this view, the role of compensation is to provide individuals with rewards they value when their behavior promotes the organization's objectives.

No que tange à teoria bifactorial, de Herzberg (1968), as recompensas organizacionais podem ser decompostas em dois grupos de factores: motivadores e higiénicos.

Herzberg (1968) concluiu que são factores intrínsecos ou de conteúdo (factores motivadores: a realização pessoal, o trabalho em si mesmo, o reconhecimento, a responsabilidade, a progressão) que geram satisfação e motivação para o trabalho. Por sua vez, os factores que não criam intrínseca motivação para o trabalho são as políticas e os procedimentos das empresas, o estilo de supervisão, as relações interpessoais e o salário. A estes últimos, chamou Herzberg (1968) factores higiénicos, posteriormente também conhecidos por factores de contexto.

Segundo Andrade (1998), a implicação maior desta teoria é que a concentração apenas em factores higiénicos impossibilita que os empregados fiquem satisfeitos e que se se quiser atingir um desempenho elevado, por meio de trabalhadores motivados, necessário será a incorporação no modelo de factores motivadores ao trabalho.

Por último, McGregor (1973) propôs duas visões distintas do homem: uma basicamente negativa, denominada teoria X, e outra basicamente positiva, designada teoria Y. Telegraficamente, inventariamos aqui as suas principais proposições. Assim, para a teoria X:

- o trabalhador médio tem uma aversão inata pelo trabalho e tudo fará para o evitar;
- por causa desta aversão característica face ao trabalho, os indivíduos devem ser coagidos, controlados e dirigidos e
- o trabalhador médio prefere ser orientado, deseja evitar responsabilidades, tem relativamente pouca ambição e procura a segurança acima de tudo.

Ao invés, a teoria Y apresenta-se como uma filosofia diferente do valor e do papel dos recursos humanos. As suas principais assumpções são as seguintes:

- o controlo externo e a ameaça de sanções não são os únicos meios para obter um esforço dirigido para objectivos, pois o trabalhador pode dirigir-se e controlar-se a si mesmo quando trabalha para objectivos em relação aos quais se sente responsável;
- o trabalhador médio aprende, nas condições requeridas, não só a aceitar mas a procurar responsabilidades e
- a responsabilidade face a certos objectivos existe em função das recompensas associadas à sua realização.

Contextualizada que está a temática, cabe agora dedicar especial atenção a aspectos particulares que se relacionam com medidas específicas de compensação e incentivo a colaboradores, tendo sempre presente o pensamento de que o seu objectivo nuclear consiste no reforço da motivação dos empregados e da sua identificação com a empresa. Neste mesmo sentido, esclarecem-nos Kaplan e Atkinson (1998: pp. 673-4):

organizations develop compensations systems that reward specified individual results or behavior that advance organization objectives. Individual exert effort to develop skills and knowledge to make decisions that create results that provide the rewards they value and seek. Measured results, the domain of management accounting, provide the critical linkage in this motivation process.

OBJECTIVOS DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO E INCENTIVO

O nível de empenho dos trabalhadores dependerá muito da criação de um sistema de gestão em que a satisfação dos objectivos individuais esteja estreitamente correlacionada com a prossecução dos objectivos organizacionais, pelo que uma maior dedicação a estes últimos proporciona um nível de recompensas superior.

Na esteira do que havíamos dito anteriormente, apontam-se os seguintes três factores motivadores:

- **Motivação pelo dinheiro** – com a adopção de um sistema de pagamento segundo os resultados alcançados, procura-se criar um elo inequívoco de dependência entre esforço e recompensa;
- **O reconhecimento** – como resposta à necessidade individual de obtenção de *feedback* sobre a respectiva actividade profissional, confere sentido à actuação e reforça-a quando esta é superiormente reconhecida como bem-sucedida, havendo também aqui tendência para acções correctivas, em caso inverso.
- **A realização humana e profissional** – após cada etapa ultrapassada, intensifica-se a vontade de conquistar novos e superiores níveis de realização pessoal.

Para que um sistema de recompensas seja eficaz, é essencial que satisfaça dois pressupostos:

(1) Alinhamento das recompensas com os objectivos estratégicos

Encontra-se hoje amplamente demonstrado que a generalidade das pessoas adopta atitudes e comportamentos, orientando a sua actividade de forma a obter o maior número possível de recompensas. Daí que seja essencial que as organizações se preocupem em alinhar os sistemas de recompensas com os objectivos estratégicos, no sentido de evitar possíveis desvios ditados pelo interesse pessoal de cada colaborador.

A convergência entre os objectivos que a organização pretende cumprir e as recompensas que providencia aos seus colaboradores, face à sua actuação individual e desempenho meritório, constitui um ponto fulcral na orientação do pessoal no sentido de contribuírem para a sua concretização.

(2) Sistema de recompensas justo e objectivo

Para que seja bem aceite pelos seus destinatários, o sistema de recompensas terá de ser percebido como justo e objectivo, funcionando de forma equitativa e correspondendo à contribuição de cada um, de acordo com critérios claros e incontroversos, de harmonia com regras pré-definidas que, tanto quanto possível, afastem a subjectividade.

Termine-se, assinalando na oportunidade, um elenco de metas proposto por Lawler (s.d.), *apud* Camara, Guerra e Rodrigues (2007), tendo como finalidade discernir os objectivos de sistemas de compensação e incentivo: atracção e retenção dos empregados; motivação dos colaboradores; reforço da cultura da organização e reforço e definição da estrutura.

Neste cenário, julgamos constituir a **motivação**, atracção e retenção de trabalhadores de elevado potencial e qualificação, os desideratos maiores de um sistema de recompensas. Naturalmente também que a produtividade constitui também grande desígnio de um tal sistema, na exacta medida em que a organização que tenha a capacidade de alinhar recompensas apetecíveis com os desempenhos que considere indispensáveis ao seu sucesso, tornará o seu sistema de recompensas numa poderosa arma para aumentar a motivação e, consequentemente, a produtividade da sua força de trabalho.

No âmbito das metas cruciais de um sistema de recompensas, deveremos incluir também a cultura de organização, sendo aqui aspiração da entidade o apoio e reforço de uma atitude organizacional que se quer empreendedora, inovadora, de gestão participada e com responsabilidade partilhada.

Feita que está a referência aos principais objectivos de um sistema de compensação e incentivo, é chegado o momento de abordar a problema concreto das componentes de um sistema de recompensa.

COMPONENTES DE UM SISTEMA DE RECOMPENSAS

Andrade (1998: p. 17) define recompensas como “formas de premiação material por resultados obtidos, tais como aumentos de salário, bônus, programas de participação em resultados e lucros, prêmios em dinheiro, etc.”

A este propósito, Camara, Guerra e Rodrigues (2007: p. 303), ao jeito de Herzberg, acentuam que os sistemas de recompensa deverão conter componentes motivacionais (ou intrínsecas ao trabalho) e componentes higiénicas (ou extrínsecas ao trabalho).

As primeiras caracterizam-se por serem geradoras de satisfação profissional, compromisso com a empresa, esforço e brio no desempenho e podem sintetizar-se em: (i) sentido de realização; (ii) reconhecimento pelo que foi realizado; (iii) a qualidade do trabalho em si; (iv) o grau de responsabilidade e (v) crescimento profissional ou progressão de carreira.

As segundas (componentes higiénicas, na linguagem de Herzberg), não tendo a propriedade de gerar motivação nos empregados, devem, se bem geridas, evitar fenómenos de desmotivação ou desinteresse por parte deles. Na visão *herzbergiana* pertencem a esta categoria: (i) o salário; (ii) as condições de trabalho; (iii) as relações interpessoais; (iv) o tipo de supervisão e (v) a segurança.

Este entendimento é partilhado por Kaplan e Atkinson (1998: p. 674) que neste espírito sustentam: “*there are two broad types of rewards that people value - intrinsic and extrinsic*”.

No que toca a descortinar quais têm maior índice de eficácia em termos de motivação dos trabalhadores, tem sido demonstrado (Andrade, 1998) que o reconhecimento pelo desempenho, como factor de realização pessoal e identificação com o projecto da organização, leva vantagem face ao acréscimo salarial, indutor de dependência financeira e sem grande expressão na motivação dos colaboradores, pelo que se induz que os sistemas de recompensas deverão valorizar adequadamente as recompensas intrínsecas, já que será principalmente delas que resultam a motivação e realização pessoal e profissional, o acréscimo de produtividade, a identificação com o projecto e a convergência com os interesses da organização.

No ponto de vista de Camara, Guerra e Rodrigues (2007), o desejável seria que os sistemas de recompensas contivessem elementos dirigidos às características intrínsecas do trabalho (reconhecimento, responsabilidade), bem como elementos dirigidos às qualidades extrínsecas do mesmo (salário, condições de trabalho, etc.).

RECOMPENSAS EXTRÍNSECAS

Constatámos na secção anterior que as recompensas de carácter intrínseco se referem ao trabalho em si, às responsabilidades e tarefas desempenhadas, às possibilidades de crescimento profissional e pessoal, enquanto as recompensas extrínsecas, por seu lado, dizem respeito a factores externos ao trabalho em si mesmo, como sejam a remuneração do trabalhador.

Focar-nos-emos, doravante, apenas num tipo de recompensas extrínsecas, por acreditarmos serem aquelas que melhor se enquadram nos domínios da Contabilidade de Gestão, à semelhança do que opinam Kaplan e Atkinson (1998: p. 674): “*because the conventional role of the **management accountant**² is to develop the systems that identify the organization’s desired results and tie results to managers and employees compensation*”.

Compensações baseadas no desempenho financeiro

Antes dos anos oitenta, os indicadores de desempenho em que se baseavam a atribuição de prémios eram, essencialmente, os resultados líquidos, a rentabilidade do capital próprio e a rentabilidade do capital investido. Ultimamente tem sido privilegiado o *Economic Value Added* (EVA).

A selecção dos indicadores de desempenho é um dos aspectos que mais conflituosidade tem levantado, porquanto pode ser baseada sobre os preços de cotação das acções ou sobre as demonstrações financeiras da empresa.

Neste último caso, adivinham-se problemas ao nível do manuseamento discricionário e criativo de alguns indicadores contabilísticos. Bastará para tal pensarmos que, cada vez mais, as remunerações dos gestores integram componentes variáveis (bónus, gratificações, prémios, comissões, participação nos lucros, etc.) indexados ao desempenho económico-financeiro das empresas.

Compensações baseadas no desempenho individual ou no de grupo

Este é, sem dúvida, um problema emergente. Se, por um lado, compensações baseadas em termos estritamente individuais, apresentam a clara desvantagem de não potenciarem o trabalho e espírito de equipa, por outro fazem com que o colaborador seja impelido a provar que atingiu os objectivos propostos. Sucede do exposto que compensações alicerçadas no desempenho de grupo promovem o espírito de equipa, mas, todavia, exortam muitas das vezes os elementos do grupo a assumirem comportamentos *free-riders*, não se podendo descurar também a circunstância, sempre contraproducente, de muitos colaboradores não entenderem na íntegra como o seu comportamento individual afecta as recompensas do grupo.

² Destaque de nossa responsabilidade.

Compensações baseadas em medidas não financeiras de desempenho

Destacamos as seguintes:

(A) *Stock bonus* (Prémios em acções)

Consistem em gratificações sob a forma de acções, o que cria uma afinidade de interesses entre os gestores e os accionistas.

(B) *Stock options*

Atribuem ao gestor o direito de aquisição de acções da empresa a um preço de exercício predefinido e num período predeterminado. Na realidade, são opções de compra (*call options*), isto é, conferem ao seu detentor o direito de compra da acção e não existe da sua parte qualquer obrigação de exercer esse direito. O direito de aquisição só será exercido pelo seu detentor se o preço de compra da acção ou quota for inferior ao real valor de mercado da mesma. Assim sendo, esta opção pode representar uma forma de remuneração adicional que incentivará o gestor a desenvolver e a aplicar uma estratégia de valorização da empresa, pois quanto maior for o valor da empresa, maior será o ganho que obtém. Deste modo, os interesses dos gestores ficam alinhados como os interesses dos accionistas através da valorização da empresa. A empresa consegue assim fidelizar os dirigentes, reduzir problemas de representação e criar espírito empresarial.

(C) *Performance shares*

Premeiam com acções da empresa o atingir de um objectivo específico, usualmente de longo prazo. O objectivo mais comum é atingir um crescimento em ganhos por acção (*earnings per share*) durante um período de 3 a 5 anos.

(D) *Stock appreciation rights* (SAR)

São pagamentos diferidos em dinheiro, baseados no aumento do preço das acções desde o tempo da recompensa até ao tempo do pagamento.

(E) *Phantom stocks*

Trata-se de acções que de facto não têm existência física. São acções *fantasma* ou acções virtuais.

O gestor beneficia de direitos baseados na valorização de um determinado número de acções. A valorização dessas acções pode ser baseada no EVA, no valor contabilístico ou em quaisquer outras medidas que se considerem aceitáveis pelas partes. As valorizações anuais das acções fantasma fazem que o gestor se torne credor da empresa. As desvalorizações reduzem o valor do crédito, mas em princípio o gestor não pode chegar ao final do contrato numa situação devedora. É um incentivo ao desempenho do gestor e à sua permanência na empresa por um período longo de tempo.

(F) Unidades de participação

São muito idênticos aos SAR, apresentando como dissemelhança o facto do pagamento ser feito em função dos resultados operacionais, ao invés do preço de acção. Permitem grande flexibilidade em relacionar os incentivos dos gestores com as medidas de desempenho interno de longo prazo da entidade.

Benefícios

Os benefícios são medidas que muitas vezes surgem associadas aos salários quando abordamos recompensas extrínsecas, sendo habitual catalogá-los em benefícios sociais e benefícios específicos (*fringe benefits*).

Nos primeiros incluem-se os planos de reforma e o complemento do subsídio de doença.

Os últimos, muito populares, contribuem para um aumento de estatuto por parte do trabalhador e assumem uma variedade espantosa, cujo intuito é, por vezes, contornar cargas fiscais elevadas sobre as remunerações fixas. Sublinhamos aqui, como exemplos mais recorrentes, o carro de serviço, o cartão de crédito da empresa e os juros bonificados.

CONCLUSÃO

São as pessoas que fazem funcionar as organizações. Quanto melhor e **mais motivadas** estiverem, melhor estarão a funcionar essas organizações. A avaliação do desempenho dos empregados tem como uma das componentes principais a atribuição de um conjunto de recompensas que se quer proporcional ao seu mérito, motivação e contributo para a geração de valor acrescentado à empresa.

As recompensas maiores serão, certamente, as intangíveis ou as intrínsecas, isto é, aquelas que estão internamente ligadas ao trabalho em si, ao grau de satisfação que proporcionam, ao estilo de gestão e autonomia que dão e à progressão na carreira. São elas que, se bem geridas, criam um compromisso fiel entre o empregado e a empresa, consolidando uma relação de longo termo.

Nos últimos vinte anos temos, porém, vindo a assistir a medidas e incentivos cada vez mais baseadas em recompensas extrínsecas, de entre as quais realçamos as *stock options* que contabilizavam já mais de metade das remunerações totais dos presidentes das maiores empresas americanas (Neves, 2001) e cerca de trinta por cento dos directores de divisão (Andrade, 1998). No entanto, tal como notam Kaplan e Atkinson (1998: p. 697): *participation in these plans is usually limited to those employees whose activities have a significant effect on the performance of the firm.*

Os sistemas de controlo de gestão podem ajudar a contrabalançar este efeito, nomeadamente ao identificarem os objectivos esperados da organização, quantificando assim os resultados dos recursos humanos que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na empresa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Beatriz Bianchi de (1998) – Os sistemas de incentivo e de compensação de desempenho: um estudo em empresa vencedora do Prêmio Nacional de Qualidade. 225 p. Dissertação apresentada ao Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, UNICAMP, como requisito para a obtenção do título em Mestre em Qualidade. Campinas : São Paulo.

CAMARA, Pedro B. da ; GUERRA, Paulo Balreira ; RODRIGUES, Joaquim Vicente (2007) – **Novo Humanator: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial**. Lisboa : Publicações Dom Quixote.

HERZBERG, Frederick M. (1968) – “One more time: how do you motivate employees?”. **Harvard Business Review**, n.º 1, Jan.-Fev.; pp. 53-62.

KAPLAN, Robert S. ; ATKINSON, Anthony A. (1998) – **Advanced Management Accounting**. 3rd ed. New Jersey : Prentice Hall.

MASLOW, Abraham H. (1954) – **Motivation and Personality**. New York : Harper & Row.

McGREGOR, Douglas (1973) – **Motivação e Liderança**. São Paulo : Editora Brasiliense.

NEVES, Augusto Lobato (2002) – **Motivação para o Trabalho**. 2.^a ed.. Lisboa : Editora RH.

NEVES, João Carvalho das (2001) – **Análise Financeira**. Vol. II – Avaliação do desempenho baseada no valor. 2.^a ed.. Lisboa : Texto Editora.

VROOM, Victor H. (1964) – **Work and Motivation**. New York : John Wiley & Sons.

A EFETIVIDADE DA OFERTA DE SERVIÇO DE REFERÊNCIA VIA WHATSAPP EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Data de aceite: 01/04/2024

Cesar Almeida Filho

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná (PUCPR)

Milton Shintaku

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)

RESUMO: O trabalho tem por objetivo avaliar a efetividade do serviço de referência ofertado por meio do aplicativo WhatsApp na Biblioteca Central PUCPR, como também, contribuir com a discussão sobre os novos serviços a serem ofertados com o uso da tecnologia. A metodologia utilizada para este estudo foi a pesquisa com abordagem mista; a adesão em responder o questionário foi baixa, todavia, 100% dos respondentes concordam que o serviço atende bem seu objetivo e conclui-se que, o aplicativo facilita a experiência do usuário e auxilia o bibliotecário de referência em agilidade, mas nunca substituindo o profissional bem-preparado.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço de Referência. Biblioteca. WhatsApp. Aplicativo de mensagens.

THE EFFECTIVENESS OF OFFERING A REFERENCE SERVICE VIA WHATSAPP IN A UNIVERSITY LIBRARY

ABSTRACT: The objective of this work is to evaluate the effectiveness of the reference service offered through the WhatsApp application at the PUCPR Central Library, as well as to contribute to the discussion about the new services to be offered with the use of technology. The methodology used for this study was research with a mixed approach; Adherence in answering the questionnaire was low, however, 100% of respondents agree that the service serves its purpose well and it is concluded that the application facilitates the user experience and helps the reference librarian in agility, but never replacing the professional Well prepared.

KEYWORDS: Referral Service. Library. Whatsapp. Messaging app.

INTRODUÇÃO

Com a evolução da tecnologia e a necessidade cada vez maior de informação rápida e precisa, as bibliotecas precisaram se adaptar, e repensar sobre os serviços oferecidos para a comunidade. Entre esses serviços e de grande impacto aos usuários é o serviço de referência, o qual se destaca, como cartão de visita de uma biblioteca, orientando e direcionando o usuário, para sanar suas necessidades informacionais.

Segundo Grogan, (1995, p.8) o “Serviço de Referência é mais do que um expediente para a comodidade do usuário”, é fazer com que o material constante no acervo seja deliberadamente utilizado para proporcionar benefício ao requerente. Atua para que, outras informações pertinentes ao acervo fluam eficientemente a quem se utiliza. Consiste em uma completa e certa entrevista de referência, na qual o bibliotecário experiente, deverá instruir o usuário em sua precisão.

Diante deste cenário, acompanhando as inovações na prestação de serviços e pensando em proporcionar à comunidade acadêmica maior comodidade e rapidez nas buscas de suas dúvidas, logo a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) implantou o serviço de pronta referência via WhatsApp, ante as mudanças tecnológicas e necessidades de novos canais de interação com o usuário. O serviço funciona de forma totalmente on-line, por meio de um aparelho de celular que não atende chamadas telefônicas, somente mensagens de WhatsApp. Serviço oferecido de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h30 e aos sábados, das 8h às 17h30. Por ser um serviço relativamente novo, criado para atender uma necessidade urgente devido ao Coronavírus 19 (Covid19), ainda não passou por avaliação; está baseada em métodos científicos voltados à verificação de sua efetividade. A oferta de serviço de referência por meio do aplicativo WhatsApp tem aspectos inovadores. Para tanto, requer informação estratégica de efetividade para garantir que esse serviço se mantenha continuamente, como mais uma opção de interatividade entre a biblioteca da PUCPR e os estudantes.

Assim, o presente estudo tem por objetivo avaliar a efetividade do serviço de referência, ofertado por meio do aplicativo WhatsApp na biblioteca central da PUCPR, como também, contribuir com a discussão sobre os novos serviços a serem ofertados pela biblioteca, com o uso maior das tecnologias e criando novos canais de interação com os seus usuários.

O Serviço de Referência via WhatsApp ofertada pela PUCPR

A Biblioteca Central da PUCPR (BC PUCPR) coordena o Sistema Integrado de Bibliotecas da PUCPR (SIBI/PUCPR), o qual é composto também pelas bibliotecas setoriais dos Campi de Londrina, Maringá, Toledo e pela biblioteca do Hospital Universitário Cajuru. Dessa forma, a BC PUCPR orienta o funcionamento de todas as bibliotecas do SIBI/PUCPR, incluindo a forma de funcionamento, principalmente por ser a coordenadora do sistema.

Na lista das orientações do SIBI, está a determinação do sistema de gestão da biblioteca, totalmente informatizado, utilizando o Sistema Pergamum, desenvolvido e comercializado pela PUCPR desde 1997, como relata (Dias, 1998). O sistema contempla as principais funções da Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão e rotinas das bibliotecas do SIBI/PUCPR, otimizando os serviços prestados aos seus usuários.

Dentre os serviços ofertados pela biblioteca e informatizados pelo Pergamum estão: catalogação de livros, periódicos e multimeios, aquisição de materiais, empréstimo, devolução e reserva de materiais, o serviço de empréstimo entre bibliotecas do SIBI/PUCPR, pesquisa e recuperação do acervo, emissão de relatórios de apoio, controle de acesso aos ambientes internos das bibliotecas, empréstimo de cabines e empréstimo de computadores para trabalho de digitação, Kindle, guarda-chuva entre outras coisas.

O serviço de referência e circulação faz parte da Divisão de Serviços aos Usuários a qual fica localizada no térreo da biblioteca central e presta serviços como: Levantamento bibliográfico personalizado; Comutação bibliográfica; treinamentos especializados, empréstimo domiciliar e entre bibliotecas, atendimento de dúvidas via e-mail e pessoalmente. No mês de abril do ano de 2021, a biblioteca central passou a oferecer atendimento por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, impulsionado pela pandemia de Covid-19 e, diante da demanda de informações rápidas e de qualidade, houve a necessidade de agilizar o oferecimento de mais um canal para atendimento virtual e seguro. Serviço oferecido também pelo aplicativo Microsoft Teams, mas com menor aceitação e popularidade.

O WhatsApp é o aplicativo de mensagens mais utilizado no momento e nascido no Vale do Silício em 2009, foi adquirido pelo Facebook em 2014. É uma alternativa ao SMS, porém vai muito além. O aplicativo é uma multiplataforma (App web, computador e mobile) que permite a troca de mensagens de forma gratuita, além de áudio, vídeo, fotos e documentos (Marques, 2020).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo foi a Pesquisa com abordagem mista, fundamentada em Creswell e Clark (2011), que enfatizam alguns itens importantes e atuais, que demonstram que a pesquisa pelo método misto deve abordar; uma análise e coleta persuasiva e rigorosa, tanto dos dados qualitativos quanto dos quantitativos, mistura e integra as duas formas de pesquisa, da prioridade a uma das formas de dados, usa esses procedimentos em um único estudo e por fim, combina esses procedimentos no mesmo estudo em questão.

Seguindo essa metodologia, foi aplicado um questionário com nove questões abertas, elaborado via Google Forms, à comunidade acadêmica da PUCPR, composta pelos docentes e discentes. A coleta de dados realizou-se mediante preenchimento do

questionário enviado às pessoas, que já utilizaram o serviço de atendimento da Biblioteca PUCPR. O questionário com suas devidas respostas está disponível no apêndice A, no final do trabalho.

As questões foram desenvolvidas em duas etapas; primeiramente para identificar o tipo de usuário e depois, qual a impressão do serviço utilizado por meio da plataforma WhatsApp. O objetivo dessa aplicabilidade é efetuar uma análise, identificando a categoria de usuário, que pode ser diferenciado, visto a forma de interação com a PUCPR.

O questionário ficou disponível para coleta de dados do dia 01 ao dia 19 do mês de maio de 2023, com envio do convite, a todos os usuários que solicitaram informações por meio do aplicativo de mensagens, para responder ao questionário. Após duas semanas do início da coleta, foi feito um reforço do convite, para sensibilizar os usuários a participarem da pesquisa.

RESULTADOS

No período de abril de 2021 a maio de 2023 foi efetivado um levantamento de usuários que utilizaram os serviços via WhatsApp da biblioteca da PUCPR, totalizando 200 pessoas, logo, foi enviado mensagem a todos solicitando a responder ao questionário. Entretanto, somente vinte usuários acessaram o questionário, sendo que, nem todos responderam por completo a todas as questões. Portanto, apenas dez respostas foram consideradas, pois atendiam aos questionamentos.

Devido à pequena adesão, dois grandes pontos foram considerados referência na participação da pesquisa: 1) desconfiança em atender a pedidos via WhatsApp, mesmo que de conhecidos; e 2) dificuldades em responder a pesquisas via Google Forms em dispositivos móveis, visto que acessaram e não respondiam. Essa hipótese, presume-se, ser uma constante em estudos, mas possivelmente tenha sido enfatizada pela desconfiança por requisições via WhatsApp.

Quanto aos resultados obtidos na pesquisa, destacamos: na questão 1; os respondentes inseriram suas contas de email. Na questão 2; foram informados os cursos aos quais estão inseridos na universidade. Na questão 3; os respondentes indicaram suas idades, com média na faixa etária de 30 anos. Na questão 4; os respondentes indicaram suas cidades de origem e, a cidade de Curitiba no estado do Paraná, prevaleceu como maioria, seguida por outras indicações de domicílios. Na questão 5; onde foi solicitado a categoria do estudante, os apontamentos indicaram que a categoria graduação teve a maioria da participação com 6 respostas, e a modalidade EAD participou com 4 respostas.

Ressaltamos que, na questão 6, um ponto interessante se refere a forma pelo qual os usuários conheceram o serviço de atendimento via WhatsApp da biblioteca PUCPR; com a mesma quantidade de usuários revelando conhecimento pelo site da biblioteca e indicação através de outros. Esse ponto pode inferir na eficiência da apresentação das informações

espelhadas no site da biblioteca. Na questão 7; o gráfico demonstra as quantidades de acesso ao serviço de referência. Na questão 8; os respondentes informaram, quais serviços utilizaram, via esse canal de relacionamento.

Na questão 9; a totalidade dos usuários, relataram que as suas demandas foram atendidas, mostrando a eficiência do serviço, no que se refere a interação e atenção às solicitações. Na questão 10; um usuário relatou problemas com o atendimento, classificando-o como regular, já os demais respondentes marcaram como um atendimento ótimo. Mesmo com a indicação de um atendimento regular na questão 10, todos declararam que voltariam a utilizar o serviço, como está demonstrado conforme gráfico da questão 11.

Portanto, os respondentes revelam que ainda não há consenso relacionado aos serviços ofertados de forma online, 50% dos pesquisados, declararam preferência pelos serviços presenciais, conforme apontamentos no gráfico da questão 12. Finalizando, na questão 13, é percebido usuários satisfeitos com o que já é entregue, assim sendo, os que opinaram, indicaram serviços que já são oferecidos pelo WhatsApp da biblioteca PUCPR.

CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa de campo on-line, pudemos perceber que o serviço de atendimento de referência, via aplicativo de mensagens WhatsApp, revolucionou o modo de atender o público da Biblioteca Central PUCPR. As demandas foram recebidas com mais rapidez e principalmente no período da pandemia de Covid-19, contribuindo quanto ao retorno das respostas aos usuários com máxima precisão possível. Pelos resultados acima citados, pode-se concluir que, os estudantes de graduação, comparados com outras categorias de discentes e docentes, ainda são a maioria dos demandantes do serviço, com idade média de 30 anos, localizados na cidade de Curitiba-PR, os quais voltariam a utilizar o serviço, pois, aprovam como excelente e rápido o retorno, esclarecendo assim, as mais variadas dúvidas e demandas. Na questão 9 do questionário, 100% dos pesquisados afirmam que voltariam a utilizar o referido serviço por meio desse canal de relacionamento.

O serviço continua a ser prestado por meio do aplicativo, com média de 110 atendimentos/mês desde o início de 2023. Importante salientar também, que para um bom atendimento via aplicativo de mensagens, o bibliotecário de referência deve estar antenado quanto aos acontecimentos na universidade e biblioteca. Trabalhar de forma precisa e certa. Quando não se tem a informação, direcionar a demanda para o setor habilitado, norma imprescindível. Detalhes que fazem da Biblioteca Central PUCPR referência em atendimento, pois, seu quadro de colaboradores é composto por profissionais que atendem aos requisitos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Claudia Regina dos. Biblioteca e mídias sociais: relatório de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 79-88,2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/48469/30192>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L P. **Pesquisa de métodos mistos**. (Métodos de pesquisa). 2013. E-book.

DANTAS, Tiago. "Web 2.0"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/web-20.htm>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DIAS, Tânia Mara. Pergamum: sistema informatizado da biblioteca da PUC/PR. **Ciência da Informação**, v. 27, p. 319-328, 1998.

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Tradução de Antonio Agenor Briquete de Lemos. Brasília: Briquete de Lemos, 196 p., 2001.

MARQUES, Vasco. **Redes Sociais 360**: como comunicar online. Lisboa: Conjuntura Actual, 2020. E-Book.

APENDICE A

Perguntas e respostas do questionário

1 Email:

10 respostas preenchidas com os endereços das contas de email.

2 Curso:

CURSO	TITULAÇÃO
Biblioteconomia	Graduação
Engenharia	Graduação
Medicina	Graduação
Design	Graduação
Direito	Graduação
Biotechnology	Graduação
Desig estratégico	Pós Graduação
Teologia	Mestrado
Teologia	Mestrado
Cooperativas	Pós graduação

3 Idade (anos):

30, 17, 29, 37, 38, 28, 29, 32, 30, 31

4 Cidade/estado:

Curitiba-PR, Curitiba-PR, Curitiba-PR, Curitiba-PR, Curitiba-PR, Franca-SP, Joinville-SC, Maringá-PR, Londrina-PR, Guarapuava-PR

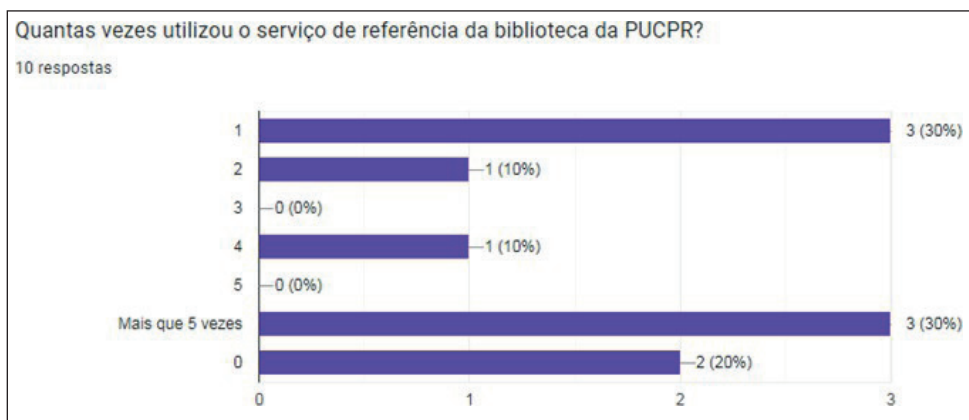
5 Estudante presencial/EAD/professor/colaborador/externo:

CATEGORIA	MODALIDADE
Graduação	Presencial
Graduação	Presencial
Graduação	Presencial
Graduação	EAD
Graduação	EAD
Graduação	EAD
Pos graduação	EAD
Mestrado	Presencial
Mestrado	Presencial
Pos graduação	Presencial

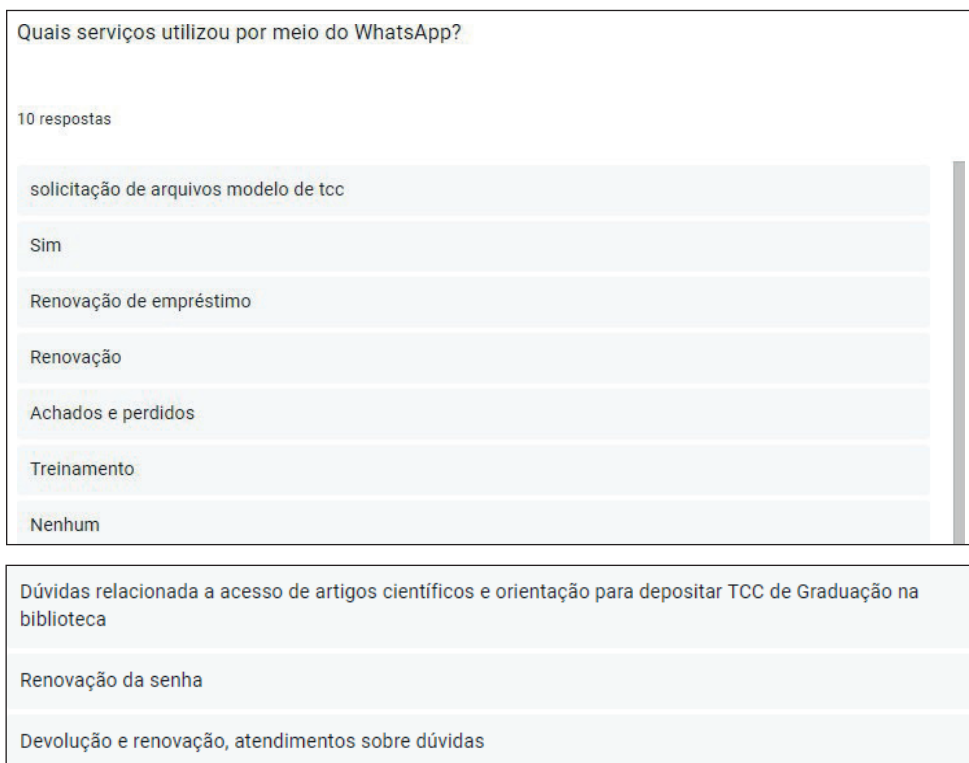
6 Como conheceu este canal de comunicação com a biblioteca?



7 Quantas vezes utilizou o serviço de referência da biblioteca da PUCPR?



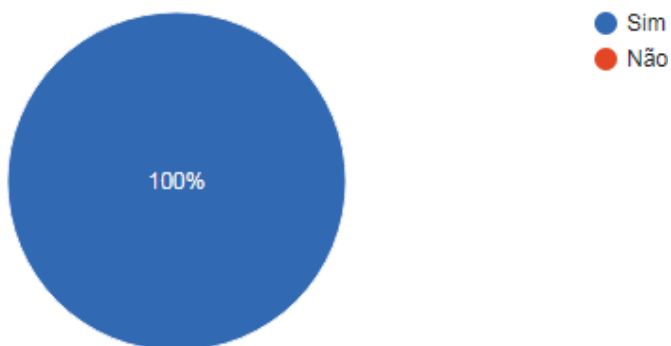
8 Quais serviços utilizou por meio do Whatsapp?



9 As suas demandas foram atendidas?

As suas demandas foram atendidas?

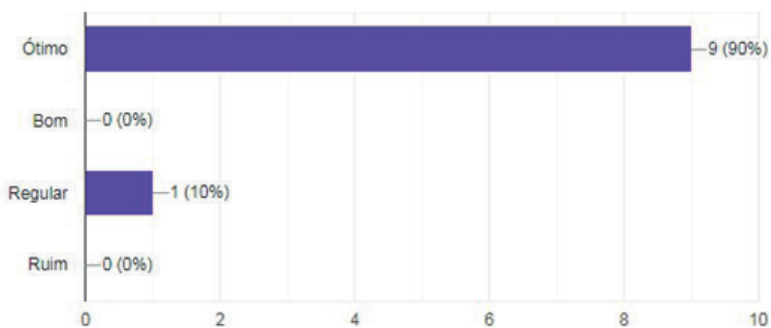
10 respostas



10 Qual a sua avaliação do serviço?

Qual a sua avaliação do serviço?

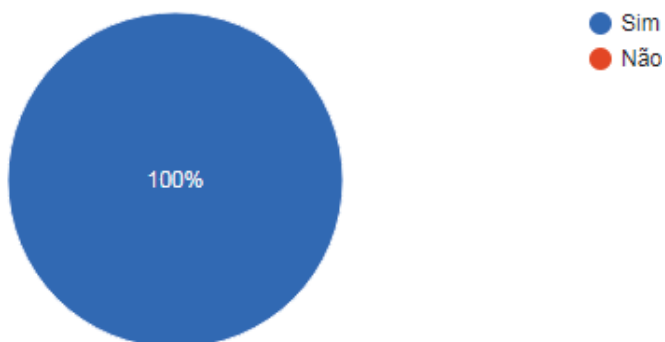
10 respostas



11 Voltaria a utilizar o serviço de referencia por maio do Whatsapp?

Voltaria a utilizar o serviço de referência por meio de WhatsApp?

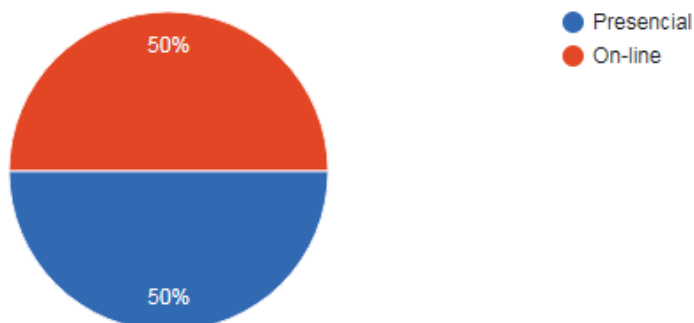
10 respostas



12 Prefere o apoio da biblioteca de forma presencial ou on-line?

Prefere o apoio da biblioteca de forma presencial ou on-line?

10 respostas



13 Que tipo de serviço gostaria que fosse oferecido pelo Whatsapp da biblioteca?

Que tipo de serviço gostaria que fosse oferecido pelo WhatsApp da Biblioteca?

10 respostas

sem ideia

Está tudo perfeito

O serviço que preciso via whatsapp já é atendido (renovação de empréstimo)

Reserva

Nenhuma, tudo é respondido super rápido

Conversar sobre o atendimento e empréstimo de livros.

Todos, e se possível com profissionais da biblioteca que sabem como funciona o sistema. Obs: Na pergunta anterior se eu prefiro presencial ou on-line penso que para minhas necessidades as duas opções são necessárias. Marquei presencial porque não quero que esse acesso seja perdido. Obs2: Quando na questão (Como conheceu este canal de comunicação com a biblioteca?), Não tem opção de especificar onde quando seleciono a opção outro. E quando fala (Site da biblioteca) se refere a um acesso digital ou ao local (sitio) acesso presencial? Estou na dúvida se vi online em newsletter primeiro antes do presencial que foi na própria biblioteca. ObsFinal: Deixem um campo final para colocarmos essas observações assim acredito ficar mais fácil na hora de analisar. :)

Não me ocorre nada agora

Os que fui atendida já têm sido suficiente para as minhas demandas. Excelente aliás! Parabéns 🍷

THE RISE AND THE FALL: AN ANALYSIS OF THE POPULIST AND NATIONALIST RHETORIC IN BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES

Data de aceite: 01/04/2024

Carlos Augusto Dias do Nascimento

Pos-Graduate Student in Political Science
at the Federal University of Minas Gerais
(UFMG)

Magno Peluso Torquette

Pos-Graduate Student in Political Science
at the Federal University of Minas Gerais
(UFMG)

ABSTRACT: In October 2018, Jair Messias Bolsonaro was elected president of Brazil. An anti-corruption, socially conservative and neoliberal economic political agenda was able to classify the behavior of the PSL (Social Liberal Party) candidate as what the specialized literature calls right-wing, authoritarian or reactionary populism. However, studies have pointed out that the populist discourse of Bolsonaro's campaign was overshadowed by the nationalist rhetoric that the candidate used to carry, specially at his brand that would claim "Brazil above all". In 2022, when he was seeking re-election, this time by the PL (Liberal Party), Jair Bolsonaro presented continuous characteristics of nationalist and populist rhetoric in his electoral speeches. Taking these points in consideration, this research

measured the populist and nationalist rhetoric at Jair Bolsonaro's speech finding that the populist was the rhetoric that prevailed in both campaign.

KEYWORDS: Populism; Nationalism; Jair Bolsonaro; Presidential Campaign; Brazilian Election

INTRODUCTION

The rise of political personalities as Donald Trump and Marine Le Pen, in United States of America and France, respectively, so like Brexit, are events that highlight the "populist wave" that has spreaded over the western part of the world. Those political cruzades (Eatwell; Goodwin, 2020) in the name of "the people" carry with themselves a higher level of populism and nationalism, whether in Trump's "America first" or Le Pen's "forgotten France".

In the Southern part of the world, Jair Messias Bolsonaro was elected president of Brazil in October 2018. With the slogan "Brazil above all. God above everyone.", Bolsonaro contradicted the assumptions that for decades elected his

predecessors as the greatest TV time and more campaign money, for example. Bolsonaro won the elections by a tiny party and spending only 2.8 million reais, becoming the first far-right candidate elected president in the Brazilian democratic system.

Before running for president, Bolsonaro already had 28 years of experience as a congress man, so he was not considered a political outsider like Donald Trump, much less he had the transfer of political prestige that Marine Le Pen had in her favor. The historical context in which Bolsonaro was elected demonstrated political instability in the Brazilian scenario. Popular demonstrations were frequent in the streets since June 2013, President Dilma Rousseff was removed from office through an impeachment process and Bolsonaro's possible biggest opponent in the elections, former President Luiz Inácio Lula da Silva, was able to run due to judicial issues.

The rise of Jair Bolsonaro to the highest position in the Brazilian executive political power can be studied in different ways and by different branches of political science studies. However, taking into account the “national-populist wave” that the western world is going through, this research considers it relevant to study the nationalist and populist rhetoric present in the speech of a Brazilian political leader.

To develop this research, we are going to work with the ideational approach of populism and the banal way of seeing nationalism to answer the following question: what rhetoric prevailed in Jair Bolsonaro's speech in his victorious campaign in 2018 and what discursive rhetoric prevailed in his defeated campaign in 2022? It will be used the Holistic Grading method, proposed and adapted by Kirk Hawkins, in which it will be analyzed 20 campaign speeches by Jair Bolsonaro, 10 referring to the 2018 election period and another 10 to the same period in 2022. The speeches were independently analyzed by two graders, who will attribute scores from 0 to 1 points.

We were inspired by a preview studied (Tamaki, Braga and Fuks, 2021) that have reached the conclusion that Bolsonaro was a moderated populist in his victorious campaign in 2018. Following this path, we have analyzed the same discourses by the light of nationalist rhetoric and came to a conclusion that he was also a moderated nationalist. Furthermore, we analyzed ten other speeches, this time from the 2022 campaign, by the light of both rhetoric. It was found out that Bolsonaro was a higher populist but kept being a moderated nationalist.

POPULISM AND NATIONALISM

In recent years, the discussion of populism and nationalism is even more frequently present in political science debates. Populism is a phenomenon that gains strength from the rise of parties and leaders identified with anti-system rhetoric, critics of the current political representation and with a strong capacity to mobilize popular dissatisfaction. However, when understood as a thin and center ideology, with difficulty sustaining itself without other forms of ideology (Hawkins, 2009), populism walks in the light of nationalism in the behavior of various global leaders (Jenne, Hawkins and Silva, 2021).

The advance of globalization and technology is seen as a driving factor in the spread of national-populism. This phenomenon is a long-term process that is perpetuated by different historical contexts such as the weakening of parties, economic crises and cultural changes, factors that fit the political scenario of the election of Jair Bolsonaro in Brazil, for example (Eatwell and Goodwin, 2020).

Populism: Ideational Approach

Among the various definitions of populism that converge in the specialized literature, the principle of the ideational approach gains prominence in contemporary empirical studies. This approach sees populism as an ideology that divides society between “good”, represented by the pure people, and “evil”, which would be the corrupt elites.

The research line of the “ideational approach” states that, normally, populism is linked to ideological factors (right/left). Mudde and Kaltwasser (2018) argue that populism “should be defined as a set of ideas that not only portray society as divided between “the pure people” versus “the corrupt elite”, but also claim that politics is about respecting sovereignty popular at any cost. The authors highlight four important factors in the rise of populism: economic anxiety, cultural backlash, responsiveness and accountability, and the issue of partisanship and polarization.

In this context, the “ideational approach” presents some approaches to understanding populism: the adoption of economic measures with electoral objectives; a type of regime strengthened by the rise of a charismatic leader who stands up against the system and its ideology; a political strategy associated with mass movements, led by an outsider who appropriates an anti-elite discourse (Hawkins and Kaltwasser, 2017).

Still in the orbit of defining the ideational approach, three conditions are necessary for a discourse to be considered populist: 1) a vision of good versus evil in politics - or a Manichaeic dualism; 2) people-centrism, which implies the existence of a morally good and homogeneous “people”; 3) opposition to an equally inherently evil “elite”, perceived as selfish and an anti-elitism or anti-system.

Banal Nationalism

As in populism, at the core of nationalism lies the dichotomy between “us” and “them” and the understanding of a “people” for which a leader claims to represent. However, despite walking close to each other, nationalism and populism are independent phenomena, which articulate discourses around different dichotomies. While nationalism opposes the idea of people between the “national-self” versus the “national-others” (Billing, 1995), that is, the distinction between those who defend and glorify the nation and others who do not agree with these ideals, populism works on the bipolar relationship between the pure people, the oppressed, and the corrupt elites (Mudde and Kaltwasser, 2018).

Nationalism is not only the legitimizing ideology of political government, but also a powerful individual identity, with the unique potential to connect a people with their history, culture, homeland and their descendants (Singh, 2021). The concept of nationalism as the idealization of a nation, in which that same nation is seen as the highest authority that people must submit to is adopted by Mubotter (2021), in which the phenomenon, in this understanding, is seen as something that society's homogeneity prevails, indicating that people would be united in community by ethnicity, culture and religion.

Years before the elections of Donald Trump and Jair Bolsonaro, the British Michael Billing (1995) presented to the world the theory of Banal Nationalism, in which he defends that nationalism is a temporary phenomenon, with ideological bases, that affects nation-states established in crisis moments. This line of study points out that individuals are routinely affected by various elements, such as flags, sports and national anthems, which remind them that they are part of a nation on a daily basis. It is these same elements that allow the understanding of nationalism as a means by which the nation-states of the West are reproduced.

The central thesis of Banal Nationalism says that, in established nations, there is a continuous signaling or reminder of the individual's nationality, awakened by elements of national identity. In many small ways, citizens are reminded of a national place in a world full of other nations. It is in this context that Billing (1995) will state that nationality serves as a backdrop for political discourses and cultural products.

Nationalist thought includes the conception of "we" (national-self), which would have a unique identity, as well as the understanding of "they" (national-others), which have different identities. In this way, nationalism is understood as an ideology of the first-person plural (we), in which the main issue related to identity is present through the question of how the "we" is constructed and what its construction means.

METODOLOGY - HOLISTIC GRADING

This article will be developed using the quantitative method. For better qualification of political speeches, textual analysis by capturing keywords and identifying the context of sentences is pointed out by Jenne (2021) as a good methodological solution. Thus, to measure the nationalist rhetoric in Jair Bolsonaro's speech, the quantitative method of the Holistic Approach, developed by Hawkins (2009), will be applied.

The Holistic Approach is a discourse analysis technique adapted from educational psychology, which consists of coding texts. In political studies, it was originally thought to measure populist discourses in Europe and North America. The process is developed by attributing scores to the analyzed documents, based on an anchor text, which guides the key values for classifying the speech, as well as the score indicated for a given characteristic.

Despite being a methodology developed to measure populist speeches, the Holistic Approach is also used to measure the degree of nationalism in the speeches of national leaders (Jenne, 2021). For this purpose, the methodology presents rubrics that will guide the measurement of the speech. Following the idea of populism and nationalism as discourses (Hawkins, 2010; Jenne, 2020), 20 speeches from Jair Bolsonaro's campaigns were coded and analyzed, with ten pronouncements referring to the 2018 campaign and another ten referring to the 2022 election.

To do so, we follow the lines of analysis of populist rhetoric proposed by Hawkins (2009), which consist of six categories: 1) The Manichean view between “good” and “evil”; 2) Morality gains cosmic proportions in its meaning, being linked to national or religious leaders; 3) The embodiment of the national ideal in the will of the pure people; 4) “Evil” is embodied in a minority whose specific identity varies according to context; 5) The “evil”, represented by the corrupt elites is or was recently in power and has subverted the system for its own interests; 6) The use of non-democratic means can be used on behalf of the “people” to fight the “evil” of corrupt elites.

In the case of nationalism, the analysis rubrics are proposed by Jenne (2020) and worked in two categories, the “national-self” and the “national-others”, as the methodology considers it important to understand these two forms for a more accurate classification of nationalist rhetoric. The “national-self” category is codified based on six premises: 1) Exaltation of the nation's virtues and singularities, in addition to boasting of its past triumphs and victories, as well as prioritizing the health and well-being of the future; 2) Discourse with the presence of family metaphors such as brothers, motherland, etc.; 3) Mentions of past traumas, national heroes and historical moments; 4) Speech that praises the restoration of the nation to its rightful position; 5) Reference to national sovereignty and self-assertion; 6) Presence of elements of national identity in the discourse. The “national-other” is encoded in five premises: 1) Threats posed by minorities from within or outside the nation; 2) Threats can come from international organizations or nations; 3) Nations and groups can be stereotyped; 4) Threats can come from immigrants, refugees or historical minorities; 5) Aversion to citizens considered disloyal to the nation. The end result of encoding nationalism will be the calculation of the relationship between the two categories.

The speeches will be classified with a score that varies between 0 and 1, where 0 corresponds to the absence of the categorization elements of populism and nationalism adopted for the research; 0.5 if the speech presents elements of populism and nationalism in a less emphatic way; and 1 if all classifying elements are present. Decimal numbers such as 0.4 and 0.7 will be used in the measurement of speeches based on the approximation of the reference scores, with decimals close to 1 being considered more populist and nationalistic than decimals close to zero.

ANALYSIS

Table 1 contemplates the score achieved from the coding of ten speeches by Jair Bolsonaro, referring to the 2018 presidential campaign, in the light of populist and nationalist rhetoric. The numbers that emphasize populism in the analyzed speeches refer to the codifications presented in the article “A drop in the ocean or a change in the weather? Populism in Bolsonaro’s campaign revisited” (Tamaki, Braga and Fuks, 2021), being the numbers of nationalism, a result achieved by the authors of this research.

Title	Date	Populism	Nationalism
1 - Official launch of his political campaign.	July 22, 2018	0.5	0.7
2 – Araçatuba.	August 23, 2018	0.6	0.5
3 – Porto Velho.	August 31, 2018	0.1	0.4
4 – Juiz de Fora.	September 06, 2018	0.3	0.4
5 – After being Stabbed.	September 16, 2018	0.3	0.4
6 – Av. Paulista.	September 30, 2018	0.4	0.5
7 – One day before the 1st round of elections.	October 06, 2018	0.3	0.1
8 – Right after the 1st round of elections.	October 07, 2018	0.7	0.2
9 – Av. Paulista.	October 22, 2018	0.9	0.8
10 – The day before the 2nd round of elections.	October 27, 2018	0.9	0.5
Total average		0.5	0.45

Table 1 – Bolsonaro’s campaign speeches scores 2018

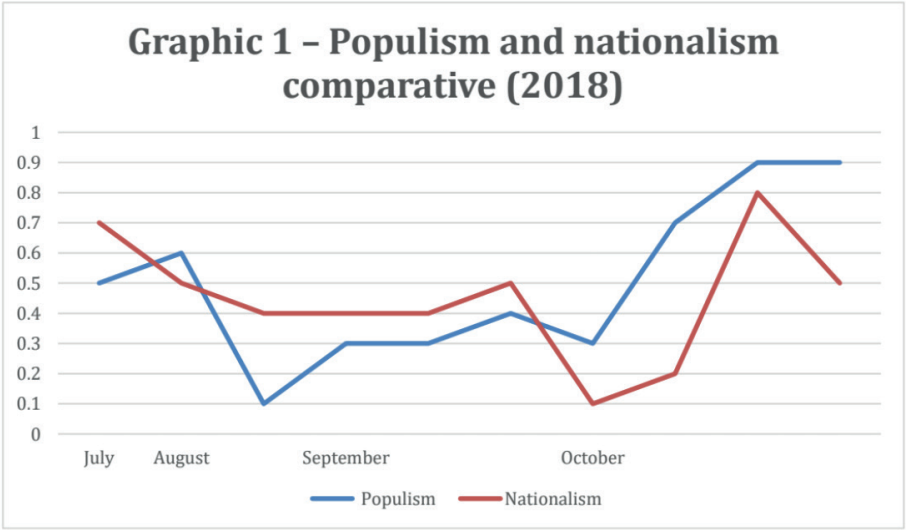
Sorce: Tamaki, Braga and Fuks, 2021; Authors coding

From the analysis of speech encodings, it is possible to infer that both Bolsonaro’s populist and nationalist rhetoric were moderate, reaching an average of 0.5 and 0.45, respectively. In a comparison, it is noteworthy that of the ten codified speeches, five had the prevalence of nationalist rhetoric and another five-populist rhetoric, with nationalism prevailing in the first months of the Bolsonarist campaign.

In Brazil, presidential elections can take place in up to two rounds, a fact that happened in the 2018 election. Our analysis shows that Jair Bolsonaro’s populism was intensified in the second round of the elections, coinciding with the events after the stabbing attack that then took place. candidate suffered on September 6, in the city of Juiz de Fora.

In the scenario prior to the first round of elections, we highlight two speeches by the candidate: the one held at Av. Paulista - São Paulo (September, 30) and the live broadcast the day before the vote (October, 6). On Av. Paulista, both populism and nationalism were rhetorics that reached a median score, 0.4 and 0.5, respectively. The pronouncement made through the live reached low scores, with 0.3 for populist rhetoric and 0.1 for nationalist

rhetoric. With regard to the environment of the second round, Av. Paulista (October, 7) achieved a score of 0.9 for populism and 0.8 for nationalism. In the case of the live that preceded the day of the election (October, 27), populism reached the same score of 0.9 and nationalism showed a drop, continuing to a score of 0.5, as shown in graph 1.



Source: Authors

Table 2 presents the result of coding Jair Bolsonaro’s campaign speeches in the search for reelection in 2022. The score shows that in the 2022 election the rhetoric that stood out in Bolsonarist discourse was populist, reaching an average of 0.74, while the rhetoric nationalist had an average of 0.5.

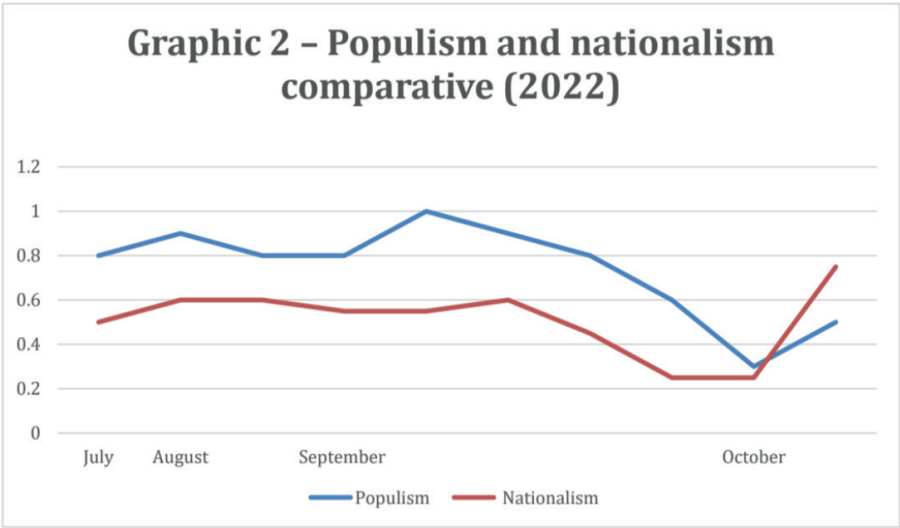
Title	Date	Populism	Nationalism
1 - Official launch of his political campaign.	July 24, 2022	0.8	0.5
2 – Juiz de Fora.	August 16, 2022	0.9	0.6
3 – São José dos Campos.	August 18, 2022	0.8	0.6
4 – Brasília.	September 07, 2022	0.8	0.55
5 – São Paulo.	September 07, 2022	1.0	0.55
6 – Palmas.	September 09, 2022	0.9	0.6
7 –Natal.	September 14, 2022	0.8	0.45
8 – Belém.	September 22, 2022	0.6	0.25
9 – Right after the 1 st round of elections.	October 02, 2022	0.3	0.25
10 – Belo Horizonte.	October 06, 2022	0.5	0.75
Total average		0.74	0.5

Table 1 – Bolsonaro’s campaign speeches scores 2022

Source: Authors

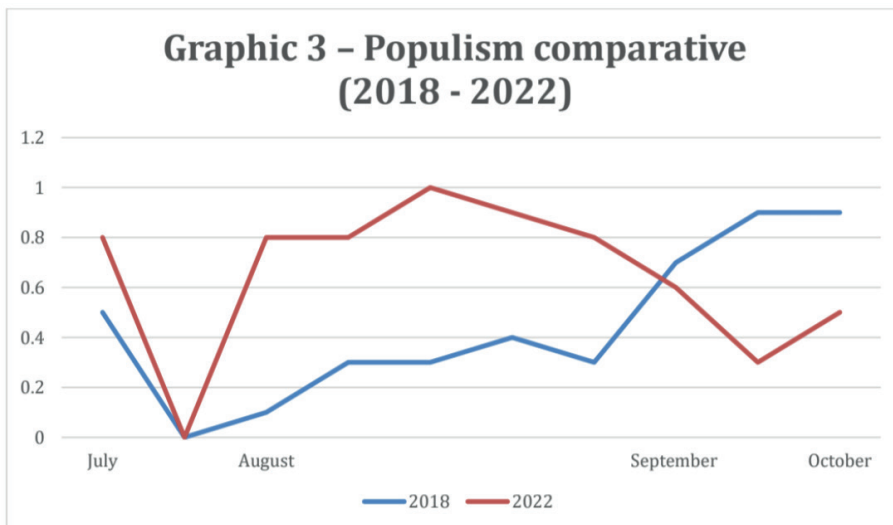
From a first analysis of the codifications of Bolsonaro’s speeches in his campaign for re-election, it is possible to see that the populist rhetoric overlapped the nationalist rhetoric in the candidate speech. Taking into account the chronology of the pronouncements, it is noticeable that Bolsonaro maintained a more populist position at the beginning of his campaign. We emphasize that some historical events may have influenced the reach of 0.74 for Bolsonaro’s populist rhetoric. The second speech analyzed took place in the city of Juiz de Fora, where Jair Bolsonaro was stabbed four years earlier, in the 2018 campaign.

We draw special attention to the speeches given in Brasília and São Paulo, both of which took place on September 7, the commemorative date of Brazil’s Independence Day. Due to the date being a reminder of the Brazilian national identity, it was expected that the degree of nationalism would be higher, however, what was noticed was that populism reached its highest rates in these two speeches. Graph 2 demonstrates the prevailing behavior of candidate Jair Bolsonaro’s populist rhetoric, with only a slight drop in the pronouncement made shortly after the result of the first round, followed by a slight improvement in the speech given in Belo Horizonte, which had the highest index of nationalism of speeches referring to the 2022 elections.



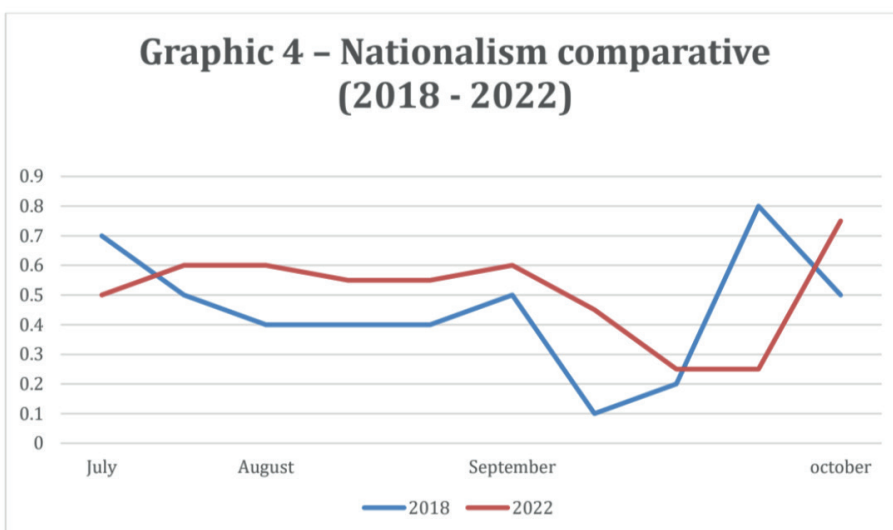
Source: Authors

Graph 3 shows the comparison of the measurement of Jair Bolsonaro’s populist rhetoric in the 2018 and 2022 elections. In the first election, that is, Bolsonaro intensifies populism in his pronouncements at the end of his campaign. In the 2022 campaign, on the other hand, the movement is the opposite. Populist rhetoric has a higher score at the beginning of the campaign and a drop in the last weeks before the election.



Source: Authors

The coding of Bolsonarist discourse in the light of nationalist rhetoric shows that this category presented greater linearity than populist rhetoric when comparing the two presidential elections contested by Bolsonaro. In 2018, populism gained strength in the final stretch of the campaign, in 2022, nationalism gained prominence in the final stretch.



Source: Authors

Populism Rubrics

As we have showed before, our coding of the populist rhetoric was made through six rubrics proposed by Hawkins (2009). Right below, we identify elements of a speech we consider to be part of each rubric. The discourse presented were given by Bolsonaro on September, 7 2022, in São Paulo. The speech was coded and scored a number of 1, which means that it got every single one of the six populist rubrics. The definitions of the rubrics below were entire taken from Hawkins (2009).

1- According to the ideational approach of populism a Manichaeian vision of the world need to be considered. In this category every issue has a strong moral and dualistic dimension, in other words, everything is in one category or the other, “right” or “wrong,” “good” or “evil”. The good/right in Bolsonaro’s vision was personified in the people who walked by his side, those considered by him and his supporters as patriots. Evil/wrong, on the other hand, was seen in individuals or groups contrary to Bolsonarist policy. In the case of the speech analyzed, the evil is represented in the person of Minister Alexandre de Moraes.

Bolsonaro: *“We have a minister on the Supreme Court who dares to continue doing what we do not admit. Soon a minister who should watch over our freedom, democracy, the Constitution does exactly the opposite.”*

2- The moral significance of the items mentioned in the speech is heightened by ascribing cosmic proportions to them, that is, by claiming that they affect people everywhere (possibly but not necessarily across the world) and across time. Bolsonaro used to say that everything he does is in the name of the people and driven by them. As it is described in the passage below, Bolsonaro consider himself and the good people as the holder of the moral.

Bolsonaro: *“Our people have always prioritized freedom. We respect the laws and our constitution. This president who is speaking to you has always been on the side of our constitution. He has always been within its four lines. But now the time has come for us to tell these people who abuse the force of power to subjugate, tell those few that now everything will be different. We continue to play within the 4 lines, but we will no longer allow any of these other people to play outside the 4 lines.”*

3- Although Manichaeian, the discourse is still democratic, in the sense that the good is embodied in the will of the majority, which is seen as a unified whole, perhaps but not necessarily expressed in references to the will of the people. In this situation, Bolsonaro used to see the Brazilian people as a group with conservative ideas, and everyone who agreed to these thoughts would be the real Brazilian people and he would be able to speak in them behalf.

Bolsonaro: *“We must, because I speak on your behalf, determine that all political prisoners be released.”*

4- The evil is embodied in a minority whose specific identity will vary according to context. Domestically, in Latin America it is often an economic elite, perhaps the “oligarchy,” but it may also be a racial elite; internationally. Bolsonaro spread the idea that the left-wing, specially the Workers Party, is the evil that has destroyed Brazil. At the speech we analyze in this section, the evil is embodied in Alexandre de Moraes, a minister of the Supreme Court who defend the Brazilian Electoral System, which Bolsonaro consider a fraud.

Bolsonaro: *“We cannot allow a person, a man, to cloud our democracy and threaten our freedom. Tell that individual that he still has time to redeem himself. He still has time to archive his investigations. Or rather, his time has run out. Get out, Alexandre de Moraes¹. Stop being a scoundrel. Stop oppressing the Brazilian people.”*

5- Here the evil minority is or was recently in charge and subverted the system to its own interests, against those of the good majority or the people. Thus, systemic change is/was required, often expressed in terms such as “revolution” or “liberation” of the people from their “immiseration” or bondage, even if technically it comes about through elections. Bolsonaro understand that the Workers Party has been for too long in power and, due to its history with corruption, the good people of Brazil wouldn’t vote for them again, so he always question the security of the elections in the country.

Bolsonaro: *“We cannot accept an electoral system that does not offer any security at the time of elections. Also say that it is not a person from the Superior Electoral Court who will tell us that this process is safe and reliable because it is not.”*

6- Sometimes non-democratic means may be openly justified or at least the minority’s continued enjoyment of these will be seen as a generous concession by the people; the speech itself may exaggerate or abuse data to make this point, and the language will show a bellicosity towards the opposition that is incendiary and condescending, lacking the decorum that one shows a worthy opponent. Bolsonaro is a former captain of the Brazilian Army and sympathetic with the Military Dictatorship that happened in Brazil. He has always support that non-democratic form of government in the country.

Bolsonaro: *“To tell you that any decision by Mr. Alexandre de Moraes, this president will no longer comply with. Our people’s patience has already run out.”*

¹ Alexandre de Moraes is a member of the Brazilian Supreme Court and he was the presidente of the Supreme Electoral Court at the 2022 elections.

Nationalism Rubrics

The nationalist rhetoric at Bolsonaro's speech was almost the same when it's compared the elections he ran (2018 e 2022). However, it's important to highlight that the medium score this rhetoric reached was a calculation of both "national-self" (we) and "national-others" (they), following the rubrics introduced by Jenne (2020), which means that to measure the nationalism we had to work with eleven rubrics. We understand that this form of measure the nationalist rhetoric is not very much effective in Brazil, specially when we consider the "national-other", a category that brings a lot of aversion ideas of other countries.

On the other hand of what happened in our coding of populism, it was not found any speech scored with 1 in the nationalist rhetoric. To exemplify the national-self rubrics, it is going to be worked the São Paulo speech (September 7, 2022), the same one we used for the populist rubrics.

National-self Rubrics

1- The discourse of nationalism or dominant nationhood extolls the virtues and distinctiveness of the core nation and proclaims their past triumphs and victories, and/or prioritizes its health and future well-being. There may be considerable sentimentality associated with these claims. Bolsonaro's campaign speeches are full of these kinds of felling. He claims that the future well-being of Brazil will only be happening with him in power.

Bolsonaro: *"We believe in the future of our Brazil and together, as a team, we will build the future we deserve. We have the best people in the world. The best land on the planet, and we will, with this new political class, build what we deserve."*

2- Nationalist discourse is often peppered with family metaphors like "brothers," "motherland," "homeland" or "founding fathers.". We did not find any sentence or expression in the speeches we coded mentioned by Bolsonaro that carry metaphors of family.

3- References may be made to the historical pain and trauma caused by national defeats. There may be references to national heroes or key turning points in national history. In this case, Bolsonaro believes that the biggest trauma Brazil has ever faced was the sixteen years the Workers Party was in charge. He also understands that the group of people that follow his ideas, the so-called patriots, are the real national heroes, alongside with the military forces.

Bolsonaro: *"These people have always stood up in the nation's most difficult moments precisely to save it. You from Paulista, you who demonstrate throughout Brazil. You are saving our nation."*

4- Calls for restoring the nation to its rightful position, at home and abroad. As we said before, Bolsonaro has the idea that the parties that precede him in charge have destroyed the nation by accept a lot of progressive ideas.

Bolsonaro: *"We are the majority. We are the real Brazil. Together with these Brazilian people we will build a new nation."*

5 - May be references to importance of national sovereignty and self-determination. Bolsonaro believes that the financial support the Workers Party gave to other Latin American countries like Cuba and Venezuela were nothing more than corruption and a support to left-wings government.

Bolsonaro: *"Brazil will be respected abroad. Brazil will no longer be a laughing stock in the world. Here, there will be no more room for corruption."*

6- Presence of elements of national identity in the discourse. It's possible to identify a lot of Brazilian national identity's elements in Bolsonoro's speeches. He frequently mention expressions like "green and yellow", colors of the Brazilian Flag, and "order and progress", words printed on the national flag.

Bolsonaro: *"We are one country, one homeland, one nation. We are a green and yellow heart"*

National-others Rubrics

1- This discourse is focused on the purported threat posed by minorities or "national-others" outside or inside the state. Bolsonaro understands that the biggest threat to Brazil are the progressive minority inside the state.

Bolsonaro: *"We all know what we got rid of in 2018 and what we will get rid of now on October 2nd. We are going to definitely get rid of the communism that threatens our Brazil."²*

2- Externally, threats may take the form of foreign (sometimes "enemy") nations, international organizations (UN or EU) or anti-national elites perceived to be aligned against the nation. Bolsonaro doesn't see big threats coming from other nations. Actually, the passage below was the only part in our coding that we noticed Bolsonaro talking about some kind of international threat.

Bolsonaro: *"we heard about international greed for the Amazon region. It is a reality. We know how much she represents to the world. But the Amazon is ours. It is a reality. We know how much she represents to the world. But the Amazon is ours. We can't help but worry about it and know that some countries are interested in taking over this region."³*

² Speech gave at the city of Palmas (september 9, 2022).

³ Speech gave at the city of Belo Horizonte (october 6, 2022).

3 - Nations and groups may be stereotyped. Bolsonaro likes to use Cuba and Venezuela as examples of failure, due to the left-wing that rule those countries. In the passage below, he mentions Argentina as well. However, it's important to say that during our coding it was not found trace of xenophobia in Bolsonaro's speeches.

Bolsonaro: *"We are slaves to our decisions. Our neighbors like Argentina and Venezuela chose their representatives wrongly. They suffer a lot now. We can't go wrong. We know it's a fight of good against evil."*⁴

4- Migrants, immigrants or refugees or on threats posed by historical minorities with a long history in the state. Some minorities may be framed as potential fifth columns or Trojan Horses for hostile outside actors. Nevertheless, it was not found any sentence or expression during our coding that would be classified in this rubric.

5 - "National-others" may also include disloyal citizens or traitors, who serve as a conduit for the influence of hostile outside forces. This was the rubric of "national-other" we could see the most at Bolsonaro's discourse. He's got a special view for Luiz Inácio Lula da Silva e Alexandre de Moraes as disloyal citizens.

Bolsonaro: *"And we will no longer allow people like Alexandre de Moraes to continue to flog our democracy and disrespect our Constitution. He had every opportunity to act with respect to all of us, but he didn't act that way and he still doesn't."*⁵

CONCLUSION

The link between populist and nationalist rhetoric in Jair Bolsonaro's speech in his two campaigns seeking the presidency of Brazil (2018 and 2022) shows that in his first election, the runner candidate was considered a moderate populist (Tamaki, Braga and Fuks, 2021), reaching a score of 0.5 on the rubric analysis scale proposed by Hawkins (2009). Moderation was also present in Bolsonaro's nationalist rhetoric, reaching an average of 0.45 on the scale proposed by Jenne (2020).

At his first campaign, it should be noted, Bolsonaro's populism rested on the dichotomy of "us" versus "them", in which the "them" represented the corrupt elite that had been in power for some time, visualized in the image of the Workers' Party. In the case of "us", the people, Bolsonaro's supporters, known as patriots, were considered included.

The cosmic proportions in which Bolsonaro's speech exuded found fertile ground in the then scenario of Brazilian politics. The worn-out image of the Workers' Party, driven by the impeachment of Dilma Rousseff and the arrestment of Luiz Inácio Lula da Silva, as well as the unpopularity of the ruling president Michel Temer (MDB - Brazilian Democratic Movement) and the popular movements that often took to the streets of the country in protest. It was in this situation that Bolsonaro put himself on the spotlight of the only savior

⁴ Speech gave at the city of Belo Horizonte (october 6, 2022).

⁵ Speech gave at the city of São Paulo (September 7, 2022).

of Brazilian politics and who would do the will of the people who were protesting on the streets. Jair Messias Bolsonaro was elected president of Brazil, in the second round, with 55% of the votes, defeating Fernando Haddad of the Workers' Party.

In the re-election campaign (2022), Bolsonaro found a different scenario from the previous election. As the country's incumbent, he is on his way to economic crises and the Covid-19 pandemic, in addition to Lula's return as the main opponent in the presidential race. Ranked second in most election polls, Bolsonaro has laid bare the war of "good" against "evil" in his populist rhetoric. In the 2022 dispute, he reached a score of 0.75 on the populism measurement scale, approaching the numbers of Edorgan (Turkey) and Lukashenko (Belarus) (Jenne, Hawkins and Silva, 2021).

The "good" in 2022 continued to be represented by conservative patriots. "Evil", in turn, lost a little of the collective sense that pointed to the Workers' Party and gained two human faces. The role of "evil" in 2022 was played by Lula and Alexandre de Moraes. Despite getting a higher number of votes than in the previous election, Bolsonaro lost the presidency to Lula, becoming the first president to fail re-election since the country's redemocratization.

In light of the nationalist rhetoric, Bolsonaro was moderate in the two presidential elections he contested, reaching averages of 0.45 and 0.5, in 2018 and 2022, respectively. Most of the nationalist characteristics that Bolsonaro presented in 2018 remained present in 2022, with the exception of the discourse on the future of the nation, which was previously forged in the idea of rebuilding the country through conservatism and right-wing economic neoliberalism, already in the second. This year, the idea that prevailed was that the Brazilian people could not allow the enemies of the nation, represented by members of the left, to return to power and bring communism to Brazil.

In Bolsonarist nationalism, the relationship of "us" versus "them" is personified in the "us", represented by conservative patriots, and in the "they", the enemies of the homeland, represented by leftist defenders of communism, disarmament and the ideology of gender. Therefore, leftists are the main enemies of the Brazilian nation.

Unlike other countries in Europe and North America, which see xenophobia as a counterpoint to nationalism (Tamir, 2020), Bolsonaro's nationalist rhetoric did not see direct threats to Brazil from other nations. What is exposed in the speeches are stereotypes of other nations like Cuba and Venezuela, which are countries that Bolsonaro understands are governed by communist dictatorships. However, these stereotypes demonstrate an aversion to the form of government of the countries, not to its people.

The codification of elements of national identity is not a rubric used by Jenne (2020), it was our inclusion due to previous observations that indicated evidence of these elements in Bolsonaro's speech. However, despite this work being carried out through discourse analysis, it is noteworthy that the analysis of Bolsonaro's use of national identity, based on Billing's propositions (1995), would be better worked through content analysis. The

development and conclusion of this research allow us to point to new future paths that nationalist and populist rhetoric can point to, such as the analysis of the discourse of the four years of Bolsonaro's government or a comparative study with other leaders both in Europe and the United States as well as in the Latin America.

We also emphasize that throughout the codification of the twenty speeches that composed the corpus of this research, elements of social conservatism proposed by Lakoff (2014) were abundantly identified, such as core values, social vision, the idea of the good society, law and order and so on, which point out path for us to follow.

REFERENCES

- AGGIO, Camilo e CASTRO, Felipe. C&S – São Bernardo do Campo, v. 42, n. 2, p. 429-465, maio-ago. 2020
- EATWELL, R. and GOODWIN, M. Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal. Editora Record, Rio de Janeiro. 2020.
- FRASER, Nancy. "From Progressive Neoliberalism to Trump—and Beyond". In: American Affairs, n. 1 (4), 2017.
- Hawkins, Kirk A. (2009). "Is Chávez populist? Measuring populist discourse in comparative perspective." *Comparative Political Studies*, Vol. 42(8): 1040–1067.
- HAWKINS, K A and Rovira Kaltwasser, C. The Ideational Approach to Populism. *Latin American Research Review*. 2017; 52(4), pp. 513-528.
- INGLEHART, Ronald and NORRIS, Pippa. 2016. "Trump, Brexit, and the rise of Populism." Paper presented at 2016 meeting of the American Political Science Association.
- INGLEHART, Ronald and NORRIS, Pippa. Trump and the Populist Authoritarian Parties: The Silent Revolution in Reverse. Perspectives on politics. Cambridge University Press. 2017.
- Jenne, Erin K., Kirk A. Hawkins, and Bruno Castanho Silva. (2021). "Mapping Populism and Nationalism in Leader Rhetoric Across North America and Europe." *Studies in Comparative International Development*. Forthcoming.
- Joakim Kulin, Ingemar Johansson Sevä & Riley E. Dunlap (2021) Nationalist ideology, rightwing populism, and public views about climate change in Europe, *Environmental Politics*, 30:7, 1111-1134, D
- LAKOFF, George. The all new don't think on the elephant: Know your values and frame the debate. Chealsea Green Publishing. 2014.
- MANSBRIDGE, Jane and MACEDO, Stephen. Populism and Democratic Theory. *Annual Review of Law and Social Science*. 2019.
- MOUFFE, Chantal. 2018. For a Left Populism. London: Verso.
- MUBOTTER, Marlene. We do not measure what we aim to measure: Testing Three Measurement Models for Nationalism and Patriotism. Springer. 2021.

MUDDE, Cas and KALTWASSER, C. R. Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda. *Comparative Political Studies* 2018, Vol. 5

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

RICCI, P; IZUMI, M. e MOREIRA, D. O populismo no Brasil (1985-2019) Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 36 Nº 107. 2021.

SILVA, M.A.O.S e SILVA, V.C.C.T. O nacional-populismo e a democracia do século XXI. *Dossiê O Cosmopolítico*, 2019.

SINGH, Prerna. *Populism, Nationalism, and Nationalist Populism*. Springer, 2021.

SZABÓ, Jakub. First as tragedy, then as farce: a comparative study of right-wing populism in Hungary and Poland. *Journal of Comparative Politics*. 2020.

TAMAKI, Eduardo Ryo & FUKS, Mario. (2020), "Populism in Brazil's 2018 General Elections: O POPULISMO NO BRASIL (1985-2019) 19 an Analysis of Bolsonaro's Campaign Speeches". *Lua Nova*, s/v, 109:103-127.

TAMAKI, Eduardo Ryo; FUKS, Mario e BRAGA, Cezar A. P. A drop in the ocean or a change in the weather. *Populism in Bolsonaro's campaign revisited*. 2021.

TAMIR, Yael. *Why Nationalism*. Princeton University Press. 2021.

OS REFLEXOS DA CAPACITAÇÃO FORA DAS GRADES: A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EX-DETENTOS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (SC-BRASIL)

Data de aceite: 01/04/2024

André L. Cordeiro Laurentino

Universidade do Vale do Itajaí

Kellen da Silva Coelho

Universidade do Vale do Itajaí

Amarildo F. Kanitz

Universidade do Vale do Itajaí

Helen Silva Gonçalves

Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO: Neste artigo, analisam-se os reflexos da capacitação na ressocialização dos ex-detentos do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara (SC, Brasil). Relata-se a atividade de capacitação nessa unidade prisional, descrevem-se formas de ressocialização e apontam-se potencialidades e fragilidades da relação capacitação-ressocialização. Este estudo de caso de abordagem qualitativa envolveu um gerente e vinte ex-detentos em liberdade. Além de documentos secundários e observação direta, realizaram-se entrevistas semiestruturadas por telefone, cujos dados foram gravados, transcritos e analisados de forma categorial. O receio dos egressos em participar da pesquisa pode ser considerado uma limitação da

mesma. Os dados revelaram que os programas de treinamento mais relevantes potencializam a independência dos ex-detentos e aumentam sua autoestima profissional; porém, não dão conta de suprir os interesses financeiros, a falta de apoio familiar devido à prática de alguns crimes e a dificuldade tanto na aceitação como na concessão de oportunidade de trabalho por parte da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação, Ressocialização, Penitenciária, Ex-detentos, Sociedade.

THE REFLECTIONS OF THE OUT-OF-JAIL QUALIFICATION: THE RESOCIALIZATION OF EX-PRISONERS IN THE PENITENTIARY COMPLEX OF SÃO PEDRO DE ALCANTARA (SC-BRAZIL)

ABSTRACT: In this article, the reflections of the qualification in the resocialization of ex-prisoners from the Penitentiary of São Pedro de Alcântara (SC, Brazil) are analyzed. The activity of qualification in this prison unit is reported, ways of resocialization are described and the strengths and weaknesses of the relationship qualification-resocialization are pointed out. This case study of a qualitative approach involved a

manager and twenty former prisoners already released. In addition to secondary documents and direct observation, semistructured interviews were conducted by telephone, whose data were recorded; transcribed and analyzed in a categorical way. The fear of the ex-prisoners in participating in the study can be considered a limitation for it. The data revealed that the most relevant qualification programs potentialize the independence of the ex-prisoners and increase their professional self-esteem. However, cannot handle to meet financial concerns, lack of family support due to the practice of some crimes and the difficulty both in acceptance and in being provided with work opportunity by society.

KEYWORDS: Qualification, Resocialization, Penitentiary, Ex-prisoners, Society.

INTRODUÇÃO

O campo da Administração, talvez mais do que muitos outros campos de estudo, é marcado pelo funcionalismo, haja vista que sua origem reporta à necessidade da organização da produção, aumento da produtividade e, conseqüentemente, ao alcance de metas explícitas e racionalmente definidas (Misoczky, 2010).

O reflexo dessa preponderância é percebido nas escolhas de temas de trabalhos de conclusão nos cursos de Administração. E a Administração de Recursos Humanos, de modo especial, tem recebido uma ênfase significativamente postulada em princípios gerencialistas, teleológicos e calculistas. Esses estudos, tradicionalmente limitados à esfera gerencialista, são legitimadores da organização racional e tendem a excluir o conceito de sociedade do contexto organizacional (Tragtenberg, 1974). Em consonância, é evidente que a sociedade brasileira carece de estudos da área da Administração para subsidiar a análise de políticas e práticas administrativas advindas do Poder Público em favor do bem-estar dos cidadãos.

Um dos aspectos mais críticos do cenário social do país, hoje, é a questão da violência e da criminalidade, sendo que até mesmo em lugares longínquos, onde reinavam paz e tranquilidade, delitos têm comprometido a qualidade de vida da coletividade. Grande parte dos delitos é cometida por pessoas que já foram condenadas por outros crimes e cumpriram suas penas, mas não corresponderam ao processo de ressocialização.

A capacitação dos detentos no período do cumprimento da pena é um mecanismo utilizado em favor da ressocialização; porém, sabe-se que nem sempre dá conta de abarcar todos os quesitos necessários para tanto.

Apenas 17% do total dos presos brasileiros exerciam algum tipo de atividade laboral dentro do sistema penitenciário, em 2012. Dos quase 550.000 presos, cerca de 92.000 trabalhavam em atividades dentro dos presídios, 167 para cada grupo de 1.000 presos. Nos últimos 5 anos, o número de presos que trabalham dentro das prisões cresceu 6%, mas a média ainda é baixa – 164 presos cada 1.000 habitantes (Instituto Avante Brasil, 2012:23).

Dentre os estados brasileiros, Santa Catarina é o que apresenta um melhor panorama em tal quesito. Entre 2007 e 2012, para cada grupo de mil (1.000) presos quatrocentos e

noventa (490) estavam em atividades laborais internas. No ano de 2012, 39% dos presos estavam trabalhando – 51% entre as mulheres e 38% entre os homens.

O Estado de Santa Catarina tem hoje uma população carcerária de aproximadamente dezessete mil (17.000) reclusos em vários regimes, alocados em unidades prisionais nas regiões Norte, Oeste, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul e Grande Florianópolis. Esta última é formada pelas seguintes unidades prisionais: Presídios Feminino e Masculino de Florianópolis, Presídio de Biguaçu, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), Casa do Albergado de Florianópolis, Penitenciária de Florianópolis, Colônia Penal Agrícola de Palhoça, Central de Triagem de Presos da Capital e o Complexo Penitenciário do Estado (COPE), situado em São Pedro de Alcântara.

Por vivenciar a realidade do COPE, na condição de servidor atuante na Marcenaria, um dos autores deste artigo lançou o interesse inicial em investigar o desenvolvimento da capacitação dos detentos desta unidade.

A capacitação instiga a aquisição e descobertas e capacidades individuais para o mundo em que se vive, como recursos operacionais conscientes, que a pessoa possa utilizar no desempenho de suas atividades (Dessler, 2003; Marras, 2000) e, assim, pode-se afirmar que cada indivíduo é um ator participante efetivo da realidade social. A partir dos anos 90, os programas de treinamento têm buscado reproduzir o mais fielmente possível o ambiente de trabalho do treinando, pois, além de aprender o *know-how*, ele precisa compreender o maior número de razões pelas quais algo pode ou deve ser feito, o que, neste caso de estudo, significa afirmar que a capacitação pode ser entendida a partir da efetiva participação do detento. A capacitação profissional passou a ser entendida como um fator que vai além da simples aquisição de informações, mudanças de atitudes e desenvolvimento de habilidades, devendo incluir, ainda, a revisão de significados e referenciais de ação (Silveira, Maestro Filho e Dias, 2007).

No cenário brasileiro, a Lei nº 7.210/84 –Lei de Execução Penal– estabelece que o propósito do sistema prisional não é apenas guardar o recluso mas, sim, cuidar de sua integridade física e transformá-lo com disciplina, preparando-o para o trabalho, entende-se que a capacitação deve favorecer o alcance de tal objetivo, possibilitando a abstração de conceitos e a modificação de atitudes por parte do egresso (Milkovich e Boudreau, 2000).

Tal como no Brasil, a legislação espanhola também ressalta a importância da educação no contexto carcerário. No entanto, apesar de trabalhos desenvolvidos em vários países – dentre eles: Brasil, Argentina, Colômbia e Espanha– terem contemplado o apoio destinado às atividades de capacitação como a mediação na resolução de conflitos internos (Seller e Pérez, 2012), Programas de Pensamento Pro Social (Moledo, Montolío e Robles, 2013), espaço de “tiendas de diseño” para comercialização de produtos fabricados pelos detentos (Martinez, 2009) etc., nota-se que os holofotes ficam centrados em aspectos jurídicos, políticos, sociais e não os têm relacionado à dimensão organizacional, principalmente no que diz respeito à avaliação das atividades de capacitação que são

desenvolvidas no cárcere. Pouco se discute sobre a avaliação dos resultados destas alternativas e suas concepções epistemológicas. Este estudo desenvolvido no cenário brasileiro pode oferecer subsídios para uma reflexão a respeito das práticas de capacitação adotadas nos presídios e os seus efeitos *a posteriori*.

Inspirados na ideia de Tratenberg (1974) acerca da necessidade de inclusão do conceito de sociedade no contexto organizacional, julgou-se interessante lançar luz às atividades de capacitação desenvolvidas no contexto do COPE e ao seu reflexo na ressocialização dos egressos do COPE. Para isso, o problema desta pesquisa foi: Quais são os reflexos da capacitação na ressocialização dos ex-detentos do COPE?

Então, este estudo objetiva analisar de forma mais delimitada os reflexos da capacitação na ressocialização dos ex-detentos do COPE e para tal, relatam-se as atividades de capacitação na unidade prisional, descrevendo as formas de ressocialização – contexto familiar, autoestima, oportunidade de trabalho e aceitação social – e apontando potencialidades e fragilidades da relação capacitação-ressocialização.

Acredita-se que este trabalho ofereça uma possibilidade alternativa de análise de um espaço de capacitação sob a óptica macro-organizacional, macrosocial e macropolítica, que ultrapassa as esferas funcionalistas de concepção da capacitação, algo ainda carente nos estudos organizacionais. A intenção é estimular inquietações a esse respeito, instigando reflexões sobre as limitações e as potencialidades da complexa atividade de capacitação da população carcerária, no sentido de conduzi-la à ressocialização e, conseqüentemente a uma reinserção social que o transponha da marginalidade.

Com vistas a sustentar uma melhor compreensão do leitor, o trabalho foi estruturado a partir desta introdução, que contempla os objetivos, a relevância e a motivação do estudo; de uma fundamentação teórica; dos aspectos metodológicos; da análise e discussão dos dados; e das considerações finais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão da literatura, aqui apresentada, constitui-se, sobretudo, de pressupostos teóricos a respeito da capacitação de pessoas nas organizações e das formas de ressocialização - contexto familiar, autoestima, oportunidade de trabalho e aceitação social -, uma vez que são as categorias e subcategorias centrais da pesquisa.

1.1 A capacitação de pessoas nas organizações

No contexto atual das organizações, a atividade de capacitação pode mostrar duas faces: ser uma das ferramentas mais capciosas de controle dos indivíduos, em que mecanismos normativos legitimam uma visão dominante (Silva, 2004), e, por outro lado, pode representar uma forma de empoderamento das pessoas ao se considerar o seu

acesso a uma visão embasada em um paradigma mais crítico (Rockenbach, Coelho e Kanitz, 2013).

Os mais diversos autores se referem ao ato de capacitar as pessoas usando vários termos, como: treinamento, ensino, educação, capacitação etc. E cada um dos autores adota uma forma de interpretar a sua escolha semântica. Existem esforços em favor de maiores esclarecimentos, mas como não se trata do foco primordial deste artigo, aqui se utiliza a terminologia “capacitação”, que, conforme Garavan (1999), engloba várias concepções possíveis e considera diferentes visões acerca da referida atividade.

A capacitação de pessoas nas organizações objetiva treinar os indivíduos em suas atividades técnicas com vistas a desenvolver suas habilidades e otimizar a produtividade; motivá-los com a valorização da sua mão de obra; influenciar mudanças comportamentais; e promover o desenvolvimento de sua multidimensionalidade ao estender conhecimentos à sua vida pessoal. Desse modo, a ideia é que o trabalho possa causar um crescimento, uma evolução real e efetiva em todas as áreas de sua vida (Dessler, 2003).

Aparentemente, a atividade de capacitar pessoas é algo bastante simples; no entanto, ao se remeter aos critérios que comprovem a sua efetividade, é possível perceber que a capacitação contém detalhes formadores de uma complexidade que tende a induzir o gestor a determinadas armadilhas. Milkovich e Boudreau (2000) destacam que em muitos casos as organizações adotam o “treinamento pelo treinamento”, o que significa que buscam cumprir exigências impostas por políticas institucionais, mas nem sempre são escolhidos trajetos metodológicos coerentes com a real situação em que se encontram as pessoas, as tarefas e a própria organização. Diante disso, acredita-se que seja de central importância o conhecimento de um processo sistematizado de capacitação, composto por quatro etapas: o levantamento das necessidades de treinamento, a programação, a execução e a avaliação (Dessler, 2003).

Em um primeiro momento, é realizado um estudo diagnóstico da situação por meio da investigação de aspectos referentes a elementos organizacionais, aos recursos humanos e às tarefas a serem realizadas. Nesta fase, busca-se identificar as deficiências e as potencialidades da organização em termos de clima organizacional, imagem que a sociedade tem da organização, sua vida financeira, dentre outros. Quanto aos recursos humanos, sugere-se que seja avaliado o contingente de treinandos e o perfil destes, com detalhamento de suas competências, sejam elas técnicas, sociais ou de negócios (Resende, 2003). Espera-se que, com isso, seja possível uma maior potencialização das tão diferentes características das pessoas, entendendo que para cada indivíduo existe uma forma de capacitação que seja mais adequada ao seu aprendizado. Em se tratando das tarefas, também são importantes o reconhecimento do padrão de desempenho e o delineamento das expectativas que se tem em relação à execução, em termos de tempo e qualidade (Rocha, 2007). É a partir desse panorama que derivam as escolhas metodológicas da capacitação.

A programação é a fase em que são definidos os propósitos, as formas de seleção dos participantes e os participantes em si, bem como instrutores, locais, datas, valores a serem investidos etc. Há autores que chamam esta etapa de “desenho do treinamento” (Bohlander e Snell, 2013).

Em seguida há o período de execução, que, conforme Rocha (2007) menciona, corresponde ao momento da prática do que foi concebido e no qual se preza pela qualidade da capacitação e seus efetivos resultados, que, na fase de avaliação, são averiguados com base em indicadores diretamente interligados aos aspectos organizacionais, de recursos humanos e de tarefas, normalmente reconhecidos no início do processo.

O processo deve ser cíclico, pautado na lógica de continuidade das virtudes e nos ajustes de fragilidades e deficiências, sendo que os resultados servem como indicadores para o próximo diagnóstico de treinamento. No entanto, uma das mais expressivas falhas do processo encontra-se no abandono do controle dos seus resultados, seja por má gestão ou até mesmo pela dificuldade de acesso aos diferentes quesitos relacionados ao treinamento em um contexto mais amplo das organizações. Há, portanto, de se concordar com Séguin e Chanlat (1992) quando afirmam que o processo cíclico da capacitação tem como alicerce formas e modelos reduzidos a planejamentos e controles, o que tende a inibir a abordagem de aspectos que transcendam a redoma organizacional e interajam de forma mais relevante com a sociedade.

Dentre os mais adversos cenários para capacitação, encontra-se a realidade do cárcere, uma vez que a capacitação dos detentos envolve não somente o desenvolvimento de habilidades e uma mera mudança de comportamento, mas também o alcance de um nível de abstração por parte do detento que potencialize as suas de ressocialização após o cumprimento da sua pena.

No que tange à realidade espanhola, estudos têm evidenciado que a legislação que pregava necessidade de educação da população carcerária tem sido respaldada por práticas de mediação de conflitos de internos (Seller e Pérez, 2012), por políticas de intervenção pedagógica (Moledo, Montolío e Robles, 2013) e pela pedagogia social (Gómez e Pernas, 2012).

Além disso, há uma preocupação significativa com a profissionalização dos presos, sendo que um exemplo disso foi o convênio firmado entre a Agencia de la Comunidad de Madrid para la reeducación del menor infractor com a Consejería de Justicia e Interior para a criação de lojas que comercializassem mercadorias fabricadas pelos presos.

Em suma, de acordo com Gómez e Pernas (2012), o sistema penitenciário espanhol vem promovendo, nos últimos anos, ações agrupadas em cinco grandes áreas, a saber: os programas de intervenção, educação e formação formal, trabalho e emprego, lazer e cultura, e os programas esportivos. No entanto, afirmam que o grande desafio está na acentuação de uma identidade pedagógico-social que possibilite a constituição de princípios e valores que conduza o egresso ao convívio com todos os agentes, com os quais interagira antes do cárcere.

Nesse sentido, cabe sublinhar que a pesquisa de Moledo, Montolío e Robles (2013) demonstra que apesar da evidência legislativa e de pesquisa, a realidade prisional espanhola ainda comprova que não existe modelo em uma intervenção educativa neste meio complexo, o que inevitavelmente não causa programas eficazes e reforça a prisão como um espaço de punição com pena de prisão. Essas evidências se fazem também bastante frequentes quando se trata do sistema prisional brasileiro.

Dessa forma, entende-se que seria interessante desenvolver um estudo que investigasse os efetivos impactos das atividades de capacitação na ressocialização de egressos, com o intuito de conhecer que práticas organizativas inerentes à gestão da capacitação têm sido negligenciadas.

1.2 A ressocialização

Por ressocialização entende-se a forma de correção, de reabilitação do apenado nos campos familiar e profissional, com vistas à readaptação ao convívio em sociedade (Dotti, 1998). A ressocialização do condenado visa a inclusão social deste, oferecendo artifícios para que consiga acatar as regras de vivência em harmonia (Gomes, 1999). Já é impositivamente previsto no artigo 1º da própria Lei de Execução Penal que o objetivo fundamental da execução penal é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Tal dispositivo retrata o reconhecimento, por parte do legislador, da necessidade de se reeducar o infrator. Contudo, essa noção de execução penal não é constatada na realidade contemporânea.

Na prisão, o indivíduo teria que passar por uma reeducação de ideias sobre sociedade e comportamento para tentar mudar sua maneira de pensar e agir; mas o que acontece é que, muitas vezes, os reclusos terminam se aperfeiçoando em sua carreira criminosa por meio do convívio com outros delinquentes e tornam suas condutas piores do que a pregressa (Falconi, 1998).

Um dos princípios primordiais da Constituição Federal é o da dignidade da pessoa humana, independentemente de quem seja o indivíduo e do tipo de delito por ele praticado (Dotti, 1998). Por outro lado, no Brasil o sistema penitenciário caiu em descrédito por parte da sociedade e somente recebe os efeitos da indústria do crime. No geral, a sociedade se manifesta de forma contrária aos investimentos na população carcerária ao comparar os custos-benefícios do sistema, e ao se deparar com índices relevantes de reincidência na criminalidade. É compreensível. Deve-se considerar, entretanto, que além da integridade do preso há a integridade de pessoas ligadas a ele direta ou indiretamente, como família e funcionários das unidades prisionais (Bitencourt, 2001). Segundo Bitencourt (2001), é interessante ter a consciência de que a finalidade ressocializadora não é a única e nem deve ser a principal finalidade da pena, sendo apenas uma dentro de várias possíveis com função de readaptação social. O autor

considera que existem outros meios que não são controlados pelo Estado, como, por exemplo, a religião.

Para fim de ressocialização, um homem com uma profissão tem mais chances de viver uma vida honrada, e o trabalho desenvolvido dentro das unidades prisionais se torna fundamental, pois, na parte disciplinar, ajuda a manter a ordem; colabora para a capacitação do indivíduo no processo educativo; e, quanto ao suporte econômico, possibilita ao detento obter dinheiro para comprar produtos para suas necessidades, conseguindo se manter dentro da unidade prisional, podendo até ajudar sua família (Alexandre, 2006).

Dentre os vários enfoques dados pelos autores à ressocialização, neste estudo foram selecionados aqueles que apresentam uma relação mais expressiva com a ressocialização dos ex-detentos da penitenciária de São Pedro de Alcântara, identificados por observação direta: relação familiar, autoestima, aceitação social e oportunidade de emprego.

1.2.1 Relação familiar

O processo de ressocialização não cabe somente ao preso e ao Estado. A família tem um papel de significativa importância –algumas vezes, inclusive, interpretado como um agente protetor (Trisotto, 2005).

Normalmente a família é um forte aliado do apenado, acompanhando-o por toda sua “caminhada”, estabelecendo contato com o advogado de defesa e fornecendo os produtos que o apenado necessita para sua permanência na penitenciária. Nesses casos, o detento sabe que após o cumprimento da pena poderá contar com o apoio da família e suas dificuldades serão amenizadas, pois terá abrigo e sustento, ou seja, em princípio não haverá argumentos que o induzam a cometer outros delitos (Alexandre, 2006). Por outro lado, o desconhecimento e a incompreensão do sistema penitenciário, o medo da exposição da família dentro da comunidade carcerária e a pressão de familiares culminada com as longas penas tendem a levar algumas famílias ao abandono. Além disso, quando o detento não corresponde às expectativas criadas e depositadas pela família no presidiário, tende haver uma rejeição. Ao apoiar o detento, a família contribui significativamente para a recuperação e a reabilitação, pois o vínculo acentuado acarreta um compromisso do detento para com sua família, que é renovado a cada visita (Pinto e Hirdes, 2006). Segundo Trisotto (2005), quanto ao comportamento há muita diferença entre os presos que recebem visitas de suas famílias e aqueles que foram abandonados. Os que não têm visitas são mais agressivos, cultivam pensamentos ruins e têm um relacionamento conturbado dentro das celas –bem diferente daqueles que contam com o auxílio de uma família que está sempre por perto, fazendo o cumprimento da pena tornar-se um pouco menos doloroso.

Sabe-se que algumas famílias acabam cumprindo pena junto com o apenado, não em função da privação de liberdade, mas pelo sofrimento psicológico estabelecido. Outras, porém, veem no sistema prisional uma esperança de se libertarem dos muitos problemas

que lhe foram ocasionados por seu ente familiar, o que tende a dificultar ainda mais o processo de reinserção social do condenado.

1.2.2 Autoestima

Na Psicologia, a autoestima é a avaliação subjetiva que uma pessoa faz de si mesma como sendo intrinsecamente positiva ou negativa em algum grau (Sedikides e Gregg, 2003). Autoestima é amar e valorizar a si mesmo, aceitar a si próprio, buscar por uma melhoria contínua que induz a pessoa a uma maior motivação produtiva e de criação. Indivíduos com a autoestima elevada envolvem-se mais na procura por soluções de problemas, aproveitam as oportunidades, enfrentam desafios, têm grande facilidade de trabalhar em equipe (Castro, 1998), e, no caso de ex-detentos, buscam uma nova chance de viver em sociedade.

Muitos indicadores estão associados à autoestima, dentre eles o sentimento de estar preparado para uma profissão, ter assistência à saúde e assistência social (Thompson, 1998). Na realidade do sistema prisional é perceptível que a maioria dos presos não gosta de si mesmo e se autocondena por ter seguido o caminho errado, ou, ainda, por reincidir no crime. A maioria nunca trabalhou enquanto estava na sociedade. Os que trabalharam enfrentaram dificuldades com salários baixos e péssimas condições de vida. E ainda há os que julgam que o ingresso para o crime lhes confere *status* na sociedade em que estão inseridos. Assim, nesta seara, tratar de autoestima é uma tarefa considerada árdua por muitos especialistas (Wauters, 2003).

As oficinas de trabalho representam uma forma de resgatar a autoestima, pois detentos tendem a ter uma maior disposição para o trabalho. Essa disposição aumenta quando o detento encontra-se próximo de deixar a prisão, pois aumenta seu entusiasmo para começar uma nova vida (Ferreira, 1998). Quando se coloca um trabalhador no seu local de trabalho é preciso passar a ele algumas informações, tais como quem lhe dará ordens, a quem ele fica subordinado. Após, ele tem de aprender os pormenores de sua tarefa e adquirir a perícia necessária para desempenhá-la. A melhor forma de treiná-lo é no próprio local de trabalho, praticando o que realizará durante o dia de serviço.

Segundo Ettinger (1995), saber como motivar a mão de obra é muito importante para alcançar o objetivo principal da capacitação, que é, no caso dos detentos, a conscientização, utilizando recursos para sua ressocialização, bem como a compreensão de regras de convívio social e a respectiva aceitação para que se quebre o tabu de que “uma vez preso, sempre preso”.

1.2.3 Oportunidades de trabalho

Apesar de o índice de desemprego de 5,5% em 2012 ter sido o menor índice anual desde 2002 (Portal Brasil, 2013), é notável que o desemprego e a pobreza ainda sejam

fatores alarmantes no Brasil, uma vez que são frutos de um processo histórico de dicotomia social.

A temática vem ganhando primazia nas preocupações da sociedade brasileira. Contudo, existem sérias dificuldades de transitar entre, por um lado, o objetivo ético e humanista razoavelmente consensual, e, por outro, as iniciativas concretas de uma política pública eficaz de combate à pobreza. Diante disso, faz-se necessária a existência de políticas públicas que reduzam tais problemas econômicos e sociais (Vinhais e Souza, 2006).

Some-se a isso as mudanças estruturais que afetam o mundo do trabalho. De acordo com Fleig (2003), a discussão sobre tais mudanças deve ser ampliada e contemplar a abordagem de várias ciências, como Economia, Sociologia, Psicologia, Administração e Antropologia. A compreensão da complexidade que envolve as questões referentes a desemprego no país pode vislumbrar novos horizontes que favoreçam a reconstrução da realidade social. O desemprego não é apenas uma externalidade do sistema capitalista contemporâneo, mas representa uma crise de valores e crenças quanto à nossa “realização pessoal”.

Nas atuais condições, em que até mesmo pessoas sem passagem pela Justiça encontram dificuldades na inserção empregatícia, o ex-detento encontra-se em considerável desvantagem, o que o leva à realização de trabalhos autônomos, informais, temporários e, na maioria das vezes, com baixa remuneração (Alexandre, 2006).

Uma pesquisa realizada em 2003 constatou que 70% dos egressos à sociedade – logo, ex- detentos – apontaram o preconceito como principal motivo de não conseguirem trabalho ao sair da prisão, mostrando como é grande a rejeição que sofrem por parte da sociedade (Wauters, 2003).

Embora alguns empresários ainda sejam contrários à realização de trabalho nos presídios, alegando concorrência desleal dos produtos fabricados em decorrência da isenção de impostos, muitas empresas vêm estabelecendo parcerias e participando da capacitação de apenados (Shikida e Brogliatto, 2007). A oportunidade de trabalho, porém, tem sido dada apenas no contexto da prisão. Após o cumprimento da pena, raramente se nota um incentivo por parte de empresas sem a intervenção de políticas públicas.

1.2.4 Aceitação social

Não é novidade que, após cumprir sua pena e se livrar da prisão, o ex-detento sofra vários tipos de humilhação, pois a sociedade demonstra preconceito e não aceita sua reinserção ao convívio comum (Wauters, 2003). Talvez isso possa ser explicado pela revolta da sociedade com relação à falta de segurança ao cidadão, que vivencia uma espécie de “encarceramento social” em razão da violência nas ruas.

Desse modo, a sociedade reprime a pessoa que acaba de sair do sistema prisional, o que leva muitos à prática de delitos em lugares onde são desconhecidos, com a crença de que ficarão impunes (Santos, 2008).

Visto isso, uma parte é culpa do governo, pois este não elabora projetos sociais a fim de favorecer a readaptação, que embora comece na unidade prisional precisa de um suporte pós-cárcere, o que nunca acontece. Diante da parceria do Estado, o ex-detento pode ser auxiliado e resgatar sua importância no cerne da sociedade (Thompson, 1998).

Assim, cabe comentar que além da relação familiar, da autoestima e das oportunidades de trabalho, a aceitação de outros atores no convívio social é um fator de extrema relevância, pois a vivência com amigos, vizinhos e conhecidos também faz o ex-detento sentir-se incluído socialmente, já que ele não deve ser marginalizado, pois não mais estará, no literal sentido da palavra, à margem da lei.

2. METODOLOGIA

Este estudo de caso apresenta uma abordagem predominantemente qualitativa com finalidade descritiva. O universo da pesquisa foi constituído por ex-detentos do COPE que exerceram algum tipo de atividade laboral nas oficinas e artesanato nas celas, e pelo gerente de atividades laborais.

Após a disponibilização de uma lista de contatos por parte do Setor Social, a amostra foi determinada pelo critério de acessibilidade. Devido a problemas com os delitos, muitos haviam mudado de cidade em busca de oportunidades de trabalho e de uma menor discriminação social, razão pela qual não foram localizados. Dentre os participantes, utilizou-se o critério de saturação, cessando as entrevistas no momento em que os dados passaram a se repetir de forma significativa. Ou seja,

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados (Fontanella, Ricas e Turato, 2008:20).

Nesse sentido, vinte (20) ex-detentos foram entrevistados. Uma das limitações deste estudo pode ser considerada o receio que os egressos demonstraram diante da entrevista.

Por mais que tenham sido oferecidos esclarecimentos sobre o propósito da pesquisa, o fato de o entrevistador ter sido servidor do COPE no período do cumprimento da pena pode ter ocasionado um viés nos dados concedidos pelos participantes desta pesquisa.

Foram usados dados de livros, revistas técnicas, artigos científicos, *sites* e documentos institucionais. Com relação aos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que, apesar de serem guiadas por um roteiro de entrevista, ofereceram uma

flexibilidade nos questionamentos emergentes na conversa com os participantes (Bryman, 2008).

As entrevistas foram realizadas do próprio telefone do Complexo Penitenciário, cujo número não é identificado. O motivo da entrevista foi apresentado a cada um dos participantes, mas, como já se supunha, alguns ficaram apreensivos inicialmente; contudo, foram entendendo os objetivos no decorrer da entrevista. O fato de o entrevistador conhecer o dialeto dos detentos facilitou o diálogo.

Foi entrevistado também o gerente de atividades laborais do Complexo Penitenciário, para esclarecimentos em vários aspectos como horas trabalhadas pelos reclusos, remuneração, controle das atividades realizadas, apoio do setor na seleção e no sucessodo programa de atividades de capacitação. Para efeito de anonimato, todos os vinte e um (21) entrevistados foram, convencionalmente designados pela letra E seguida de um número aleatório de 1 a 21.

Os dados foram tratados por categorização (tabela 1), ou seja, de acordo com as subcategorias de análise, que no caso da capacitação foram os programas e, no caso da ressocialização, foram eleitas: relação com a família, autoestima, oportunidade de emprego e aceitação social (Richardson, 1989).

Tabela 1. Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA	DEFINIÇÃO OPERACIONAL
Capacitação	Treinar os indivíduos a fim de torná-los técnicos, aperfeiçoando suas habilidades para que ocorra um aumento na produtividade; proporcionar o desenvolvimento de conhecimento e do indivíduo para capacitá-lo ao trabalho e à vida.	LNT Programação Execução Avaliação
Ressocialização	Forma de correção e reabilitação do apenado nos campos familiar e profissional, com o objetivo de readaptação e reeducação social, privando-os da liberdade.	Relação familiar Oportunidade de trabalho Autoestima Aceitação social

Fonte: Elaborada pelos autores.

3. RESULTADOS

Em termos de resultados, são apresentados o COPE, o perfil dos participantes da pesquisa, os programas de capacitação, as dimensões da ressocialização dos ex-detentos, bem como as potencialidades e deficiências na relação entre os programas de capacitação e a ressocialização.

3.1 Complexo Penitenciário do Estado (COPE) - São Pedro de Alcântara

O Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara teve seu projeto aprovado devido à superlotação na penitenciária da capital de Santa Catarina. Encontra-se localizado no bairro de Santa Teresa, aproximadamente a 25 km de Florianópolis.

Foi construído em meio à mata virgem e, após várias intervenções da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), foi concluído em 2003 com capacidade total para 1.150 reclusos apenas de sexo masculino e em regime fechado. Esses reclusos eram distribuídos em 308 celas, espalhadas por quatro pavilhões organizados em uma visão aérea de três no lado esquerdo e um no lado direito. O pavilhão um (1) é destinado exclusivamente ao trabalho nas oficinas, com vistas a facilitar o controle de quem está fora das celas.

Hoje, o COPE tem em sua totalidade cento e dezoito (118) funcionários distribuídos em vários setores e cargos, como diretor, chefe de segurança, gerentes, agentes penitenciários, motoristas e terceirizados, efetivos na maioria.

Para melhor entender o funcionamento do COPE: o delinquente comete uma infração de qualquer natureza, e a Polícia Militar o prende e o leva para uma delegacia civil. Se o indivíduo foi pego em flagrante ou a investigação provar que é culpado, ele aguarda julgamento judicial em um presídio, quase sempre perto da comarca onde foi capturado para facilitar a ida ao fórum. Após esse período, caso seja condenado a mais de dois anos de reclusão, é transferido para o COPE.

Assim, o papel do COPE é cuidar para que os reclusos cumpram suas penas com segurança, zelando por sua integridade física e moral a fim de se tornarem pessoas regeneradas para o retorno ao convívio social –serviço que é prestado para o Estado de Santa Catarina e também para a sociedade, privando da liberdade quem, pelos mais diversos motivos, acabou se excluindo da vida social.

3.2 O perfil dos participantes da pesquisa

O entrevistado sobre os programas de capacitação foi o gerente de atividades laborais do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, que forneceu os seguintes dados sobre os reclusos: salário, interesses nos programas de capacitação, horário de trabalho, produção, critérios de seleção e participação e apoio nas atividades desenvolvidas dentro da unidade apresentada.

Sobre o perfil dos ex-detentos integrantes da amostra desta pesquisa, foram investigados faixa etária, nível de escolaridade, motivo da pena, tempo de pena e oficina da qual participaram (figura 1).

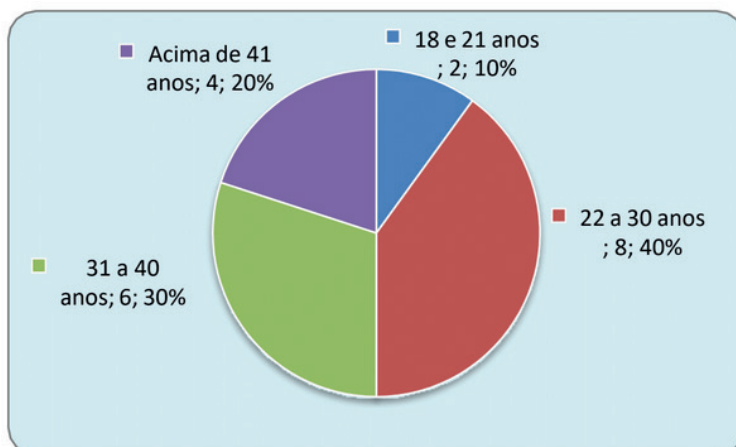


Figura 1. Idade dos ex-detentos

Fonte: Pesquisa de campo.

Na Figura 2, foram apresentadas as idades do ex-detentos. Notou-se que a grande maioria possui mais de 22 anos e talvez isso se deva ao fato de a entrevista ter sido realizada depois do cumprimento da pena, ou seja, depois de terem passado alguns anos na prisão.

O nível de escolaridade é consideravelmente baixo, como se pode observar na figura 2, onde apenas 15% dos ex-detentos possuem ensino médio completo.

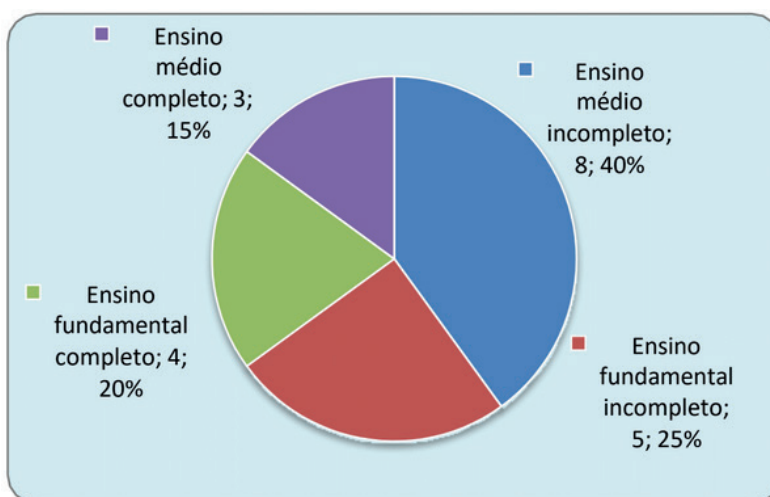


Figura 2. Nível de Escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo.

Para investigar o motivo da pena, ou seja, o crime cometido, o questionamento foi feito de forma direcionada aos crimes mais comuns, com o intuito de evitar constrangimentos na hora da resposta. Conforme se observa na figura 3, a maior parte dos ex-detentos, 35%, foram detidos por crime de assalto.

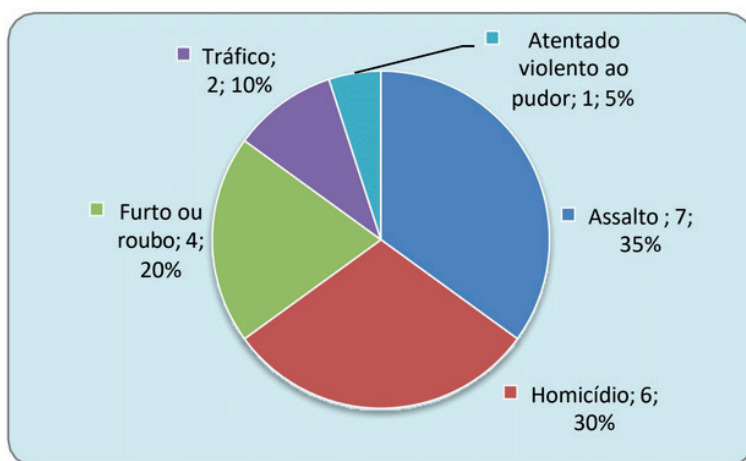


Figura 3. Motivo da pena

Fonte: Pesquisa de campo.

O tempo de pena foi identificado junto ao cadastro no sistema Identificação Penal (IPEN), que permite acesso aos dados dos reclusos usando informações de entrada como nome, apelido ou digitais. As penas dos entrevistados foram pesadas devido a grande maioria ter cometido delitos de assalto e homicídio, o que tem ocasionado uma superlotação na unidade. Na figura 4, percebe-se que 60% dos respondentes tiveram penas acima de 8 anos de reclusão.

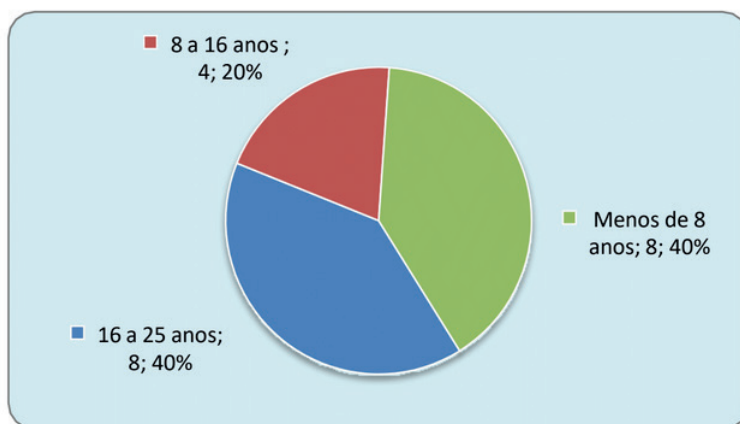


Figura 4. Tempo de pena

Fonte: Pesquisa de campo.

3.3. Os programas de capacitação no COPE

Os programas de capacitação do COPE referem-se a atividades laborais cuja finalidade é reeducar os detentos para o trabalho por meio de normas, procedimentos e responsabilidades. Parte-se do pressuposto que essa reeducação possa proporcionar um repensar a respeito do caráter do egresso e da forma como ele percebe a sociedade, ao prepará-lo para uma etapa de reinserção social. A ideia é que o preso possa refletir sobre sua condição, de modo espontâneo, ao aceitar que o Estado não é seu adversário, mas sim um facilitador do bem-estar social.

A partir do convênio firmado, as empresas parceiras repassam mensalmente à Penitenciária o valor correspondente a três quartos do salário mínimo por detento, sendo que, deste valor, 75% é destinado ao detento e, 25%, a um fundo rotativo para despesas com manutenção. Cumpre dizer que sobre referido valor não incide qualquer encargo e não há vínculo trabalhista.

As etapas de capacitação são desenvolvidas de maneira lenta, sendo que, primeiramente, são realizadas entrevistas com os reclusos buscando dados de sua vida profissional se for o caso de já terem trabalhado, e dados sobre suas habilidades a fim de identificar características como paciência, destreza, agilidade e higiene pessoal, bem como anteriores formas de atuação. Mediante a prévia dos reclusos, os eleitos são alocados na modalidade de capacitação mais coerente com o seu perfil, se houver disponibilidade de vaga. (E1)

Após a comunicação formal da realização da capacitação, o recluso recebe o que se chama de remissão, em que a cada três dias trabalhados há a redução de um dia de pena. Nas oficinas, os presos desenvolvem várias atividades, tais como costura de bolas, artesanato, marcenaria, malharia, oficina mecânica, padaria e lavanderia. Há, também, fábrica de esquadria de alumínio. Todavia, delinear-se como objeto de análise deste artigo –por terem sido as mais frequentadas– quatro modalidades de capacitação: oficina da Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (INTELBRAS), marcenaria, malharia e artesanato.

Com exceção do artesanato, que apresenta um caráter mais flexível de trabalho, nas outras três modalidades os reclusos são remunerados por produção, onde cada item produzido gera um valor que no final do mês é contabilizado conforme as notas fiscais emitidas. A jornada de trabalho é de segunda-feira a sexta-feira, das 07h às 17h30, podendo haver alterações.

Para fins de identificação de reclusos participantes das oficinas, é obrigatório o uso de crachá com os dados considerados mais importantes pela instituição: foto, matrícula e nome do recluso. Importante ressaltar que o extravio ou perda do crachá acarreta o impedimento de sair da cela para trabalhar por dez dias, o que baixa a produção e, consequentemente, o salário. Além disso, os reclusos que participam das atividades de capacitação usam camisa ou blusa de cor alaranjada para que não sejam confundidos com os servidores do COPE e, assim, estejam aptos a se deslocarem para a oficina solicitante.

Todos os entrevistados se capacitaram em pelo menos uma oficina no COPE e a maioria passou pela marcenaria – quase a mesma quantidade que passou pela INTELBRAS, o que ocorre porque o recluso passa pela marcenária antes de conseguir uma vaga na oficina da INTELBRAS. Foi identificado um baixo número de indivíduos na malharia e no artesanato, o que, talvez, deva-se à falta de apoio institucional se comparado com as outras modalidades.

3.3.1 INTELBRAS

De acordo com o material disponível no *site* da empresa, a INTELBRAS é totalmente brasileira, líder no mercado interno de centrais telefônicas, telefones e centrais condominiais. A empresa atua, hoje, nas áreas de telecomunicações, redes e segurança eletrônica, com presença em todo o território nacional e em diversos países na América Latina e África.

Primeira empresa a se conveniar logo após a inauguração do COPE, em parceria com o Setor Laboral, a INTELBRAS instalou uma estrutura produtiva dentro do complexo. É a oficina mais antiga e atua na fabricação de telefones e também em algumas etapas de outros produtos da empresa.

Quando um grupo de reeducandos é formado, a organização faz uma visita com muitos técnicos, para conhecimento prévio e acompanhamento individual dos detentos, observando o que estes já sabem fazer e o grau de escolaridade de cada um.

O treinamento geralmente é oferecido por setor ou célula, e no início toda a equipe é treinada ao mesmo tempo. Na sequência, aqueles que tiveram dúvidas sobre alguma etapa são atendidos individualmente. Na maior parte das vezes, um técnico da INTELBRAS traz o procedimento totalmente detalhado, com fotos dos itens e suas etapas, a fim de desenvolver e treinar os reeducandos por meio da técnica de demonstração (Dessler, 2003).

Durante o treinamento, aquele que se destaca é convidado a tornar-se o líder da equipe – da célula de produção – e será responsável pelos novos membros na célula de trabalho e por comandar a produção e os prazos. Esse líder é acompanhado por dois instrutores para controlar as mesas de serviço ou células, e manter a ordem.

Desta oficina participam mais de 120 (cento e vinte) reclusos que trabalham em um sistema de produção com metas e teste de qualidade nos formatos de uma empresa convencional. Quem passa pelo Pavilhão 1 entende como funciona e percebe nitidamente a organização em células, onde cada uma tem seu líder controlando e dando suporte à organização da produção.

São realizados vários tipos de trabalho: montagem, conserto e etapas de alguns produtos. A INTELBRAS está sempre em contato com os reclusos, observando seus procedimentos e técnicas para que se evitem desperdícios de material e de tempo. (E1)

Na maioria das vezes o resultado do treinamento tem surpreendido gestores da INTELBRAS, pois com uma equipe menor montada e em menor período de tempo,

os reclusos têm apresentado maior produtividade do que os funcionários em normais condições de trabalho. Além disso, os reeducandos desenvolvem técnicas que facilitam o processo de montagem na célula com muita eficiência. Também vale sublinhar que os produtos fabricados nesta oficina passam, quase sempre, no controle de qualidade que o produto recebe quando chega à empresa para ser despachado para os clientes.

Diante de um processo cíclico de capacitação, a INTELBRAS acompanha a qualidade dos produtos fabricados quando há lotes rejeitados nos testes de qualidade, e os instrutores da empresa reforçam o treinamento junto aos reclusos. Além disso, outros indicadores da necessidade de maior atenção na capacitação são: a chegada de recluso vindo do pavilhão, quando o recluso muda de célula, ou ainda quando um item novo passa a ser trabalhado na oficina. Nesses casos, a empresa manda um técnico para treinar a primeira equipe e o recluso que tiver o melhor desempenho será o líder da mesa e fiscalizará toda a produção diária.

3.3.2 Marcenaria

Para a capacitação na oficina de marcenaria, foram firmados convênios com duas empresas: a Gaboardi Industrial de Madeiras Ltda. e a Sofia Industrial Exportadora.

A empresa Sofia Industrial Exportadora fabrica artefatos de madeira. A Gaboardi Industrial de Madeiras Ltda. produz fósforos e acendedores, palitos dentais e de picolé, espetinhos, alumínio, embalagens e prendedores de roupa, sendo este último o produto fabricado pelos detentos do COPE, atividade que assume a predominância dos trabalhos realizados nesta oficina.

Para a realização das atividades, os prendedores de roupa são encaminhados para os pavilhões dois, três e quatro, pois o trabalho é realizado também nas celas.

Como alguns treinandos desta oficina só saem de suas celas duas horas diárias para o banho de sol, o trabalho de marcenaria ajuda a reduzir a ansiedade e a angústia, por meio da transposição do pensamento ao foco do trabalho, que, embora rotineiro, requer bastante atenção. (E1)

Na oficina de marcenaria tem-se predominância da empresa Gaboardi, que deixa a produção de prendedor de roupa de madeira a cargo da própria oficina. Como a gerência das atividades laborais e os gestores da Gaboardi perceberam a incoerência entre a demanda e o contingente de reclusos em uma fase diagnóstica (Milkovich e Boudreau, 2000), na programação da capacitação optou-se por disponibilizar material para vários reclusos confeccionarem esse prendedor nas celas.

Atualmente, há mais de quatrocentos reclusos envolvidos com o trabalho de prendedor de roupa no complexo. (E1)

A capacitação tinha uma concepção pautada na escolha seletiva de disseminadores do conhecimento – conhecimento técnico, no caso. Para isso, a empresa treina um recluso para ser líder e este fica responsável pelo repasse de seu treinamento àqueles que ingressam na oficina.

Como alguns deles já elaboravam os prendedores nas suas celas, ao receberem a chance de ir à oficina possuíam o ritmo de produtividade desejado e com as habilidades bem desenvolvidas, uma vez que o trabalho é motor e requer frequência.

A empresa encaminha um de seus instrutores para treinamento no COPE quando verifica baixa qualidade na produção, ou, melhor elucidando, quando os palitos estão defeituosos ou a mola torta ou enferrujada. De acordo com o Entrevistado 1, não se tem problemas significativos com demanda, pois é feito o controle e a quantidade de pacotes prontos é repassada à Gaboardi. Assim, a empresa decide quando buscar os produtos acabados. Em média, são produzidos quatro mil (4.000) pacotes de prendedores de madeira semanalmente. Toda a produção é entregue ao responsável da galeria e no final do mês o total produzido em dúzias é pago pela empresa conveniada.

Com base nas dificuldades relatadas no desenvolvimento do trabalho são preparadas novas formas de intervenção nos treinamentos subsequentes (Bohlander e Snell, 2013).

3.3.3 Malharia

Na modalidade de capacitação malharia, a captação de reclusos se baseia nas habilidades motoras e destrezas com corte e costura, que não são inicialmente notadas em muitos dos reclusos. Além disso, também é analisado o comportamento do candidato a treinando como o motivo que o levou ao cumprimento da pena.

A produção da malharia é destinada ao consumo interno na confecção das vestimentas para os detentos. São produzidos calças, camisetas e agasalhos para uso dos próprios reeducandos de todo o complexo penitenciário. O trabalho é realizado de forma simples, à luz de uma tecnologia rotineira (Dessler, 2003).

Após esse diagnóstico a respeito das pessoas e das tarefas que serão realizadas para dar conta da demanda interna, a capacitação é programada em termos de jornada e remuneração. Os treinandos desta oficina atuam das 07h às 17h30, tal como as jornadas de outras oficinas; entretanto, o que muda é o fato de eles ganharem um salário fixo por mês, pago pelo setor laboral para que eles produzam as roupas necessárias (Milkovich e Boudreau, 2000).

Quando um reeducando é transferido para outra unidade ou passa para o regime semiaberto, ou, ainda, quando a demanda é maior que a produção, novos reeducandos são treinados.

A malharia está localizada na direção aos fundos da penitenciária, entre o pavilhão um e o pavilhão dois. Ela é a primeira oficina depois do setor de segurança, gradeada, e conta com relevantes artifícios de segurança para separar os reclusos dos corredores da penitenciária.

Frente aos resultados e às manifestações dos reeducandos, as formas de compartilhamento das técnicas de corte e costura são aperfeiçoadas na busca de, cada vez mais, corresponder às expectativas de demanda e de realização de um trabalho que aproveite ao máximo as capacidades dos detentos. (E1)

3.3.4 Artesanato

A capacitação via artesanato é a que, como já se esperava, apresenta uma relação mais flexível, com menos controle e normatizações. O artesanato não tem local próprio para acontecer, sendo realizado dentro das celas quase na sua totalidade. Cada recluso é responsável por sua produção e seu material de trabalho, sem controle de horário.

Dentre os trabalhos realizados pelos reclusos, o artesão é aquele que precisa de menor treinamento e pouco acompanhamento do Setor Laboral. De maneira independente, o recluso efetua no interior de sua cela trabalhos de diversos tipos, que inclusive precisam de liberdade e autonomia para serem criados (Rockenbach Júnior, Coelho e Kanitz, 2013).

Pode-se dizer que o artesanato é o trabalho mais atuante dentro da penitenciária. Está presente nos pavilhões, na casa externa e nas oficinas. Diante do atraso na entrega do material para prendedores de roupa, da falta de material na oficina da INTELBRAS ou falta de tecido na malharia, os reclusos fazem artesanato para passar o tempo e aprimorar suas habilidades.

Na maioria das vezes, o maior apoio vem das famílias dos presos, que trazem o material a ser utilizado na confecção artesanal: cola, barbante, papel colorido, cartolina, palheta de madeira e novelos de lã. Com esses itens são feitas várias peças, tais como casinha de madeira, boneca de lã, porta-joias, avião de madeira e espelho com desenho. O interessante é que os presos também utilizam lixo para, de maneira criativa, realizar diversos tipos de artesanato.

Por mais que não haja uma sistematização formal, existe um espírito de cooperação entre os artesãos e as técnicas aprendidas são passadas de recluso para recluso, sejam elas aprendidas fora do COPE ou até mesmo desenvolvidas de forma autodidata. (E1)

Os reeducandos que fazem este tipo de capacitação ficam trancados o dia todo, saindo apenas duas horas para banho de sol. Segundo o E1 e também por meio da observação direta, constatou-se que demonstram desânimo com relação à vida, não cuidam da higiene pessoal, fumam muito e suas celas possuem um cheiro inconfundível de cárcere. Eles passam anos aguardando uma oportunidade de trabalho nas oficinas, o que é difícil.

Após o trabalho pronto, o recluso o envia à sua família ou negocia a troca com outros reclusos por cigarros ou produtos comprados em supermercados e entregues diretamente nas celas, sendo que a Gerência de Atividades Laborais não tem controle sobre esta dinâmica. Uma das maiores inquietações manifestadas refere-se ao fato de não saberem se o que produzem terá comprador ou se entregarão as peças para suas famílias.

3.4 A ressocialização dos ex-detentos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara

O programa de atividades laborais inicia a ressocialização dos reclusos a fim de torná-los pessoas dignas, mudando sua forma de ver a sociedade para evitar a reincidência e diminuir a quantidade de indivíduos nas unidades prisionais. (E1)

Em se tratando diretamente do objeto deste estudo, o COPE oferece modalidades de capacitação que possam prepará-los ao desenvolvimento de novos trabalhos e até mesmo ao aperfeiçoamento dos trabalhos que já desempenhavam antes de serem apenados. No entanto, sabe-se da complexidade que enreda a mentalidade do ex-detento ao se deparar com uma sociedade que lhe ficou parcialmente alheia durante o seu período de reclusão.

Dentre os vários critérios a serem investigados sobre a ressocialização, notou-se que os que alicerçam este processo são: relação com a família, oportunidade de trabalho, autoestima e aceitação social.

3.4.1 Relação com a família

No quesito relação com a família, buscou-se averiguar como foi o convívio do reeducando com seus familiares no período prisional, bem como se após a saída da penitenciária houve alguma mudança, pois o retorno para casa é um dos aspectos fundamentais à ressocialização.

Com relação ao “apoio” (dialetto próprio dos reclusos) da família durante o cumprimento da pena, verificou-se que a maioria dos entrevistados afirmou recebê-lo. Alguns ressaltaram que não só havia apoio como havia uma frequência de visitas, o que os confortava (E2, E5, E7, E9, E17). E4 e E8, porém, não gostavam de ser visitados, em função do constrangimento causado à família. E6, por sua vez, comentou que a família não o acompanhou em sua trajetória e ainda mudou de cidade para romper de vez o contato com ele.

E5 também manifestou que se sentia pressionado pela cobrança de familiares, que sempre desconfiavam da possibilidade de reincidência e inclusive da efetivação do crime durante o cumprimento da pena, o que, segundo ele, não acontecia. No entanto, sabe-se que os participantes dificilmente assumiriam o envolvimento com algum outro delito, por mais que o anonimato lhes fosse garantido pelo entrevistador.

Quanto ao modo como o contato era estabelecido com a família – se da mesma forma como ocorria durante o período prisional ou de forma diversa – constatou-se que, dependendo do tipo de crime cometido, a família passa a rejeitar o contato com o ex-detento, deixando-o sozinho. Esse fator foi um dos principais argumentos apontados como estímulo à criminalidade novamente. (E6)

Apesar disso, pode-se afirmar que a maioria dos reclusos conta com apoio familiar dentro do sistema prisional e, depois, fora dele. Foram verificadas, nesta amostra, poucas exceções. De maneira geral, os ex-detentos dispõem de subsídios familiares para resgatar sua vida dignamente e começar sua nova jornada reabilitado para viver em sociedade.

De acordo com os dados analisados de forma categorial, foi possível notar que os detentos demonstraram satisfação em alavancar recursos financeiros junto aos trabalhos desenvolvidos na prisão, pois os valores são em parte encaminhados às famílias. A maior

desmotivação vem dos detentos que conseguem desenvolver somente o artesanato, atividade que não apresenta esse tipo de retorno monetário.

3.4.2 Oportunidade de trabalho

Neste quesito, buscou-se identificar as expectativas que o ex-detento tinha na prisão com relação à chance de um novo emprego ao sair do cárcere, e se tais expectativas foram correspondidas.

Questionados se o que aprenderam nas atividades de capacitação do Complexo auxiliou em sua reinserção no mercado, muitos entrevistados, além dos desabafos sobre as condições do sistema, elogiaram as atividades. Eles se sentem preparados tecnicamente, alguns, como E9, E10 e E19 comentaram que a dificuldade não é ter segurança no trabalho, mas, sim, convencer os contratantes de que podem se portar como pessoas idôneas e trazer benefícios a organização.

Alguns conseguiram se enquadrar novamente no mercado por meio do trabalho informal, e um dos empregos considerados mais acessíveis a eles é o de frentista de posto de gasolina, uma vez que para esta ocupação nem sempre é exigido atestado de antecedentes criminais. (E15, E16, E19)

Eles comentaram que embora a tarefa que desenvolvem atualmente não seja a mesma aprendida no Complexo, receberam durante a capacitação muitas dicas que indiretamente os têm auxiliado em sua formação profissional. Isso significa que a capacitação no COPE de certa forma conseguiu desenvolver características e potencialidades que fazem os treinandos se sentirem preparados não só para o trabalho motor, mas para conceber outros processos que requeiram um pouco mais da abstração de conceitos (Milkovich e Boudreau, 2000).

Como já se supunha, foi unânime o relato acerca da discriminação social em termos de credibilidade concedida aos ex-detentos, o que para eles representa “portas fechadas”, como citaram E6 e E11, e dificulta severamente a chance de mostrarem sua reabilitação no seio da sociedade por meio de uma atividade laboral.

Diante dos fatos relatados na entrevista, pode-se supor que se a qualificação do detento for voltada a trabalhos técnicos e especializados, a tendência é que a absorção dos ex-detentos no mercado seja facilitada por falta de alternativa ao contratante do serviço ou produto.

3.4.3 Autoestima

Neste item focou-se no nível de autoestima dos ex-detentos, especificamente no cuidado consigo, com sua aparência e saúde. Desejou-se saber se eles saíram do COPE acreditando e gostando de si.

Durante as conversas com os ex-detentos ao telefone, questionou-se se quando estavam presos pensavam em se cuidar quando alcançassem a liberdade e aproximadamente a metade dos entrevistados comentou que planeja fazer exercícios físicos, alimentar-se bem, expor-se mais ao sol, caminhar na praia, dentre outras atividades que possam construir uma autoestima mais elevada. Somente dois disseram que estão sentindo sua autoestima melhor. Os demais seguem na vida sem gostar de si mesmos... “O recluso não gosta de ninguém e nem dele próprio. A gente desgosta da gente mesmo...” (E3).

E15 fez este relato: “a gente perde a noção de certo e errado... Parece que a gente só conhece o errado, o que não pode”. Segundo ele, a concepção de valores fica equivocada, há uma espécie de transtorno, em que o detento se acostuma a ser punido quando pensa que agiu certo e da mesma forma quando conscientemente comete alguma ação errada. Assim, gera-se uma insegurança no sentido de reforçar que eles são pessoas diferentes e desviantes de um modelo dominante de ser social.

Como se vê, a autoestima tende a ficar baixa até mesmo depois da saída da prisão, sendo que o entusiasmo se dá somente do momento transversal da saída, entusiasmo que não se mantém na vida da maior parte dos ex-detentos, pois, como afirmou E4, “começam a cumprir outro tipo de pena” que é a rejeição social.

Desse modo, depreende-se que embora não caiba, diretamente, às empresas parceiras a tarefa de lidar com a autoestima do detento que está sendo capacitado, de maneira indireta, a capacitação pode ser conduzida de modo que reforce sua confiança e a segurança, fazendo com que extraia de si potencialidades e competências –e, para tanto, faz-se essencial a autonomia no desenvolvimento das atividades (Zarifian, 2001).

3.4.4 Aceitação social

A aceitação social pode ser considerada a última etapa do processo de ressocialização, quando se constata se tudo que foi feito na unidade prisional teve ou não o efeito esperado.

Quando se optou nesta pesquisa pela aceitação social como um dos indicadores da ressocialização, pensava-se em verificar como estava a relação com colegas do antigo trabalho, vizinhos, amigos e conhecidos, ou seja, com pessoas que constituem uma esfera mais ampla de convívio em sociedade. Além disso, esperava-se saber sobre eventual medo do que pudessem encontrar fora da penitenciária ou de algo que lá aconteceu, bem como saber qual a principal mudança que perceberam na sociedade depois que reconquistaram a liberdade.

Os entrevistados mencionaram que já nem contavam com a aceitação de conhecidos, pois reconheciam a possível dificuldade. Somente três (3) deles afirmaram que se sentiram aceitos pela sociedade e que não se incomodavam com a marca que a prisão deixou.

Quanto aos medos, muitos têm medo de retaliação por algo que aconteceu dentro do Complexo (E3, E5, E12). Sobre as principais mudanças sociais identificadas por eles no retorno ao convívio social, muitos citaram as alterações na infraestrutura urbana – construção de prédios, ruas e *shoppings* – e as novas tecnologias (E2, E4, E7, E10, E11, E13, E20). Um deles desviou a pergunta e respondeu que a maior mudança foi ver seu filho crescido e criado, sem ter acompanhado a vida da criança (E6).

Diante dessas informações, acredita-se que dentre as competências desenvolvidas no âmbito do Complexo Penitenciário seria interessante incluir estudos sobre as mudanças sociais e os acontecimentos paralelos à vida por trás das grades. Sabe-se que despenderia um esforço significativo acerca de uma pauta que não comprometesse a segurança da sociedade; no entanto, seria uma forma de mitigar a lacuna existente no mecanismo de transposição da condição de detento para a condição de ex-detento.

Para que a ressocialização tenha o resultado esperado e as atividades laborais ajudem a alcançar a regeneração dos reclusos é essencial que estes despertem vontade e interesse de mudar a sua concepção de vida, pois, em via contrária, os fatores que os levam à reincidência tornam-se mais atraentes no que diz respeito a uma aceitação social.

3.5 Potencialidades e deficiências na relação entre os programas de capacitação ea ressocialização

Diante da precariedade do sistema prisional brasileiro e em especial da grande população carcerária do COPE, os programas de capacitação são fatores determinantes no processo de ressocialização.

Os dados obtidos nesta pesquisa revelaram que os programas desenvolvidos no COPE auxiliam de forma expressiva na ressocialização do ex-detento; porém, há esferas desse processo que não são atingidas. Ao considerar que a ressocialização depende prioritariamente dos alicerces relação com a família, oportunidade de trabalho, autoestima e aceitação social, notou-se que este último é o quesito mais complicado de ser trabalhado.

Nas oficinas, o que se vê é presos menos agressivos, mais alegres e fazendo brincadeiras, coisa não muito comum dentro dos pavilhões. Entretanto, nem todos os reclusos conseguem participar das oficinas em função da restrição de vagas. Algumas modalidades de capacitação são atrativas a eles, pois recebem pelo trabalho, percebem que sua mão de obra vale dinheiro.

As atividades mais técnicas como a malharia, a marcenaria e a oficina da INTELBRAS aproximam mais os ex-detentos de uma futura atividade laboral, preparando-os melhor para novas oportunidades no mercado. Já a modalidade de artesanato, embora também auxilie numa futura recolocação, o faz de forma muito indireta, pouco objetiva, considerando-se o imediatismo esperado. Por isso, o artesanato é visto como uma atividade para passar o tempo, sem muitas perspectivas.

A capacitação aguça o reconhecimento da família quando esta participa trazendo, por exemplo, material para as atividades. Notadamente para a atividade de artesanato, quando a família recebe os objetos produzidos ou o valor da remuneração referente ao trabalho do detento. Mas poderia haver outras atividades, sobretudo voltadas às famílias, como a simulação de conflitos entre estas e os ex-detentos e consequente discussão com apoio psicológico.

Com base na observação direta, percebeu-se um evidente paradoxo: as empresas se colocam à disposição para estimular a produção dentro do Complexo Penitenciário, mas poucas têm contratado, ou seja, poucas têm estabelecido vínculo empregatício com ex-detentos nos empreendimentos fora dos muros. Nesse sentido, acredita-se que seria interessante uma ênfase a políticas por parte do Poder Público que estimulassem a contratação de egressos do sistema prisional, com o intuito de oferecer benefícios mais convincentes às empresas que acreditassem no potencial de ressocialização dos mesmos, por meio de uma chance no âmbito profissional.

A autoestima dos ex-detento é catalisada quando ele tem segurança em si como pessoa e não somente como profissional. Existe, portanto, a necessidade de trabalhar valores pessoais e sociais durante o cumprimento da pena, já que vários ex-detentos afirmaram ter dificuldade de saber se são bons ou ruins na sua essência, conforme as palavras por eles utilizadas.

A aceitação social é o reflexo de todas as outras dimensões da ressocialização, uma vez que toda a relação precisa ser construída novamente. Neste estudo, ficou evidente a dificuldade em ser aceito novamente em sociedade e os receios que os egressos têm de retaliação. De toda forma, acredita-se que diante de um apoio significativo na família, com o resgate da autoestima e com as potenciais oportunidades de trabalho, a aceitação social possa ser em muito facilitada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo dos estudos organizacionais, de modo predominante, tem focado esforços na gestão empresarial, o que é passível de entendimento, uma vez que o imperativo tem sido voltado a questões mercadológicas e financeiras. Há, porém, outras dimensões do organizar que também carecem da atenção de estudiosos da área. A área da Administração, ao mesmo tempo em que é reconhecida como interdisciplinar, acomoda-se em determinadas delimitações que inibem o conversar com outras ciências, outros saberes.

A Segurança Pública é um espaço da Administração Pública que tem se mostrado um interessante campo de análise organizacional, especialmente na área de Gestão de Pessoas.

A violência cresce não somente nos grandes centros urbanos, mas em muitas outras localidades. Em decorrência disso ocorre a superlotação carcerária, uma das principais causas da precariedade do sistema prisional brasileiro.

Em Santa Catarina, o COPE é a unidade prisional com o maior número de detentos. Nele são desenvolvidos programas de capacitação, entre os quais se sobressaíram a oficina da INTELBRAS, a malharia, a marcenaria e o artesanato.

Apesar da ciência de que o receio dos egressos durante as entrevistas e de que a atuação de um dos pesquisadores no cenário analisado possam ter ocasionado vieses, buscou-se analisar as nuances diversas observadas no fenômeno.

Foi investigada a relação que essas atividades de capacitação têm com a ressocialização e chegou-se à conclusão que, embora o governo estadual há algum tempo tenha investido nesses programas, não consegue contemplar todas as dimensões da ressocialização consideradas neste estudo: oportunidade de trabalho, relação com a família, aceitação social e autoestima.

Na dimensão oportunidade de trabalho, as oficinas têm preparado os detentos direta ou indiretamente para a reinserção no mercado; porém, de forma paradoxal, até mesmo algumas empresas parceiras no processo de capacitação não incentivam a contratação de ex-detentos. Assim, nota-se que muitas parcerias são estabelecidas para fins de cálculo e não para fins sociais.

No contexto familiar, os vínculos fragilizados por uma relação de desconfiança podem ser melhorados à medida que familiares participem de alguma atividade de interação com o ente apenado, promovida pelo Estado.

Quanto às dimensões aceitação social e autoestima, conquistada a liberdade o ex-detento depara-se com uma forte rejeição da sociedade, o que gera falta de perspectiva frente às poucas oportunidades de readaptação ao convívio com outras pessoas e favorece o cultivo de uma autoestima baixa.

Dessa sorte, preconiza-se como oportuno o desenvolvimento de estudos sobre a reincidência criminal dos participantes da pesquisa, bem como um estudo comparativo entre a percepção de pessoas que se tornaram egressas antes do desenvolvimento dessas atividades de capacitação e a percepção de egressos que participaram efetivamente dos programas promovidos no âmbito do Complexo Penitenciário.

O presente estudo demonstrou os reflexos dos cursos de capacitação ministrados no COPE, delineando as dificuldades de gerir um estabelecimento onde, além dos problemas ordinariamente encontrados em todo processo administrativo, ainda tem-se que lidar com autores dos mais variados crimes. Fosse simples o desafio, não estaria o Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, em pleno ano de 2013, sendo alvo de noticiários nacionais e internacionais por causa de atentados contra a sociedade advindos da reação de seus internos.

Esta pesquisa ratifica a necessidade, portanto, de um empenho peculiar de Estado, empresas parceiras, detentos e familiares de detentos para alcançar êxito naquilo que tais cursos de capacitação se propõem a fazer: ressocializar pessoas, o que foi objeto de análise desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, S.L. (2006). *Os direitos do preso na execução penal: o trabalho do preso como fator ressocializador*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí.
- Bitencourt, C.R. (2001). *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Saraiva.
- Bohlander, G.W. e Snell, S. (2013). *Principles of Human Resource Management*. Mason, OH: South-Western Co.
- Brasil, Instituto Avante (Org.) (2013). *População carcerária e trabalho nas penitenciárias*. Recuperado de <http://atualidadesdodireito.com.br/>
- Brasil, Portal (Org.) (2013). *País fecha 2012 com menor taxa de desemprego desde 2002*. Recuperado de: <http://www.brasil.gov.br/noticias/>
- Bryman, A. (2008). *Social research methods*. Nueva York: Oxford University Press.
- Castro, A.P. (1998). *Motivação: como desenvolver e utilizar essa energia*. Rio de Janeiro: Campus Ed.
- Dessler, G. (2003). *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Prentice Hall.
- Dotti, R.A. (1998). *Bases alternativas para o sistema de penas* (2ª ed.). São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais.
- Ettinger, K. (1995). *Relações humanas*. São Paulo: Ibrasa.
- Falconi, R. (1998). *Sistema presidial: reinserção social?* São Paulo: Ícone.
- Ferreira, G. (1998). *Aplicação da pena*. Rio de Janeiro: Forense.
- Fleig, D.G. (2003, julho.). Reestruturação produtiva e subjetividade: uma análise interpretativa do significado do desemprego. Comunicação apresentada em *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Universidade Atibaia, Brasil.
- Fontanella, B.J.B., Ricas, J.E. e Turato, E.R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Gomes, L.F. (1999). *Penas e medidas alternativas à prisão* (1ªed.). São Paulo: RT.
- Gómez, J.A.C. (2012). Educar en las cárceles: nuevos desafíos para la educación social en las instituciones penitenciarias. *Revista de Educación*, 360, 36-47.
- Maestro Filho, A.D. e Dias, D.V. (2007, janeiro). Práticas inovadoras de treinamento e satisfação no trabalho: um modelo relacional de estudo com profissionais de organizações mineiras. Comunicação apresentada em *Encontro Nacional da Divisão de Administração Pública da ANPAD*. Universidade Natal, Brasil.
- Marras, J.P. (2000). *Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico*. São Paulo: Futura.
- Martínez, S.M.A. (2009). *Creación de una fundación para la comercialización de los productos elaborados por los internos de las penitenciarias de Bucaramanga y área metropolitana*. Medellín: Piedecuesta.
- Milkovich, G. e Boudreau, J. (2000). *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Atlas.
- Misoczki, M.C. (2010). Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. En A.C.M. Misoczki, K.R. Flores e J. Moraes (eds.), *Organização e práxis libertadora* (pp. 45-67). Porto Alegre: Dacasa Editora.

- Moledo, M.L., Montolío, C.A. e Robles, J.L.A. (2013). La pedagogía penitenciaria en España: luces y sombras. *Revista de Educación*, 360, 119-139.
- Pinto, G. e Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. *Esc. Anna Nery*, 10(4), 678-683.
- Resende, E. (2003). *O livro das competências: a melhor autoajuda para pessoas, organizações e sociedade*. São Paulo: Qualitymark.
- Richardson, R.J. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rocha, J.O. (2007). *Gestão de recursos humanos na Administração Pública*. Porto: Escolar Editora.
- Rockenbach, P.C., Coelho, K.S. e Kanitz, A.F. (2013). Reflexões sobre uma perspectiva crítica na concepção do Processo de capacitação dos empregados da Escola Alpha. *Revista Gestão e Planejamento*, 13(1), 177-198.
- Santos, D.N. (2008). *Pena cumprida na comunidade*. Biguaçu: Universidade do Vale do Itajaí.
- Sedikides, C. e Gregg, A.P. (2003). Portraits of the self. En A.M. Hogg. e J. Cooper (eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 110-138). Londres: Sage Publications.
- Séguin, F. e Chanlat, J.F. (1992). O paradigma crítico em sociologia. En F. Séguin e F.J. Chanlat (eds.), *L'analyse des organisations: une anthologie sociologique* (pp. 67-87). Montréal: Gaëtan Morin.
- Seller, E.P. e Pérez, E.H. (2012). La mediación penitenciaria como método alternativo de resolución de conflictos entre internos en el ámbito penitenciario. *Revista Entramado*, 8(2), 138-153.
- Shikida, P.F.A. e Brogliatto, S.R.M. (2008). O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu-PEF(PR). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 4(1), 128-154.
- Silva, R.C. (2003). Controle organizacional, cultura e liderança: evolução, transformações e perspectivas. *RAP*, 37(4), 797-816.
- Thompson, A. (1998). *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense. Tratenberg, M. (1974). *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Trisotto, S. (2005). *O trabalho prisional como reabilitação social: uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Vinhais, H.E.F. e Souza, A.P.F. (2006, fevereiro). A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil. Comunicação apresentada em *Encontro Nacional da Divisão de Administração Pública da ANPAD*. São Paulo, Brasil..
- Wauters, E. (2003). *A reinserção social pelo trabalho*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Zarifian, P. (2001). *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas.

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS: Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista ad hoc de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879.

C

Ciências sociais aplicadas 25

D

Desafios 25, 45, 53, 67, 69, 84

E

E-commerce 30, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

O

Orçamento da saúde 8, 10, 13

P

Pandemia 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 23, 24, 26, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 99, 101

Perspectivas 49, 65, 79, 81

Políticas públicas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 24, 153

R

Reserva do possível 1, 3, 4, 6

S

Serviço de referência 97, 98, 99, 101, 102, 104

Sociedade contemporânea 28, 30

T

Trade commerce 65, 66

U

Uberização 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 48

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br